



We Choose Earth

EDP Brasil Demonstrações Financeiras 2023

Lucro Líquido: R\$ 1,2 bilhão	EBITDA: R\$ 4,7 bilhões	Ativo Total: R\$ 37,4 bilhões	ROL: R\$ 17,8 bilhões
----------------------------------	----------------------------	----------------------------------	--------------------------



brasil.edp.com

EDP – Energias do Brasil S.A.

Companhia Aberta – CNPJ/MF nº 03.983.431/0001-03



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

CARTA DO PRESIDENTE

2023 foi um ano repleto de momentos históricos na EDP Brasil, em especial a conclusão da Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA). Um investimento de mais de R\$ 6 bilhões do Grupo EDP no Brasil, consolidando parte da estratégia para acelerar e reforçar a posição no país, uma vez que os ativos da Companhia possuem alto valor agregado e estratégico, além de demonstrar a confiança da EDP na economia brasileira, em suas instituições e no ambiente regulatório estável e estruturado do país.

Eficiência operacional em Distribuição, Geração e Transmissão

A Distribuição, uma das principais avenidas de crescimento da EDP no Brasil, realizou, em 2023, investimentos na ordem de R\$ 1,662 bilhão nas áreas de concessão da EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, com destaque para a construção e energização de 5 novas subestações. O norte dos investimentos coloca os 3,9 milhões de clientes atendidos como foco para tomadas de decisões, priorizando a qualidade do serviço, a segurança das pessoas, a sustentabilidade, a inovação e a tecnologia.

Outro marco importante foi a realização do 24º Seminário Nacional de Distribuição de Energia Elétrica (Sendi), maior evento de distribuição de energia elétrica da América Latina, que em 2023 teve a EDP Espírito Santo como empresa anfitriã e contou com um público de mais de 3 mil participantes, além de promover a troca de experiências entre as distribuidoras de energia elétrica.

Adicionalmente, em outubro, tivemos a Revisão Tarifária da EDP São Paulo, ocasião em que os investimentos realizados no período tarifário foram considerados eficientes e reconhecidos praticamente na sua integralidade pelo órgão regulador, atingindo a glosa de 0,28%.

Na Geração e na Transmissão, o destaque é para a excelência operacional, com o atingimento da marca de 13 anos sem acidentes de trabalho pela UHE Lajeado, conquista que reforça a nossa cultura de segurança, bem como a modernização de cinco subestações no estado de Goiás, investimentos que demonstram o compromisso da EDP em se fazer presente na região e ampliar a confiabilidade e segurança do sistema elétrico do estado. Destaca-se também, o início, em setembro, das obras do Lote 2 (Leilão 02/2022) no Estado de Rondônia, que demandará investimentos na ordem de R\$ 290 milhões.

Foco no modelo EDP de Geração Solar Distribuída

Na EDP Brasil, a geração solar distribuída tem se tornado prioridade em nossa estratégia: já construímos mais de 50 usinas, com capacidade instalada total de mais de 170 MWp, projetos que representam uma enorme oportunidade para acelerar a transição energética junto aos nossos clientes. Conscientes do potencial brasileiro para a modalidade, somado ao nosso compromisso com a transição energética, temos o objetivo de chegar a 530 MWp de capacidade instalada até 2026, o que representa um crescimento de 520% em relação à 2022 e um investimento de R\$ 2,3 bilhões.

Liderança em ESG

O ano de 2023 representou o fortalecimento da agenda ESG dentro e fora da organização. Cientes da capacidade do setor elétrico em transformar a vida das pessoas, em 2023 executamos um total de 98 projetos, que impactaram 1 milhão de pessoas, com investimentos de mais de R\$ 23 milhões. Os destaques envolvem um portfólio de projetos sociais voltados para os pilares de atuação “Transição Energética Justa” e “Educação”, agendas prioritárias e perenes na nossa estratégia.

Por fim, mas não menos importante, do ponto de vista ambiental, como parte da estratégia global de liderar a transição energética, realizamos a venda da termelétrica à carvão, a UTE Pecém, operação essa que representa um importante passo em direção à meta de ser “coal free” até 2025 e 100% verde até 2030.

Assim, gostaria de encerrar com um enorme agradecimento a todos os nossos stakeholders, internos e externos, que nos ajudaram a construir tamanhas conquistas durante o ano de 2023. Com vosso compromisso e apoio, em um ano repleto de mudanças, atingimos a excelência e simplificação dos processos, bem como uma maior sinergia entre as plataformas do Grupo EDP no Brasil. Permaneço confiante de que 2024 será um ano importante para o constante desenvolvimento da EDP, cada vez mais global, sustentável e inovadora.

Obrigado,
João Marques da Cruz

1. PERFIL CORPORATIVO

A EDP Energias do Brasil (“EDP Brasil”), controlada pela EDP Portugal (“Grupo EDP”), uma das principais operadoras europeias no setor energético, é uma holding que detém investimentos nos segmentos de Geração, Distribuição, Trading, Transmissão, Clientes e Outros. No segmento de Geração, controla as operações de empreendimentos de fonte convencional (Usinas Hidroelétricas) em 4 estados do país (Mato Grosso, Tocantins, Pará e Amapá) e detém 2,0 GW de capacidade instalada. No segmento de Distribuição, atua com duas distribuidoras nos estados de São Paulo e Espírito Santo, além de possuir participação de 29,90% no capital social da Celesc, em Santa Catarina. No segmento de Trading, negocia contratos de compra e venda de energia com clientes distribuídos em todo território nacional. No segmento de Transmissão, a Companhia iniciou sua atuação em 2016 e atualmente possui 5 concessões de transmissão, totalizando 15 subestações próprias, 12 de acesso e 24 linhas que totalizam mais 1.300 km de extensão. Além do portfólio em operação comercial, estão em fase de construção e licenciamento mais um nova subestação própria e 515 km de linhas de transmissão. No segmento de Clientes, atua por meio da EDP Smart, marca lançada em 2019 que reúne todo o portfólio de serviços oferecidos para clientes empresariais e residenciais, com soluções integradas nas áreas de comercialização no mercado livre, comercialização varejista, eficiência energética, energia solar, mobilidade elétrica e serviços para o consumidor final.

1.1 Alterações de Natureza Societária

Em 02 de março, o Grupo EDP, acionista controladora da EDP Brasil e EDP International Investments and Services, S.L. (“EDP International”), na qualidade de veículo ofertante, protocolou perante a CVM, pedido de registro de oferta pública para aquisição de até a totalidade de ações ordinárias de emissão da Companhia, exceto por aquelas detidas, direta e indiretamente, pelo Grupo EDP e por aquelas mantidas em tesouraria. Posteriormente em 30 de agosto, a EDP Brasil, aprovou o resgate para posterior cancelamento de até a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia remanescentes em circulação no mercado, que representavam 21.494.341 ações, sem modificação do capital social da EDP Brasil, nos termos do artigo 4º, parágrafo 5º, da Lei da S.A.

Em 01 de agosto, a EDP Brasil, na qualidade de única acionista da Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (“Porto do Pecém”), aprovou aumento de capital social da Porto do Pecém, mediante a conferência da totalidade da sua participação acionária na Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A. (“PPTM”) e na Porto do Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A. (“PO&M”) - a saber, 1.682.009 de ações ordinárias da PPTM e 3.526.683 de ações ordinárias da PO&M, representativas, em ambos os casos, de 50% do capital social votante das companhias - para a integralização das ações emitidas no referido aumento de capital da Porto do Pecém. Como resultado da Reorganização Societária, a Porto do Pecém passou a ser titular das Ações PPTM e das Ações PO&M e a EDP Brasil se tornou acionista indireta da PPTM e da PO&M.

Em 21 de setembro, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a EDP - Transmissão Goiás S.A. (“EDP Goiás”), aprovou o grupamento das 329.725.474 ações ordinárias de emissão da EDP Goiás, na proporção de 20.000 ações para 1 ação, sem modificação do valor do capital social, resultando em 16.486 ações ordinárias e sem valor nominal, de acordo com o disposto no artigo 12 da Lei nº 6.404/76. Os acionistas titulares de ações em número que não era múltiplo de 20.000 ou que eram titulares de menos de 20.000 ações tiveram o prazo de 30 dias a partir da Assembleia Geral para ajustar suas posições mediante negociação privada das ações e assinatura no Livro de Registro de Transferência de Ações localizado na sede da EDP Goiás, de modo que suas ações não gerassem frações após o processo de grupamento. Transcorrido o referido prazo de 30 dias para ajuste de posições, sem manifestação dos acionistas, as frações de ações resultantes do grupamento foram identificadas, separadas e adquiridas pela EDP Goiás para manutenção em tesouraria, nos termos do art. 45, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, passando a Pequena Central Hidrelétrica SL S.A. a ser detentora da totalidade do capital social da EDP Goiás.

Em 31 de outubro, a EDP Brasil realizou o signing para alienação da totalidade das ações das empresas Mata Grande Transmissora de Energia Ltda e EDP Transmissão SP-MG S.A. para Edify Empreendimentos e Participações S.A.

Em 29 de novembro, a EDP Ventures Brasil S.A e demais acionistas alienaram a totalidade das ações da Blue Sol Participações S.A para Energia I SPE S.A.

Em 22 de dezembro, a EDP Brasil, titular da totalidade das ações de emissão da Porto do Pecém, alienou para Mercurio GF I Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura e Cactus Fundo De Investimento em Participações Multiestratégia, 80% do capital social da Porto do Pecém.

2. AMBIENTE REGULATÓRIO

2.1 Alterações Regulatórias

Decreto nº 11.835/2023 - Governança CCEE

Dispõe sobre alterações na estrutura de funcionamento e governança da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), alterando o Decreto nº 5.177/2004, o Decreto nº 6.353/2008 e o Decreto nº 10.707/2021.

Portaria Ministerial nº 737/2023 - GM/MME - Diretrizes renovação das concessões de distribuição

Divulga, para Consulta Pública, a Nota Técnica nº 14/2023/SAER/SE, que apresenta proposta de diretrizes para o tratamento das concessões de distribuição de energia elétrica com vencimento previsto entre 2025 a 2031. Trata-se do marco inicial sobre a renovação das concessões das distribuidoras, incluindo a EDP Espírito Santo (“EDP ES”) e EDP São Paulo (“EDP SP”).

3. RESULTADOS CONSOLIDADOS

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica	Geração Térmica	Distribuição	Trading	Transmissão	Holding	Clientes ²	Outros ³	Eliminações	Consolidado ⁴
	2023	2023	2023	2023	2023	2023	2023	2023	2023	2023
Receita Líquida¹	1.048.105	953.441	9.534.686	3.046.909	1.288.196	5.667	671.819	-	(944.384)	15.604.439
Receita de Construção	-	-	1.662.362	-	555.068	-	-	-	-	2.217.430
Margem Construção Transmissoras	-	-	-	-	(29.240)	-	-	-	-	(29.240)
Gastos Não-Gerenciáveis	(154.545)	(186.318)	(5.915.030)	(2.882.173)	-	-	(532.697)	-	940.508	(8.730.255)
Margem Bruta	893.560	767.123	3.619.656	164.736	1.258.956	5.667	139.122	-	(3.876)	6.844.944
Gastos Gerenciáveis⁵	(213.152)	(271.946)	(3.344.040)	(21.472)	(824.464)	(770.678)	(124.229)	(5.297)	(10.079)	(5.585.357)
PMSO	(57.146)	(118.138)	(956.398)	(18.293)	(268.838)	(135.056)	(88.723)	(5.105)	1.442	(1.646.255)
Provisões	(4.954)	(1.174)	(204.351)	(2.559)	(1.678)	(1.201)	(1.386)	-	-	(217.303)
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	86	1.692	(144.274)	1.232	2.206	(38.193)	311	181	-	(176.759)
Ganho na Alienação de Investimento	-	-	-	-	-	(144.454)	-	(13.078)	21.745	(135.787)
EBITDA	831.546	649.503	2.314.633	145.116	990.646	(313.237)	49.324	(18.002)	19.311	4.668.840
Depreciação e Amortização	(151.138)	(154.326)	(376.655)	(1.852)	(1.086)	(596.228)	(34.431)	(373)	(11.521)	(1.327.610)
Resultado das Participações Societárias	75.910	351	-	98.330	-	1.878.573	-	173.371	(1.961.749)	264.786
Resultado Financeiro Líquido	(106.099)	(175.915)	(770.576)	(79.491)	(362.291)	104.197	(970)	(298.476)	-	(1.689.621)
IR e Contribuição Social	(191.594)	(42.776)	(312.473)	(13.143)	(137.360)	99.280	(5.612)	74.434	(2.044)	(531.288)
Lucro Líquido Antes de Minoritários	458.625	276.837	854.929	148.960	489.909	1.172.585	8.311	(96.508)	(1.928.541)	1.385.107
Participações de Minoritários	(205.806)	-	-	-	(6.716)	-	-	-	-	(212.522)
Lucro Líquido do Exercício	252.819	276.837	854.929	148.960	483.193	1.172.585	8.311	(96.508)	(1.928.541)	1.172.585

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica	Geração Térmica	Distribuição	Trading	Transmissão	Holding	Clientes ²	Outros ³	Eliminações	Consolidado ⁴
	2022	2022	2022	2022	2022	2022	2022	2022	2022	2022
Receita Líquida¹	1.338.909	1.390.778	9.139.651	3.314.744	1.160.232	4.400	552.635	-	(1.508.076)	15.393.273
Receita de Construção	-	-	1.541.530	-	446.090	-	-	-	-	1.987.620
Margem Construção Transmissoras	-	-	-	-	(93.238)	-	-	-	-	(93.238)
Gastos Não-Gerenciáveis	(261.497)	(646.578)	(5.612.244)	(3.165.334)	-	-	(412.011)	-	1.497.327	(8.600.337)
Margem Bruta	1.077.412	744.200	3.527.407	149.410	1.066.994	4.400	140.624	-	(10.749)	6.699.698
Gastos Gerenciáveis⁵	(250.789)	(1.157.512)	(3.045.730)	(25.966)	(544.823)	(181.162)	(115.684)	(10.101)	(478.402)	(5.810.169)
PMSO	(72.741)	(127.442)	(881.194)	(22.345)	(100.213)	(130.755)	(92.047)	(9.515)	21.905	(1.414.347)
Provisões	(1.461)	(223)	(205.176)	(443)	(1.282)	(3.457)	(409)	-	-	(212.451)
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	-	(994)	(113.584)	-	(29.415)	10.466	-	-	-	(133.527)
Ganho na Alienação de Investimento	-	-	-	-	-	326.252	-	-	-	326.252
EBITDA	1.003.210	615.541	2.327.453	126.622	965.499	167.025	58.634	(9.515)	11.156	5.265.625
Depreciação e Amortização	(176.587)	(1.028.853)	(304.246)	(3.178)	2.762	(17.535)	(33.694)	(586)	(500.307)	(2.062.224)
Resultado das Participações Societárias	58.642	-	-	18.621	-	842.448	-	135.329	(841.076)	213.964
Resultado Financeiro Líquido	(179.566)	(60.758)	(518.891)	(75.249)	(386.543)	27.112	(22.363)	(250.343)	-	(1.466.601)
IR e Contribuição Social	(188.078)	(177.764)	(418.574)	(11.062)	(156.896)	2.387	(14.025)	63.435	162.540	(738.037)
Lucro Líquido Antes de Minoritários	517.621	(651.834)	1.085.742	55.754	424.822	1.021.437	(11.448)	(61.680)	(1.167.687)	1.212.727
Participações de Minoritários	(182.558)	-	-	-	(8.731)	-	-	-	-	(191.289)
Lucro Líquido do Exercício	335.063	(651.834)	1.085.742	55.754	416.091	1.021.437	(11.448)	(61.680)	(1.167.687)	1.021.438

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica	Geração Térmica	Distribuição	Trading	Transmissão	Holding	Clientes ²	Outros ³	Eliminações	Consolidado ⁴
	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var	Var
Receita Líquida¹	-21,7%	-31,4%	4,3%	-8,1%	11,0%	28,8%	21,6%	n.d.	-37,4%	1,4%
Receita de Construção	n.d.	n.d.	7,8%	n.d.	24,4%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	11,6%
Margem Construção Transmissoras	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-68,6%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-68,6%
Gastos Não-Gerenciáveis	-40,9%	-71,2%	5,4%	-8,9%	n.d.	n.d.	29,3%	n.d.	-37,2%	1,5%
Margem Bruta	-17,1%	3,1%	2,6%	10,3%	18,0%	28,8%	-1,1%	n.d.	-63,9%	2,2%
Gastos Gerenciáveis⁵	-15,0%	-76,5%	9,8%	-17,3%	51,3%	325,4%	7,4%	-47,6%	-97,9%	-3,9%
PMSO	-21,4%	-7,3%	8,5%	-18,1%	168,3%	3,3%	-3,6%	-46,3%	-93,4%	16,4%
Provisões	239,1%	426,5%	-0,4%	477,7%	30,9%	-65,3%	238,9%	n.d.	n.d.	2,3%
Ganhos/Perdas na Desativação/Alienação de Bens	n.d.	n.d.	27,0%	n.d.	n.d.	29,8%	-97,0%	n.d.	n.d.	32,4%
Ganho na Alienação de Investimento	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
EBITDA	-17,1%	5,5%	-0,6%	14,6%	2,6%	n.d.	-15,9%	89,2%	n.d.	-11,3%
Depreciação e Amortização	-14,4%	-85,0%	23,8%	-41,7%	n.d.	3300,2%	2,2%	-36,3%	-97,7%	-35,6%
Resultado das Participações Societárias	29,4%	n.d.	n.d.	428,1%	n.d.	123,0%	n.d.	28,1%	133,2%	23,8%
Resultado Financeiro Líquido	-40,9%	189,5%	48,5%	5,6%	-6,3%	284,3%	-95,7%	19,2%	n.d.	15,2%
IR e Contribuição Social	1,9%	-75,9%	-25,3%	18,8%	-12,5%	4059,2%	-60,0%	17,3%	n.d.	-28,0%
Lucro Líquido Antes de Minoritários	-11,4%	n.d.	15,3%	167,2%	15,3%	14,8%	n.d.	56,5%	65,2%	14,2%
Participações de minoritários	12,7%	n.d.	n.d.	n.d.	-23,1%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	11,1%
Lucro Líquido do Exercício	-24,5%	n.d.	-21,3%	167,2%	16,1%	14,8%	n.d.	56,5%	65,2%	14,8%

¹ Não considera receita de construção. ² Considera EDP Smart Energia e EDP Smart Serviços. ³ Considera PCH Santa Leopoldina e EDP Ventures. ⁴ Considera eliminações intragrupo. ⁵ Gastos Gerenciáveis contemplam depreciação e amortização.



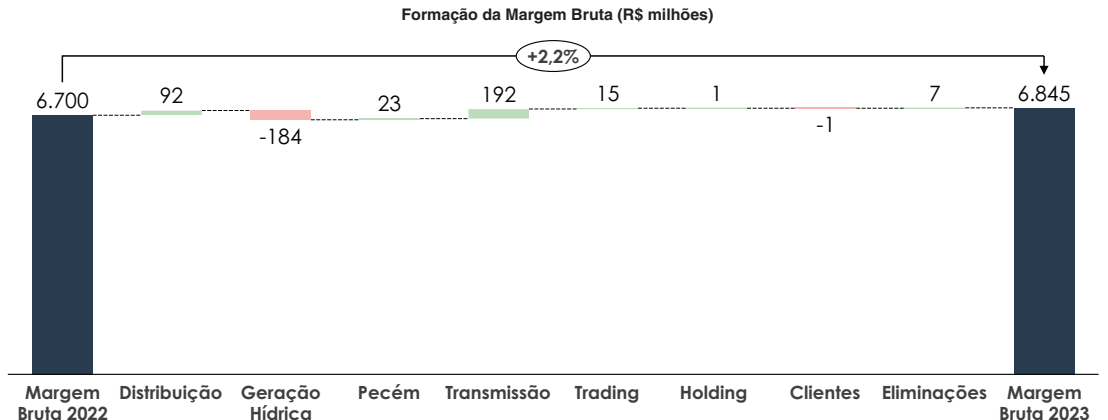
...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

3.1 Margem Bruta

Itens em R\$ Mil ou %	Consolidado		
	2023	2022	Var
Receita Operacional Líquida	15.575.199	15.300.035	1,8%
Gastos Não Gerenciáveis	(8.730.255)	(8.600.337)	1,5%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(7.025.547)	(6.916.376)	1,6%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(1.554.069)	(1.290.764)	20,4%
Outros	(150.639)	(393.197)	-61,7%
Margem Bruta	6.844.944	6.699.698	2,2%

Nota: Margem Bruta desconsidera Receita de Construção.
A Margem Bruta aumentou 2,2% no ano, decorrente de:
(i) **Distribuição**: aumento de R\$ 92,2 milhões, decorrente do crescimento de mercado em ambas as distribuidoras e do efeito tarifa na EDP SP;
(ii) **Transmissão**: aumento de R\$ 192 milhões, decorrente da incorporação da EDP Transmissão Norte 2 ocorrida em março de 2023, além da contabilização da totalidade dos reajustes tarifários da EDP Transmissão Litoral Sul, Mata Grande Transmissora de Energia e EDP Goiás. Entretanto, esse aumento foi mitigado pelo efeito da contabilização da totalidade da revisão tarifária da EDP Transmissão Aliança e EDP Transmissão SP-MG, considerando seu período de concessão, conforme interpretação do Ofício CVM nº 004/2020;
(iii) **Hídricas**: redução de R\$ 163,9 milhões, em função do desinvestimento da UHE Mascarenhas, ocorrido em 2022. Além disso, a melhora do cenário hidrológico e do nível dos reservatórios ocasionou redução dos preços no mercado spot;
(iv) **Pecém**: aumento de R\$ 23 milhões, decorre do reajuste anual dos contratos de venda por IPCA, ocorrido anualmente em novembro;
(v) **Trading**: aumento de R\$ 15,3 milhões, decorrente do aumento do volume de transações de compra e venda de energia, combinado com a redução do risco de crédito; e
(vi) **Clientes**: redução de R\$ 1,5 milhão, decorre de efeito não recorrente contabilizado em 2022. No entanto, apesar da redução em relação ao ano anterior, o segmento apresentou aumento da base de projetos de energia fotovoltaica e da capacidade instalada.



3.2 Gastos Gerenciáveis

Em 2023, a Companhia mantém o compromisso com o controle de custos em relação ao ano anterior. Os Gastos Gerenciáveis foram impactados, principalmente pelo aumento na rubrica de Serviços de Terceiros, decorrente das manutenções nas distribuidoras e atendimento a clientes - Call Center, e nas transmissoras, devido a operação integral de novos lotes, além do aumento das despesas com TI (Outsourcing Infra + Aplicações).
Quadro contábil conforme DFs:

Itens em R\$ Mil ou %	Consolidado		
	2023	2022	Var
Pessoal	(667.520)	(650.782)	2,6%
Material	(71.913)	(70.531)	2,0%
Serviços de Terceiros	(649.048)	(583.685)	11,2%
Provisões	(217.303)	(212.451)	2,3%
Outros	(257.774)	(109.349)	135,7%
Total PMSO com Provisões	(1.863.558)	(1.626.798)	14,6%
Total PMSO (excluindo Provisões)	(1.646.255)	(1.414.347)	16,4%
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	(176.759)	(133.527)	32,4%
Custo com Construção da Infraestrutura	(2.217.430)	(1.987.620)	11,6%
Depreciação e Amortização	(1.327.610)	(2.062.224)	-35,6%
Gastos Gerenciáveis	(5.585.357)	(5.810.169)	-3,9%

Nota: Novos negócios contempla Transmissão, EDP Smart Energia, EDP Ventures, EDP Smart Serviços e EDP Smart Soluções

Itens em R\$ Mil ou %	Consolidado		
	2023	2022	Var
PMSO	(1.646.255)	(1.414.347)	16,4%
Contabilização do IFRS 16 (aluguéis)	(25.892)	(29.869)	-13,3%
Novos Negócios	207.322	175.313	18,3%
Custos com Receita Associada	360.918	17.603	1950,3%
PMSO recorrente	(1.103.907)	(1.251.300)	-11,8%

O quadro abaixo reflete o PMSO, excluindo os efeitos não recorrentes.

Itens em R\$ Mil ou %	Consolidado		
	2023	2022	Var
Pessoal	(575.036)	(547.899)	5,0%
Material	(64.865)	(68.138)	-4,8%
Serviços de Terceiros	(567.215)	(525.540)	7,9%
Outros	(95.352)	(111.416)	-14,4%
Total PMSO	(1.302.469)	(1.252.993)	3,9%

Os principais itens que influenciaram o PMSO foram:

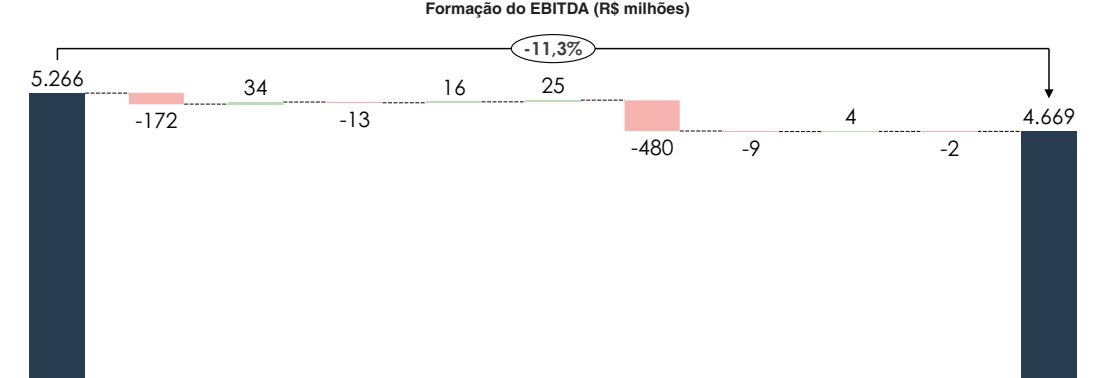
- (i) **Pessoal** - aumento de 5,0% (+R\$ 27,1 milhões), decorrente do reajuste em remuneração e méritos, conforme acordo coletivo realizado em novembro de 2022, além do maior número de horas extras;
(ii) **Material** - redução de 4,8% (-R\$ 3,3 milhões), decorrente de gastos de infra, manutenção predial e veículos nas distribuidoras e manutenções na geração;
(iii) **Serviços de Terceiros** - aumento de 7,9% (+R\$ 41,7 milhões) decorrente de TI, Outsourcing Infra (Contrato global MSP) e Aplicações, manutenções de conservação e reparo do sistema elétrico e relacionamento de cliente - troca de call center nas distribuidoras, além de consultorias e mão de obra contratada; e
(iv) **Outros** - redução de 14,4% (-R\$ 16,1 milhões) reflexo do mix digital, impactando na tarifa média de arrecadação, além de maior crédito de Pts/Cofins.
A conta de **Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens**, aumentou R\$ 43,2 milhões, decorrente principalmente da apuração de perdas com os projetos descontinuados, desativação retroativa nas distribuidoras e o aumento no volume dos ativos baixados em decorrência de maior realização de capex de recomposição e combate à perdas pelas adversidades climáticas que ocasionaram altas demandas emergenciais na SP e ES.
A conta de **Depreciação e Amortização** reduziu R\$ 0,7 bilhão, decorrente principalmente da contabilização do impairment de Pecém ocorrido em 2022, no montante de R\$ 1,2 bilhão.

3.3 Resultado das Participações Societárias

Itens em R\$ Mil ou %	Consolidado		
	2023	2022	Var
Santo Antônio do Jari (50%)¹	87.925	77.140	14,0%
Cachoeira Caldeirão (50%)¹	(2.063)	(3.928)	-47,5%
São Manoel (33,33%)¹	(9.601)	(14.570)	-34,1%
Celesc (29,90%)¹	192.966	156.866	23,0%
Outros²	(4.441)	(1.544)	187,6%
Resultado das Participações Societárias	264.786	213.964	23,8%

¹ Considera participação dos ativos e no caso da Celesc, a equivalência patrimonial utiliza as demonstrações financeiras com defasagem de um trimestre em relação à data apresentada das demonstrações financeiras da Companhia; ² Considera equivalência de Pecém TM, Pecém OM, Mabe e BlueSol.
O aumento do Resultado das Participações Societárias reflete o maior resultado da Celesc, além do aumento da equivalência em Jari, decorrente dos reajustes anuais nos contratos de venda de energia.

3.4 EBITDA



O EBITDA foi de R\$ 4,7 bilhões, redução de 11,3%, conforme efeitos mencionados nas unidades de negócio acima.

Itens em R\$ Mil ou %	Consolidado		
	2023	2022	Var
EBITDA	4.668.840	5.265.625	-11,3%
Atualização do ativo financeiro indenizável - VNR	(351.058)	(384.236)	-8,6%
EBITDA Societário Transmissão (IFRS)	(990.646)	(965.499)	2,6%
EBITDA Regulatório Transmissão	780.041	535.802	45,6%
Desinvestimento¹	135.787	(326.252)	-141,6%
EBITDA Ajustado Recorrente	4.242.964	4.125.440	2,8%
Resultado das Participações Societárias	264.786	213.964	23,8%
EBITDA conforme "Instrução CVM 527"	4.933.626	5.479.589	-10,0%

¹ No 4T23, alienação de 80% da Pecém e no 4T22, realização do closing de Energest (Mascarenhas). Nota: O EBITDA Regulatório da Transmissão pode sofrer alterações decorrente de ajustes de PIS/COFINS.
O EBITDA Ajustado pelos efeitos não recorrentes e não caixa foi de R\$ 4,2 bilhões, aumento de 2,8%. Conforme instrução CVM 527, o EBITDA foi de R\$ 4,9 bilhões, redução de 10,0%.

3.5 Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mil)	Consolidado		
	2023	2022	Var
Receita Financeira	725.745	666.223	8,9%
Juros e variações monetárias	598.168	638.878	-6,4%
Outros	127.577	27.345	366,5%
Despesa Financeira	(2.415.366)	(2.132.824)	13,2%
Encargos de Dívidas	(2.064.783)	(1.782.521)	15,8%
Outros	(350.583)	(350.303)	0,1%
Total	(1.689.621)	(1.466.601)	15,2%

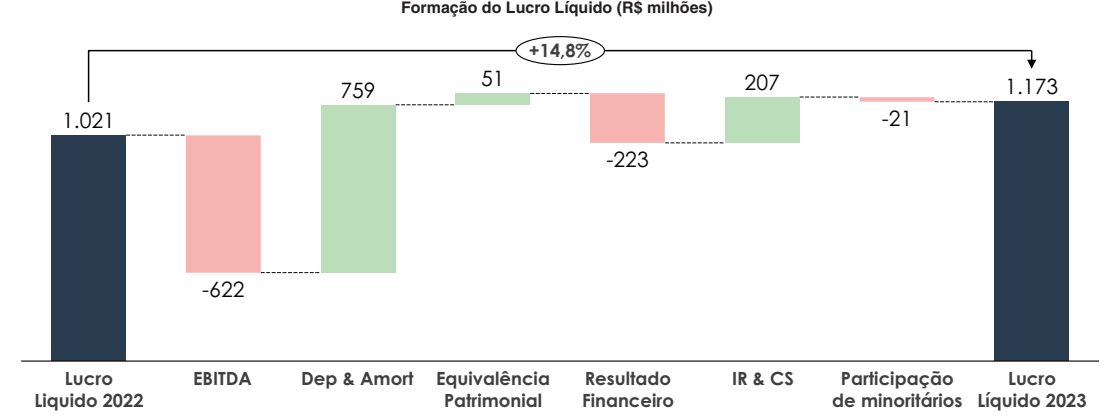
O Resultado Financeiro aumentou 15,2%, decorrente do aumento da receita financeira, impactado pelos ajustes a valor presente constituído pelo AV/P das ações preferenciais de classe B na coligada Porto do Pecém, além do aumento da despesa financeira, em decorrência do aumento dos encargos de dívidas, principalmente na rubrica de empréstimos e financiamentos.

3.6 Imposto de Renda e Contribuição Social (IR/CS)

	Consolidado		
	2023	2022	Var
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.916.395	1.950.764	-1,8%
Alíquota	34%	34%	
IR/CS	(651.574)	(663.260)	-1,8%
Adições/Exclusões			
Doações	(3.983)	(3.971)	0,3%
Impostos Diferidos N.Reconhecidos / (Adição)/reversão de diferenças perm.	142.275	36.179	293,3%
Eleito tributário de créditos extemporâneos	17.193	9.108	88,8%
Ajuste de Lucro Presumido	22.925	(13.244)	n.d.
Resultados de Equivalência Patrimonial	(90.027)	(56.787)	58,5%
Juros sobre capital próprio	(20.072)	231.776	-108,7%
Incentivos Fiscais (SUDAM / SUDENE/Outros)	64.798	49.376	31,2%
Perdas inadotáveis	(188)	(283.417)	-99,9%
Juros sobre as ações preferenciais	(5.795)	(3.698)	56,7%
Outras	(6.840)	(40.099)	-82,9%
Total	(531.288)	(738.037)	-28,0%
Alíquota Efetiva	-27,7%	-37,8%	10,1%

O IR/CS foi de R\$ 531,3 milhões, redução de 28,0% em comparação com 2022. Esse resultado deve-se principalmente a inadotabilidade da despesa de impairment registrado em Pecém em 2022 e que não teve imposto diferido ativo constituído e esta contabilização de impairment também impactou o benefício fiscal de Pecém de 2022, uma vez que a Companhia não apurou Lucro da Exploração da Atividade para aplicação do Incentivo à SUDENE. Em 2023 tivemos um aumento nos Impostos Diferidos não reconhecidos, decorrentes do Prejuízo Fiscal da EDP Energias apurado com a venda de Pecém. Além desses efeitos, em 2023 tivemos uma variação de Juros Sobre Capital Próprio e que está relacionado à não deliberação de JCP pela empresa EDP Energias e que também está relacionada ao Prejuízo venda de Pecém

3.7 Lucro Líquido



O Lucro Líquido foi de R\$ 1,2 bilhão, aumento de R\$ 14,8%, resultante dos efeitos acima mencionados. O Lucro Líquido ajustado foi de R\$ 1,5 bilhão, aumento de 10,2%.

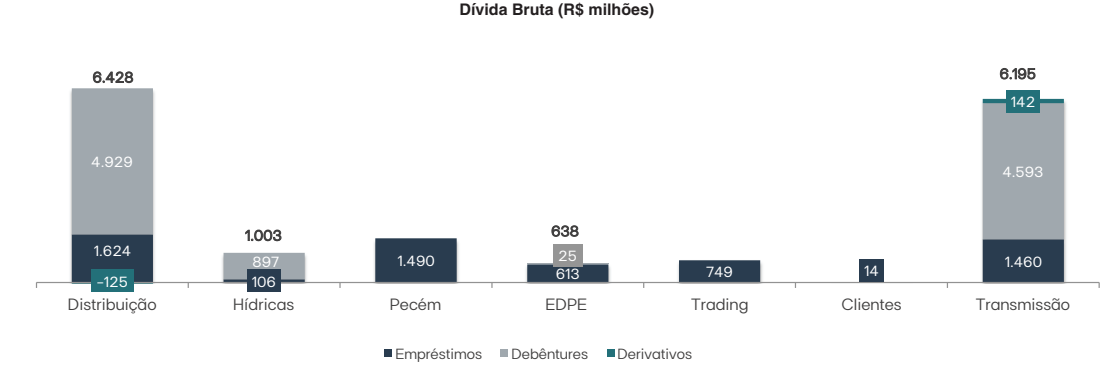
Itens em R\$ Mil ou %	Consolidado		
	2023	2022	Var
Lucro	1.172.585	1.021.438	14,8%
Atualização do ativo financeiro indenizável - VNR	(231.698)	(253.596)	-8,6%
EBITDA Societário Transmissão (IFRS)	(483.189)	(416.090)	16,1%
EBITDA Regulatório Transmissão	333.989	85.931	288,7%
Mais valia - Desinvestimento¹	135.787	(326.252)	-141,6%
Imparidade	541.520	1.221.000	-55,6%
Lucro Líquido Ajustado Recorrente	1.468.994	1.332.432	10,2%

¹ No 4T23, alienação de 80% da Pecém e no 4T22, realização do closing de Energest (Mascarenhas).

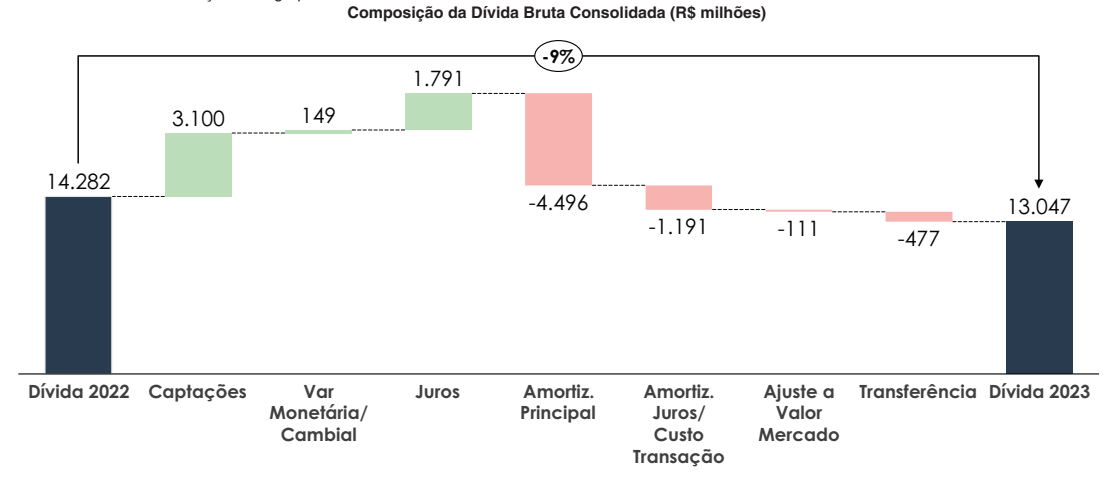
3.8 Endividamento

3.8.1 Dívida Bruta

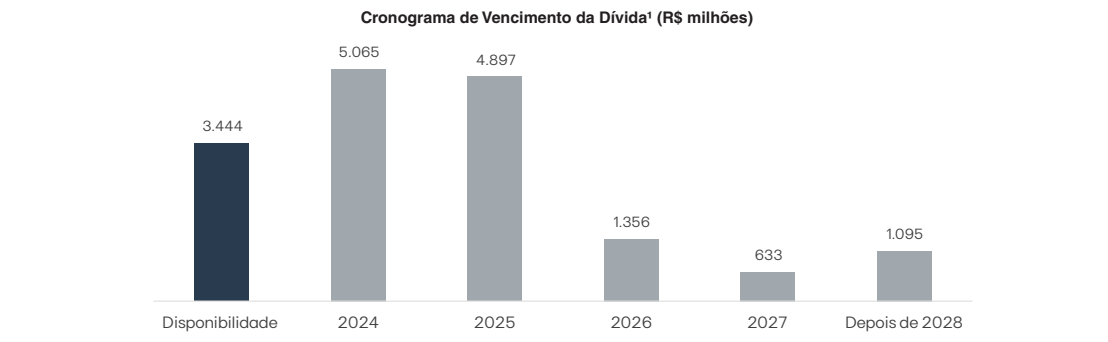
A Companhia finalizou o ano com Dívida Bruta de R\$ 13,0 bilhões, desconsiderando as dívidas dos ativos não consolidados, que representaram R\$ 1,2 bilhão. A Companhia realizou sete captações de recursos em suas Controladas no período, sendo elas na EDP Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, EDP São Paulo e EDP Goiás, com o objetivo de reforçar o caixa e garantir capital de giro para suas operações, além da Pequena Central Hidrelétrica SL e EDP Transmissão SP-MG, ambas para refinanciar o funding de aquisição, e por último, na EDP Trading, com a finalidade de garantir o financiamento do projeto da EDP Litoral Sul (Lote Q).



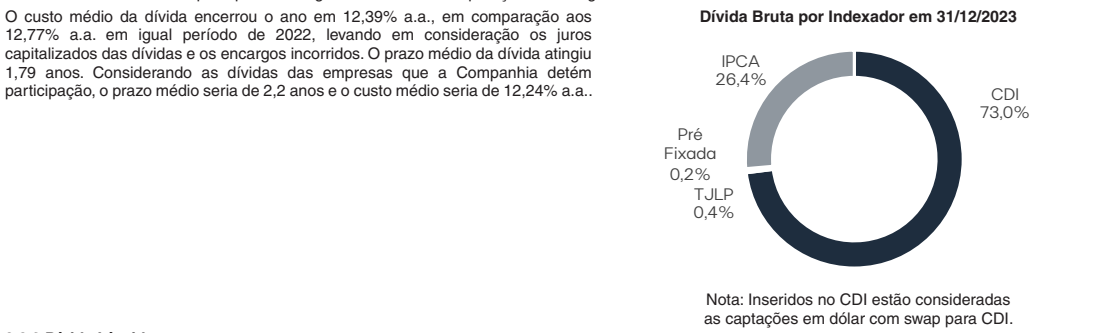
Nota: Não considera eliminações intragrupo



Nota: Captações consideram os custos de transação com a emissão de debêntures.



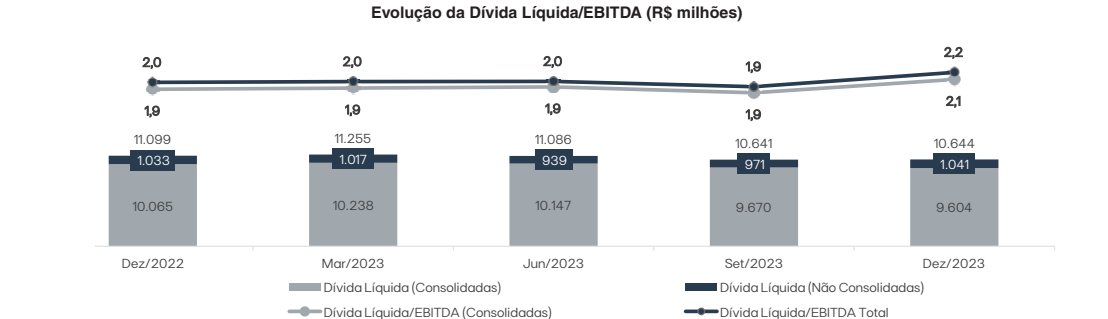
Nota: ¹Valores consideram principal + encargos + resultados de operações de hedge
O custo médio da dívida encerrou o ano em 12,39% a.a., em comparação aos 12,77% a.a. em igual período de 2022, levando em consideração os juros capitalizados das dívidas e os encargos incorridos. O prazo médio da dívida atingiu 1,79 anos. Considerando as dívidas das empresas que a Companhia detém participação, o prazo médio seria de 2,2 anos e o custo médio seria de 12,24% a.a..



Nota: Inseridos no CDI estão consideradas as captações em dólar com swap para CDI.

3.8.2 Dívida Líquida

A Dívida Líquida, considerando a geração operacional e os dispêndios de caixa no período, foi de R\$ 9,6 bilhões, redução de 4,6% em relação a 2022. A relação Dívida Líquida/EBITDA dos ativos consolidados foi de 2,1 vezes e de 2,2 vezes considerando a participação em Jari, Cachoeira Caldeirão e São Manoel. Excluindo os efeitos não caixa dos últimos 12 meses, a relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado seria de 2,3 vezes.



Nota: Considera proporção da participação detida pela EDP nos projetos não consolidados. O caixa considera disponibilidade e títulos e valores mobiliários.

3.9 Variação do Imobilizado

Total			
Variação do Imobilizado (R\$ mil)	2023	2022	Var
Distribuição	1.662.362	1.541.530	7,8%
EDP São Paulo	818.691	858.872	-4,7%
EDP Espírito Santo	843.671	682.658	23,6%
Geração	72.186	91.471	-21,1%
Enerpeixe	14.710	6.225	136,3%
Energest	-	1.142	-100,0%
Lajeado / Investco	21.390	7.166	198,5%
Pecém	36.086	76.938	-53,1%
Transmissão	570.086	449.506	26,8%
Solar	352.912	156.092	126,1%
Outros	40.248	28.344	42,0%
Total	2.697.794	2.266.943	19,0%
Geração não consolidado	37.384	21.843	71,2%
Total	2.735.178	2.288.786	19,5%

...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

BALANÇO SOCIAL ANUAL FORMULÁRIO IBASE						
1 - Base de Cálculo	2023 (R\$ mil)			2022 (R\$ mil)		
Receita líquida (RL)	17.792.629,00			17.287.656,00		
Resultado operacional (RO)	3.606.016,00			3.417.364,00		
Folha de pagamento bruta (FPB)	536.875,29			504.628,09		
2 - Indicadores Sociais Internos	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	68.140,83	12,69%	0,38%	64.941,57	12,87%	0,38%
Encargos sociais compulsórios	140.967,79	26,26%	0,79%	128.422,82	25,45%	0,74%
Previdência privada	7.726,63	1,44%	0,04%	6.803,05	1,35%	0,04%
Saúde	51.336,95	9,56%	0,29%	50.234,19	9,95%	0,29%
Segurança e saúde no trabalho	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Educação	31,38	0,01%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Transporte	11.110,27	2,07%	0,06%	9.674,23	1,92%	0,06%
Capacitação e desenvolvimento profissional	3.648,02	0,68%	0,02%	4.256,31	0,84%	0,02%
Creches ou auxílio-creche	2.980,31	0,56%	0,02%	2.679,29	0,53%	0,02%
Participação nos lucros ou resultados	60.534,10	11,28%	0,34%	64.670,23	12,82%	0,37%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	6.340,64	1,18%	0,04%	5.437,98	1,08%	0,03%
Total - Indicadores sociais internos	352.816,92	65,72%	1,98%	337.119,67	66,81%	1,95%
3 - Indicadores Sociais Externos	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Educação	4.989,00	0,14%	0,03%	2.917,90	0,09%	0,02%
Cultura	11.018,00	0,31%	0,06%	9.544,00	0,28%	0,06%
Saúde e saneamento	876,00	0,02%	0,00%	336,20	0,01%	0,00%
Esporte	5.102,00	0,14%	0,03%	2.736,40	0,08%	0,02%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	65,00	0,00%	0,00%
Outros	1.413,00	0,04%	0,01%	1.256,00	0,04%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	23.398,00	0,65%	0,13%	16.855,50	0,49%	0,10%
Tributos (excluídos encargos sociais)	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais externos	23.398,00	0,65%	0,13%	16.855,50	0,49%	0,10%
4 - Indicadores Ambientais	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	231.023	6,41%	1,30%	253.998	7,43%	1,47%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	-	-
Total dos investimentos em meio ambiente*	231.022,98	6,41%	1,30%	253.998,34	7,43%	1,47%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa						
<div><div>■ não possui metas □ cumpre de 0 a 50% □ cumpre de 51 a 75% □ cumpre de 76 a 100%</div><div>■ não possui metas □ cumpre de 0 a 50% □ cumpre de 51 a 75% □ cumpre de 76 a 100%</div></div>						
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2023			2022		
Nº de empregados(as) ao final do período	3.366			3.337		
Nº de admissões durante o período	332			465		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	12.415			8.626		
Nº de estagiários(as)	126			155		
Nº de empregados(as) acima de 50 anos	308			342		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	788			770		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	17%			21%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa**	1.126			1.057		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)**	15%			16%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	74			70		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2023			2022		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	37,40			47,22		
Número total de acidentes de trabalho***	20,00			28,00		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados	() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos + Cipa	(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (na empresa, no procon, na justiça)	na empresa:	no Procon:	na Justiça:	na empresa:	no Procon:	na Justiça:
	58.059	4.100	6.025	41.714	4.451	4.539
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa:	no Procon:	na Justiça:	na empresa:	no Procon:	na Justiça:
	98,45%	100,00%	82,54%	99,43%	99,00%	68,50%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	10.283.704,00			10.229.717,00		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	governo: 57% acionistas: 5% colaboradores: 6% retido: 9% terceiros: 24%			governo: 61% acionistas: 9% colaboradores: 6% retido: 3% terceiros: 21%		

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)											
ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.792.587	971.534	3.435.221	4.197.196	Fornecedores	26	45.691	42.471	1.675.031	1.486.113
Títulos e valores mobiliários	6			4.173	1.952	Debêntures	27	25.297	22.308	2.529.730	1.412.755
Títulos a receber	17	19.101	3.329	15.930		Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	28	613.090		2.405.167	1.678.112
Contas a receber	7			2.692.617	2.445.137	Instrumentos Financeiros Derivativos	39.1.3	24.131	8.918	249.718	164.823
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	9	125.258	99.731	244.680	238.560	Imposto de renda e Contribuição social a recolher	9			138.838	211.838
Outros tributos compensáveis	9	88.624	61.416	421.928	456.679	Outros tributos a recolher	9	61.484	148.346	535.640	433.864
PIS e COFINS diferidos	10.1			112.160	139.427	Outros tributos diferidos	10				1.079
Empréstimos a receber	11	183.115				PIS e COFINS diferidos	10.1			174.129	161.454
Instrumentos Financeiros Derivativos	39.1.3	24.131	8.918	35.474	13.463	Dividendos	14	283.894	558.012	476.724	731.665
Dividendos	14	461.356	516.028	90.270	71.004	Benefícios pós-emprego	29			100.712	79.566
Estoques	12			405.001	275.722	Encargos setoriais	30			110.435	110.439
Cauções e depósitos vinculados	13		350	4.156	19.782	Uso do bem público	31			44.135	46.082
Ativos financeiros setoriais	8			35.269	80.687	Provisões	32			64.851	87.946
Ativos da concessão	22			497.570	700.042	Passivos financeiros setoriais	8			690.007	1.039.653
Compromissos futuros	15			883.965	1.347.737	Compromissos futuros	15			668.438	1.120.243
Outros créditos	16	25.154	30.049	302.698	316.639	Outras contas a pagar	16	114.600	98.880	467.334	386.453
		2.719.326	1.691.355	9.181.112	10.304.027			1.168.187	878.935	10.330.889	9.152.085
Ativos não circulantes mantidos para venda	18	516.552		3.068.492		Passivos não circulantes mantidos para venda	18			2.248.376	
Total do Ativo Circulante		3.235.878	1.691.355	12.249.604	10.304.027	Total do Passivo Circulante		1.168.187	878.935	12.579.265	9.152.085
Não circulante						Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	6	4.392	4.197	19.906	6.697	Debêntures	27		25.985	6.312.320	7.822.488
Títulos a receber	17	71.003	28.004	44.589		Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	28			1.783.543	3.127.081
Ativo financeiro indenizável	21			7.320.523	5.706.847	Instrumentos Financeiros Derivativos	39.1.3			20.537	157.815
Ativos da concessão	22			5.685.172	7.483.925	Outros tributos a recolher	9	487	6.055	251.652	272.352
Contas a receber	7			157.979	227.962	Imposto de renda e Contribuição social diferidos	10	105.694	203.646	977.753	1.174.637
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	9			63.944	99.234	PIS e COFINS diferidos	10.1	270	210	494.378	737.883
Outros tributos compensáveis	9			507.037	433.092	Benefícios pós-emprego	29			733.637	699.450
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	10			293.495	558.280	Encargos setoriais	30			3.689	2.098
PIS e COFINS diferidos	10.1			87.172	87.368	Uso do bem público	31			452.308	484.370
Empréstimos a receber	11	155.458	316.408	14.218	14.689	Provisões	32	58.556	27.941	697.136	669.067
Instrumentos Financeiros Derivativos	39.1.3			218.197	66.824	Provisão para passivo a descoberto	19	27.791	38	330	4.070
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	635.300	241.980			Passivos financeiros setoriais	8			338.727	117.094
Cauções e depósitos vinculados	13	17.684	16.503	512.107	471.746	Compromissos futuros	15			560.125	524.899
Ativos financeiros setoriais	8			221.357	72.641	Outras contas a pagar	16	24.623	26.108	156.029	160.044
Compromissos futuros	15			780.646	754.187			217.421	289.983	12.782.164	15.953.348
Outros créditos	16	13.933	19.914	78.563	30.522	Total do Passivo Não circulante					
		897.770	627.006	16.004.905	16.014.014	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Investimentos	19	8.014.392	9.450.419	2.508.394	2.409.755	Capital social	33.1	6.002.716	5.502.716	6.002.716	5.502.716
Propriedades para investimentos	23	9.484	9.484	51.569	63.858	Reservas de capital	33.3	117.288	127.375	117.288	127.375
Imobilizado	24	63.666	60.510	3.226.774	4.656.890	Reservas de lucros	33.3	5.376.486	5.953.946	5.376.486	5.953.946
Intangível	25	64.212	56.055	3.384.217	3.552.648	Outros resultados abrangentes	33.3.5	(596.696)	(546.220)	(596.696)	(546.220)
		8.151.754	9.576.468	9.170.954	10.683.151	Ações em tesouraria	33.4		(311.906)		(311.906)
Total do Ativo Não circulante		9.049.524	10.203.474	25.175.859	26.697.165	Participações não controladores	33.5			1.164.240	1.169.848
TOTAL DO ATIVO		12.285.402	11.894.829	37.425.463	37.001.192	Total do Patrimônio líquido		10.899.794	10.725.911	12.064.034	11.895.759
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.285.402	11.894.829	37.425.463	37.001.192

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receitas	34	5.667	4.400	17.792.629	17.287.655
Custos	35				
Custo do serviço de energia elétrica				(8.603.188)	(8.209.071)
Custo da produção da energia elétrica				(133.261)	(319.394)
Custo de operação				(1.565.264)	(1.428.642)
Custo do serviço prestado a terceiros				(2.248.505)	(2.096.826)
		-	-	(12.550.218)	(12.053.933)
Lucro bruto		5.667	4.400	5.242.411	5.233.722
Despesas e Receitas operacionais	35				
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD				(161.235)	(159.814)
Despesas gerais e administrativas		(154.089)	(148.290)	(616.071)	(716.534)
Ganho (Perda) na alienação de investimentos		(144.454)	326.252	(135.787)	326.252
Outras despesas e receitas operacionais, líquidas		(616.589)	(32.872)	(988.088)	(1.480.225)
		(915.132)	145.090	(1.901.181)	(2.030.321)
Resultado das participações societárias	19	1.878.573	842.448	264.786	213.964
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		969.108	991.938	3.606.016	3.417.365
Resultado financeiro	36				
Receitas financeiras		143.018	60.520	725.745	666.223
Despesas financeiras		(38.821)	(33.408)	(2.415.366)	(2.132.824)
		104.197	27.112	(1.689.621)	(1.466.601)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		1.073.305	1.019.050	1.916.395	1.950.764
Tributos sobre o lucro	37				
Imposto de renda e contribuição social correntes				(434.777)	(569.626)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		99.280	2.387	(96.511)	(168.411)
		99.280	2.387	(531.288)	(738.037)
Lucro líquido do exercício		1.172.585	1.021.437	1.385.107	1.212.727
Atribuível aos acionistas controladores		1.172.585	1.021.437	1.172.585	1.021.438
Atribuível aos acionistas não controladores				212.522	191.289
Resultado por ação atribuível aos acionistas	38				
Resultado básico por ação (reais/ações)					
ON		2,07178	1,80473	2,07178	1,80473
Resultado diluído por ação (reais/ações)					
ON		2,08976	1,80601	2,08976	1,80601
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício		1.172.585	1.021.437	1.385.107	1.212.727
Outros resultados abrangentes					
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado					
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				(31.847)	64.354
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias		(50.476)	107.964	(30.228)	66.489
Imposto de renda e contribuição social diferidos				10.828	(21.880)
		(50.476)	107.964	(51.247)	108.963
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado					
Hedge de fluxos de caixa				1.166	(1.514)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(395)	514
		-	-	771	(1.000)
Resultado abrangente do exercício		1.122.109	1.129.401	1.334.631	1.320.690
Atribuível aos acionistas controladores		1.122.109	1.129.401	1.122.109	1.129.401
Atribuível aos acionistas não controladores				212.522	191.289
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Geração do valor adicionado		37.965	356.642	24.220.496	23.979.533
Receita operacional		6.236	4.642	20.363.053	20.382.575
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD				(125.789)	(159.814)
Receita relativa à construção de ativos próprios				382.988	275.906
Receita de Construção	26.481	24.757		2.365.914	2.036.378
Remuneração dos Ativos da concessão				842.864	730.566
Atualização do Ativo financeiro indenizável				351.058	384.236
Outras receitas	5.248	327.243		40.408	329.686
(-) Insumos adquiridos de terceiros		(292.390)	(119.835)	(13.673.568)	(12.657.105)
Custos da energia comprada				(7.720.465)	(7.536.473)
Encargos de uso da rede elétrica				(1.714.823)	(1.425.354)
Materiais	(18.340)	(804)		(410.069)	(336.111)
Matéria-prima e insumos para produção energia elétrica				(135.951)	(317.565)
Serviços de terceiros	(77.704)	(72.759)		(757.363)	(694.069)
Custo de construção da infraestrutura				(2.227.111)	(1.987.620)
Outros custos operacionais	(196.346)	(46.272)		(707.786)	(359.913)
Valor adicionado bruto		(254.425)	236.807	10.546.928	11.322.428
Retenções					
Depreciações e amortizações	(596.228)	(17.535)		(1.338.468)	(2.060.461)
Valor adicionado líquido produzido		(850.653)	219.272	9.208.460	9.261.967
Valor adicionado recebido em transferência					
Receitas financeiras	189.704	104.497		810.044	753.787
Resultado da equivalência patrimonial	1.878.584	842.448		265.200	213.964
Valor adicionado total a distribuir	1.217.635	1.166.217	10.283.704	10.229.718	
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta	51.442	52.706		437.094	414.244
Benefícios	6.020	6.384		130.112	127.045
FGTS	3.375	5.995		34.002	42.464
Impostos, taxas e contribuições					
Federais	(46.455)	45.425		3.619.896	3.971.007
Estaduais	16	(39)		2.218.782	2.290.860
Municipais	1.348	1.186		15.921	15.538
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros	38.821	33.408		2.434.537	2.149.827
Aluguéis	656	(285)		17.777	6.006
Remuneração de capital próprio					
Juros sobre capital próprio			651.239		651.239
Participações dos não controladores				178.282	191.289
Dividendos	278.489			278.489	
Partes beneficiárias				34.889	31.083
	333.712	796.019	9.399.781	9.890.602	
Lucros retidos	883.923	370.198		883.923	339.116
	1.217.635	1.166.217	10.283.704	10.229.718	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)		
	Capital social	Reservas de capital
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.502.716	132.834
Aumento/Redução de capital de subsidiárias		
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(1.592)
Dividendos adicionais - AGO 05/04/2022		
Dividendos destinados a não controladores		
Opções de ações outorgadas		(1.917)
Alienação de ações de tesouraria		(1.950)
Recuperação de ações em tesouraria		
Lucro líquido do exercício		
Destinação do lucro		
Constituição de reserva legal		
Reserva de retenção de lucros		
Dividendos intermediários (JSCP)		
Dividendo adicional proposto		
Outros resultados abrangentes		
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.502.716	127.375
	Capital social	Reservas de capital
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.502.716	127.375
Aumento de capital - AGOE de 11/04/2023	500.000	
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(1.586)
Dividendos adicionais - AGOE de 11/04/2023		
Dividendos destinados a não controladores		
Opções de ações outorgadas		(3.763)
Alienação de ações de tesouraria		(4.738)
Recuperação de ações em tesouraria		
Cancelamento de ações em tesouraria		
Lucro líquido do exercício		
Destinação do lucro		
Constituição de reserva legal		
Reserva de retenção de lucros		
Dividendos complementares obrigatórios		
Dividendo adicional proposto		
Outros resultados abrangentes		
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.002.716	117.288

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		1.073.305	1.019.050	1.916.395	1.950.764
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais					
Tributos diferidos	1.388		41	(9.221)	5.930
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD				159.776	159.528
Remuneração dos Ativos da concessão				(577.701)	(512.569)
Margem na construção				(9.312)	(6.870)
Reajuste Anual				(6.289)	(169.255)
Valor justo do ativo financeiro indenizável				(351.058)	(384.236)
Depreciações, amortizações e impairment	575.908	17.446	1.293.028	2.068.307	
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	16.278	15.491	85.615	103.258	
Juros e atualizações monetárias dos Empréstimos à receber	(56.971)	(38.673)	(2.251)	(1.679)	
Direito de concessão - GSF				(3.269)	
Ativos e passivos financeiros setoriais				16.179	(3.180)
Fornecedores - atualização monetária - Energia livre				996	2.263
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos	18.510	23.233	1.663.623	1.420.546	
Uso do bem público - atualização monetária e AVP				13.379	57.064
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP	2.003	2.060	10.056	15.469	
Provisão para plano de benefícios pós-emprego				73.701	74.063
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	15.337	22.080	197.321	152.428	
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP				2.787	4.494
Compromissos futuros				20.744	(54.173)
Resultado de participações societárias	(1.878.573)	(842.448)	(264.786)	(213.964)	
Perdas (Ganhos) com alienação de investimentos	144.454	(341.590)	122.709	(341.540)	
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária				49.208	46.258
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(1.285)	(795)	(45.133)	(29.887)	
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(11.324)	(3.821)	(12.910)	(34.502)	
Provisão (reversão) - Ressarcimento por Indisponibilidade				22.718	(2.446)
Instrumentos financeiros derivativos				204.705	283.786
Outros	(8.492)	(5.465)	(213.893)	(161.268)	
	(109.462)	(133.391)	4.360.386	4.425.320	

...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto
1.1 Operacional
A EDP - Energias do Brasil S.A. (Companhia, Controladora ou EDP - Energias do Brasil), sociedade anônima de capital aberto, constituída em 24 de julho de 2000, com sede no município de São Paulo, tem como objeto social: (i) participar em outras sociedades, como acionista ou quotista, bem como prestar serviços em negócios e empreendimentos do setor energético, no Brasil ou no exterior; (ii) gerir ativos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; (iii) estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; e (iv) prestar serviços em negócios do setor energético no Brasil ou no exterior.
A partir do dia 21 de agosto de 2023, as ações de emissão da Companhia deixaram de ser negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (Nota 4.7).
A Companhia possui as seguintes participações nas controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas:

Empresas	Classificação	Consolidação	% Participação			
			31/12/2023	31/12/2022	Direta	Indireta
Distribuição						
EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. (EDP Espírito Santo)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A. (EDP São Paulo)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Geração						
Enerpeixe S.A. (Enerpeixe)	Controlada	integral	60,00	-	60,00	-
Investco S.A. (Investco)	Controlada	integral	-	40,78	-	40,78
Lajeado Energia S.A. (Lajeado)	Controlada	integral	55,86	-	55,86	-
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Porto do Pecém) (Nota 4.6.4)	Coligada	por equivalência patrimonial	20,00	-	100,00	-
Resende Engenharia e Assessoria Ltda. (Resende)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Companhia Energética do Jari - (CEJA)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	-
Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Cachoeira Caldeirão)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	-
Empresa de Energia São Manoel S.A. (São Manoel)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	33,334	-	33,334	-
Comercialização						
EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. (EDP Trading)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Transmissão						
EDP Transmissão Aliança SC S.A. (EDP Transmissão Aliança)	Controlada	integral	90,00	-	90,00	-
EDP Transmissão Litoral Sul S.A. (EDP Transmissão Litoral Sul)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
EDP Transmissão SP-MG S.A. (EDP Transmissão SP-MG) (Nota 18.2)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Mata Grande Transmissora de Energia Ltda. (Mata Grande Transmissora) (Nota 18.2)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
EDP Transmissão Norte S.A. (EDP Transmissão Norte)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
EDP Transmissão Goiás S.A. (EDP Goiás)	Controlada	integral	-	100,00	-	99,9989
EDP Transmissão Norte 2 S.A. (EDP Transmissão Norte 2)	Controlada	integral	100,00	-	-	-
Clientes						
EDP Smart Serviços S.A. (EDP Smart Serviços)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
EDP Smart Soluções S.A. (EDP Smart Soluções)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
EDP Smart Energia Ltda. (EDP Smart Energia)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
EDP Smart SPE V Ltda. (EDP Smart SPE V)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
EDP Smart SPE 1 Ltda. (EDP Smart SPE 1) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
EDP Smart SPE 2 Ltda. (EDP Smart SPE 2) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
EDP Smart SPE 3 Ltda. (EDP Smart SPE 3) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
EDP Smart SPE 4 Ltda. (EDP Smart SPE 4) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
EDP Smart SPE 5 Ltda. (EDP Smart SPE 5) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
EDP Smart SPE 6 Ltda. (EDP Smart SPE 6) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
EDP Smart SPE 7 Ltda. (EDP Smart SPE 7) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
EDP Smart SPE 8 Ltda. (EDP Smart SPE 8) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
EDP Smart SPE 9 Ltda. (EDP Smart SPE 9) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
EDP Smart SPE 10 Ltda. (EDP Smart SPE 10) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
EDP Smart SPE 11 Ltda. (EDP Smart SPE 11) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
EDP Smart SPE 12 Ltda. (EDP Smart SPE 12) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
EDP Smart SPE 13 Ltda. (EDP Smart SPE 13) (Nota 1.1.1)	Controlada	integral	-	100,00	-	-
EDP Smart SPE Ltda. (EDP Smart SPE)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
Nova Geração Solar Ltda. (Nova Geração Solar)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
Energia Solar I SPE Ltda. (Energia Solar I)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
Energia Solar II SPE Ltda. (Energia Solar II)	Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
Energia I SPE S.A. (Energia I)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Energia II SPE S.A. (Energia II)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Outros						
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc)	Coligada com influência significativa	por equivalência patrimonial	29,90	-	29,90	-
EDP Ventures Brasil S.A. (EDP Ventures)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Mabe Construções e Administração de Projetos Ltda. (Mabe)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	-
Comercializadora de equipamentos y materiales Mabe Ltda. (Mabe Chile)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial pela Mabe Construções	-	50,00	-	50,00
Pequena Central Hidrelétrica SL S.A. (Santa Leopoldina)	Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A. (Pecém OM) (Nota 4.6.3)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial pela Porto do Pecém	-	-	50,00	-
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A. (Pecém TM) (Nota 4.6.3)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial pela Porto do Pecém	-	-	50,00	-
Blue Sol Participações S.A. (Blue Sol) (Nota 4.18)	Controlada	por equivalência patrimonial	-	100,00	-	40,00

1.1.1 Constituição de controladas
No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a controlada EDP Smart SPE V constituiu treze novas controladas indiretas, sendo controladas diretas da EDP Smart Serviços (Nota 1.1). As referidas controladas indiretas foram constituídas com finalidade de viabilizar projetos do grupo EDP - Energias do Brasil, alinhados com o Plano Estratégico da Companhia.
1.2 Estratégias ESG - Environmental, Social and Governance
A EDP - Energias do Brasil é uma Companhia comprometida com a excelência ESG, que tem a Sustentabilidade como principal valor de uma estratégia integrada. Após dois anos consecutivos em 1º lugar no ranking geral do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, com a OPA (Nota 4.7), a Companhia manteve seus compromissos com a agenda ESG a partir da integração dos temas sociais e ambientais em seu Plano de Negócios 2023-2026. A Companhia mantém objetivos estratégicos que passa pelos temas da descarbonização do portfólio, investimento social nas comunidades em que atua e aceleração de uma cadeia de fornecimento sustentável.
A Companhia também manteve seu score em nível de Liderança no CDP (*Carbon Disclosure Project*), disclosure focado no tema das alterações climáticas e que demanda estratégia sólida de gestão da temática e melhoria nos indicadores de desempenho que envolvem a emissão de carbono.

2 Outorgas
Nas concessões, registros e autorizações as companhias têm ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.
O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21, os artigos 63 e 64 daquele decreto, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos na Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.
Também é estabelecido que, extinta a concessão, a autorização ou o registro, operar-se-á, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados à prestação dos serviços, procedendo-se os levantamentos e as avaliações necessárias pelo órgão regulador.
A Resolução ANEEL nº 691/15 regulamenta a desvinculação dos ativos vinculados a concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à doação de interesse social ou alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.
Em 31 de dezembro de 2023 as controladas e controladas em conjunto da Companhia possuem o direito de explorar as seguintes outorgas de geração, transmissão e distribuição de energia:

Empresas		Usina	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade instalada (MWm)		Energia assegurada (MWm) (Nota 4.4)		Início	Término	Prorrogação		Indenização
Distribuição														
EDP Espírito Santo			Serviço Público	Concessão	ES					17/07/1995	17/07/2025	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente		(i)
EDP São Paulo			Serviço Público	Concessão	SP					23/10/1998	23/10/2028	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente		(i)
Geração														
Cachoeira Caldeirão		UHE Cachoeira Caldeirão	Produtor Independente	Concessão	AP		219,00	123,30	29/05/2013	19/08/2048	Sem previsão de prorrogação na legislação atual		(ii)	
CEJA		UHE Santo Antônio do Jari	Produtor Independente	Concessão	PA/AP		392,95	211,30	21/12/1987	28/10/2045	20 anos		(i)	
Enerpeixe		UHE Peixe Angical	Produtor Independente	Concessão	TO		498,75	266,60	07/11/2001	11/05/2042	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente		(i)	
Investco		UHE Luiz Eduardo Magalhães	Produtor Independente	Concessão	TO		902,50	479,90	15/01/1998	22/09/2035	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente		(i)	
São Manoel		UHE São Manoel	Produtor Independente	Concessão	PA		735,84	430,40	10/04/2014	09/12/2049	Sem previsão de prorrogação na legislação atual		(ii)	
Transmissão														
Operação comercial														
Empresas		Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da linha		Início	Término	Prorrogação		Indenização		
EDP Transmissão Aliança		484,5 km	Serviço Público	Concessão	SC	3 LT 525kV; 2 LT 230kV; SE 525/230kV		11/08/2017	11/08/2047	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente		(ii)		
EDP Transmissão SP-MG (Nota 18.2)		375 km	Serviço Público	Concessão	SP/MG	LT 500kV		11/08/2017	11/08/2047	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente		(ii)		
		744 km	Serviço Público	Concessão	GO	13 LT 230kV; 12 SE 230/138/69kV		01/01/2013	01/01/2043	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente		(ii)		
		11 km	Serviço Público	Concessão	GO	1 LT 230kV; 2 SE 230kV		06/03/2015	06/03/2045	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente		(ii)		
EDP Goiás		0 km (Compensador Estático)	Serviço Público	Concessão	GO	Compensador Estático		20/01/2016	20/01/2046	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente		(ii)		
EDP Transmissão Litoral Sul		142 km	Serviço Público	Concessão	SC/RS	3 LT 230kV; SE 230/69kV; SE 230/138/69kV		27/06/2016	27/06/2046	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente		(ii)		
Mata Grande Transmissora (Nota 18.2)		113 km	Serviço Público	Concessão	MA	LT 230kV		20/09/2018	20/09/2048	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente		(ii)		
Em fase de projeto/construção														
Empresas		Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da linha		Início	Término	Prorrogação		Indenização		
Transmissão														
EDP Transmissão Norte		360 km	Serviço Público	Concessão	AC/RO	LT 230kV; SE 230/69-13,8kV		30/09/2021	30/09/2051	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente		(ii)		
EDP Transmissão Norte 2		188 km	Serviço Público	Concessão	RO	LT 230kV; 2 SE 230kV		31/03/2023	31/03/2053	Pode ser prorrogada a critério do Poder Concedente		(ii)		
(i) No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da própria Agência.														
(ii) No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original e ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. O valor será apurado mediante auditoria própria do Poder Concedente.														

(i) No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da própria Agência.
(ii) No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original e ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. O valor será apurado mediante auditoria própria do Poder Concedente.

Adicionalmente, a coligada Celesc, na qual a Companhia possui participação minoritária com influência significativa, detém o controle das seguintes outorgas:

Empresas	Usina	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade instalada (MWm)	Energia assegurada (MWm)	Término da concessão
Distribuição							
Celesc Distribuição S.A. - Celesc D		Serviço Público	Concessão	SC			07/07/2045
Gás natural							
Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. - SCGAS		Serviço Público	Concessão	SC			28/03/2044
Geração							
	UHE Garcia	Produtor Independente	Concessão	SC	8,92	7,10	03/01/2053
	UHE Pery	Produtor Independente	Concessão	SC	30,00	14,08	07/07/2054
	UHE: Palmeiras, Bracinho, Salto e Cedros	Produtor Independente	Concessão	SC	54,28	36,24	06/11/2053
	PCH Celso Ramos	Produtor Independente	Concessão	SC	13,92	6,77	(i)
	CGH: Caveiras, Ivo Silveira, Pirai, São Lourenço e Rio do Peixe	Produtor Independente	Concessão	SC	8,15	5,97	(i)
Total					115,27	70,16	

Outros projetos de expansão de propriedade integral da coligada Celesc G estão em fase de revisão para ampliação e reativação conforme tabela a seguir:

Descrição	Localização	Final da concessão	Potência instalada (MW)	Acrescimo de potência (MW)	Potência final (MW)	Status
Usina Salto Weissbach	Blumenau/SC	06/11/2053	6,28	23,00	29,28	Análise MME/ ANEEL
Usina Cedros Etapas 1 e 2	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053	8,40	4,50	12,90	Revisão de Projeto Básico
Usina Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	06/11/2053	24,60	0,75	25,35	Revisão de Projeto Básico
CGH Marum	São José/SC	(i)	1,00	1,00		Em construção
CGH Caveiras	Lages/SC	(i)	3,83	5,57	9,40	Licenciamento Ambiental
Total			43,11	34,82	77,93	

As informações apresentadas acima foram extraídas das informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2023, divulgadas ao mercado em 10 de novembro de 2023.

(i) Usinas com potência instalada inferior a 5MW estão dispensadas do ato de Concessão (Lei nº 13.360/16).

2.1 Contratos de concessão de Distribuição, Geração e Transmissão

As principais obrigações estabelecidas às partes no contrato de concessão são as seguintes:

- **Distribuição**
Concedente: fiscalização do cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; prorrogar o prazo do contrato, se for necessário, para garantir a qualidade do atendimento a custos adequados; reajustar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, descontado, no caso da caducidade, o valor das multas contratuais e dos danos causados pelas distribuidoras.
Concessionários: manter permanentemente atualizado o cadastro dos bens e das instalações; manter equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e ter as condições técnicas para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços; cobrar, pelo fornecimento e pelo suprimento de energia elétrica, as tarifas homologadas pela Concedente; e efetuar os investimentos necessários para garantir a prestação do serviço.
- **Geração**
Concedente: fiscalização do cumprimento do contrato; acompanhamento de execução das obras e exploração das suas instalações diretamente ou através de prepostos de órgãos conveniados, os quais terão livre acesso às obras, instalações e equipamentos vinculados à concessão; prorrogar o prazo do contrato, se for necessário; a observância das normas legais e contratuais; a utilização e o destino da energia, bem como a qualidade e a comercialização do produto.
Concessionários: manter, permanentemente, os equipamentos e instalações da unidade geradora em perfeitas condições de funcionamento, com adequada estrutura de operação e conservação dos bens e instalações; condições gerais de segurança e salubridade dos operadores, eventuais visitantes e populações adjacentes ao empreendimento.
- **Transmissão**
Concedente: fiscalização do cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; revisar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, descontado, no caso da caducidade, o valor das multas contratuais e dos danos causados pelas transmissoras.
Concessionários: deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão cumprindo todas as exigências dos órgãos responsáveis pelos licenciamentos; manter atualizado o registro e inventário dos bens vinculados à concessão e a documentação técnica dos equipamentos e instalações; e cumprir e fazer cumprir as normas regulamentares e as instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.
- **Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão**
A ICPC 01 (R1), aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11, é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Com base na análise individual dos contratos de concessão e autorização divulgados no quadro acima, a Companhia concluiu que esta interpretação é aplicável aos contratos de concessão das controladas de distribuição e transmissão.
Já os contratos das controladas de geração apresentam características que não atendem aos requisitos de enquadramento da ICPC 01, principalmente, pelo fato do preço de venda da energia produzida não ser totalmente regulado, em sua essência, pelo Poder Concedente, uma vez que parte relevante da receita auferida pelas usinas ser proveniente do Ambiente de Contratação Livre (ACL). Desta forma, estes contratos estão sob o escopo do CPC 27 - Ativo Imobilizado.
De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são os modelos do ativo financeiro, do ativo intangível e bifurcado.
- **Modelo do ativo financeiro**
Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.
- **Modelo do ativo intangível**
Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.



NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

• Consolidação de entidades com investimento inferior a 50%: a Companhia é controladora indireta da Investco, com 40,78% de participação, devido ao controle direto da Lajeado com 55,86% que, por sua vez, detém 73% do capital votante da Investco, assegurando o poder de controle das atividades da mesma, bem como, da sua consolidação integral nas demonstrações financeiras.

• Coligada com influência significativa: a Companhia detém 29,90% da participação no capital total e 33,11% de participação no capital votante da Celesc, possuindo 3 assentos no Conselho de Administração, 1 assento no Conselho Fiscal e 1 assento no Comitê de Auditoria Executivo (Nota 20.2) e a Companhia detém 20,00% da participação no capital total e 33,33% de participação no capital votante da Porto do Pecém (Nota 4.6), possuindo assentos no Conselho de Administração e Diretoria.

• As datas das demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincidem com as da Companhia. Em relação à coligada Celesc, sociedade anônima com ações negociadas na B3 e que segue as normas da CVM, e a recém controlada adquirida Blue Sol (Nota 4.18), o cálculo de equivalência patrimonial utiliza o balancete da referida com dois meses de defasagem.

• Acordos de controle compartilhado: a Companhia detém 50% do direito a voto nos empreendimentos, Mabe, CEJA e Cachoeira Caldeirão e 33,334% em São Manoel. A Companhia detém o controle conjunto nestes empreendimentos pois, conforme os acordos contratuais, é requerido consenso unânime entre todas as partes dos acordos para todas as atividades relevantes.

Os acordos conjuntos da Companhia estão estruturados na forma de sociedades anônimas de capital fechado e, segundo acordos contratuais, conferem à Companhia e às outras partes dos acordos direitos aos ativos líquidos das sociedades anônimas de capital fechado. Por essa razão, esses acordos são classificados como empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*) e não são consolidados nas demonstrações financeiras.

3.7 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia e de suas controladas revisam o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

• **Ativos financeiros e Ativos contratuais**

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Atualmente, a rubrica que apresenta saldos relevantes de redução ao valor recuperável é a de Contas a receber e, para mais informações sobre os critérios e premissas utilizadas nas estimativas dos valores, vide nota 7.9.

• **Ativo não financeiro**

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia e de suas controladas identificaram que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Teste de redução ao valor recuperável - Ativos não financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de desvalorização dos ativos não financeiros com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa individual representativa do conjunto.

Nesta base, para efeito dos testes, foi definido um conjunto de premissas de forma a determinar o valor recuperável dos principais investimentos:

• Unidades geradoras de caixa: EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, EDP Smart Energia, EDP Smart Serviços, EDP Smart SPE, Enerpeixe, Lajeado, Investco, CEJA, Cachoeira Caldeirão e São Manoel;

• Base de determinação do valor recuperável: valor em uso - *equity value*;

• Determinação dos fluxos de caixa: volume de produção, consumo, tarifas previstas e valor residual no final da concessão calculado com base no Valor Novo de Reposição - VNR;

• Prazo utilizado para fluxo de caixa: prazo de concessão, considerando sua renovação, quando aplicável, exceto EDP Trading, EDP Smart Energia, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções (10 anos) e EDP Smart SPE; e

• Taxa média de correção da BRR (Distribuidoras), contratos de venda de energia (Geração) e custos operacionais: Premissa IGP-M+ (3,46% a.a.) e IPCA+ (3,47% a.a.).

Em 30 de junho de 2023, a Administração da coligada Porto do Pecém reclassificou todos os ativos e passivos a serem vendidos como "Ativo não circulante mantido para venda" (Nota 4.6.2). De acordo com o CPC 31 item 15, para fins de registro contábil, deve-se mensurar os ativos mantidos para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

Para a controlada indireta EDP Smart Soluções, considerando a intenção de alienação, a Administração da controlada EDP Smart Serviços reclassificou todos os ativos e passivos a serem vendidos como "Ativo não circulante mantido para venda" (Nota 4.19). De acordo com o CPC 31 item 15, para fins de registro contábil, deve-se mensurar os ativos mantidos para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

3.8 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

3.8.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS <i>Practice Statement</i> 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes; (ii) Adiamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments to IFRS 17</i> (2020) e <i>Initial Application of IFRS 17</i> e IFRS 9 - <i>Comparative Information</i> (2021).	IAS 36/ IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 22: CPC 15 (R1), CPC 27, CPC 20 (R1) e CPC 41	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência da revogação do CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.	IAS 7/ IAS 16/ IAS 23/ IAS 33	Pronunciamento	04/08/2023
OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros para Fins Gerais	As alterações trazem apenas ajustes de redação e de referências em razão de atualizações ocorridas em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC que têm correspondência com as normas emitidas pelo IASB, não contemplando qualquer alteração de mérito na norma original.	N/A	Orientação	04/08/2023
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32, CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.	IAS 7/ IAS 12/ IFRS 7	Pronunciamento	01/12/2023
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante; Passivos Não Circulantes com <i>Covenants</i> e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento (<i>sale and leaseback</i>).	IAS 1/ IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2024
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025

3.8.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto	IFRS 10 / IAS 28	Pronunciamento	Indeterminado

Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia e suas controladas estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4.2 Medidas regulatórias para o setor elétrico com impactos na Companhia e em suas controladas

Publicação	Descrição	Status
Revisão do Submódulo 2.3 do PRORET de 21 de fevereiro de 2022	A ANEEL concluiu em 21 de fevereiro de 2022, a primeira etapa da Tomada de Subsídios - TS 002/2022, que trata da revisão do Submódulo 2.3 dos PRORET, relativa à Base de Remuneração Regulatória (BRR) das distribuidoras de energia elétrica. Em suma, a tomada de subsídios propõe a revisão das componentes de custo que formam a Base de Remuneração e questiona quais fatores devem ser revisados na metodologia de cálculo. A Base de Remuneração consiste no montante de investimentos realizados pelas distribuidoras na prestação dos serviços e que será coberto pelas tarifas cobradas dos consumidores.	Foram recebidas contribuições, com as quais as controladas de distribuição contribuíram. A ANEEL encerrou a TS 002/2022 e deverá abrir a Consulta Pública - CP para dar continuidade ao tema em 2024.
DSP nº 453 de 27 de fevereiro de 2023	Em 27 de fevereiro de 2023, foi publicado o Despacho nº 453, que anuiu previamente o Contrato de Compra e Venda de Ativos a ser firmado entre a controlada EDP São Paulo e a controlada indireta EDP Goiás.	A operação da venda de torres de emergência entre as controladas EDP São Paulo e EDP Goiás foi aprovada pela ANEEL. Adicionalmente, houve adequação do pleito de anuência prévia para a operação de compra e venda de torres entre as referidas devido alteração no valor anuído.
DSP nº 848 de 4 de abril de 2023	Em 4 de abril de 2023 foi publicado o DSP nº 848, acatando parcialmente o pedido de reconsideração da RAP ciclo 2022/2023 publicada na Resolução Homologatória nº 3.067, de 12 de julho de 2022.	Pleito da controlada EDP Transmissão Litoral Sul, acatado parcialmente, com o reconhecimento de R\$2.847. Os valores foram reconhecidos via Parcela de Ajuste na Resolução Homologatória - REH nº 3.216 (Nota 4.11).
REN nº 1.062 de 4 maio de 2023	Em 4 de maio de 2023 foi publicada a REN nº 1.062, alterando a REN nº 1.030/2023, que estabelece procedimentos relacionados à prestação e à remuneração de serviços anclares. Com a alteração as usinas solares, fotovoltaicas e térmicas também podem prestar serviço anclar de suporte de reativos e serem remuneradas a Tarifa de Serviços Ancilares - TSA.	A alteração possibilita que a coligada Porto do Pecém preste serviço anclar de suporte de reativos e receba TSA.
REN nº 1.063 de 10 de maio de 2023	Em 10 de maio de 2023 foi publicada a REN nº 1.063, alterando a REN nº 846, de 11 de junho de 2019, com vistas a estabelecer procedimentos e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia associados à segurança de barragens de usinas hidrelétricas fiscalizadas pela ANEEL, de acordo com o que determina a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.	As UHEs das controladas de geração estão atendendo as exigências estabelecidas quanto à segurança de barragens, sob o risco de sofrer penalidades que podem chegar a 2% da receita das controladas de geração.
Portaria - PRT nº 2.283 de 12 de junho de 2023	A PRT foi publicada em 12 de junho de 2023, aprovando o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI e aprovar o projeto de transmissão de energia elétrica, correspondente ao Lote 02 do Leilão nº 02/2022-ANEEL (Contrato de Concessão nº 02/2023), de titularidade da controlada EDP Transmissão Norte 2.	A PRT entrou em vigor na data da publicação, possibilitando economia nos custos da obra em decorrência da isenção no pagamento de encargos na controlada.
Consulta Pública - CP nº 1152 de 22 de junho de 2023	Em 22 de junho de 2023, foi aberta a Consulta Pública nº 152/2023, do Ministério de Minas e Energia (MME), para o recebimento de contribuições da sociedade para elaboração de diretrizes para o tratamento das concessões de distribuição de energia elétrica com vencimentos entre 2025 e 2031.	As contribuições dos interessados para o aprimoramento das diretrizes que trata da prorrogação das concessões foram recepcionadas pelo MME no período de 22 de junho de 2023 a 26 de julho de 2023. O MME emitiu em 13 de setembro de 2023 a Nota Técnica nº 019/2023, onde analisa as contribuições dos agentes feitas no âmbito da referida Consulta Pública. Aguarda-se o envio de minuta de Decreto à Casa Civil, contendo as diretrizes. Após, a ANEEL deverá instaurar consulta pública acerca das condições da prorrogação, com a disponibilização da minuta de contrato.
DSP nº 2.401 de 19 de julho de 2023	Em 19 de julho de 2023, foi publicado o Despacho Nº 2.401 que autoriza a controlada indireta EDP Goiás, Contrato de Concessão nº 63/2001, a implantar as melhorias em instalação de transmissão sob sua responsabilidade e estabelecer os valores das correspondentes parcelas da Receita Anual Permitida.	O investimento estimado na EDP Goiás é de R\$31.359 com RAP de R\$4.963. Esses recursos serão implantados no Plano de Negócio - PN 2024.
Ato Declaratório - ADC nº 160 de 20 de julho de 2023	Em 20 de julho de 2023, foi publicado o ADC nº 160/2023 que concede à controlada EDP Transmissão Norte 2, habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 2.121/2022.	O impacto estimado na controlada EDP Transmissão Norte 2 com o benefício REIDI é de R\$23.158.
Termo de Compromisso nº 15/2023 de 20 de julho de 2023	Em 20 de julho de 2023, foi publicado o Termo de Compromisso nº 15/2023 celebrado entre a controlada EDP Transmissão Aliança e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, para a compensação Ambiental referente à implantação do empreendimento do lote 21 do leilão ANEEL nº 005/2016, em cumprimento ao disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985/2000.	O valor destinado é de R\$914 fixado em fevereiro de 2019, com vigência até março 2024.
REN nº 2.832 de 16 de agosto de 2023	Em 16 de agosto de 2023, foi publicada a REN nº 2.832 que autoriza a controlada indireta EDP Goiás, Contrato de Concessão nº 063/2001, a implantar os reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade e estabelecer os valores das correspondentes parcelas da Receita Anual Permitida.	A controlada indireta estima o investimento de R\$17.578 e RAP de R\$2.774. Pleito adicional aproximado de R\$13.358 referente às Conexões de Transformadores protocolados junto a ANEEL.
DSP nº 3.223 de 06 de setembro de 2023	Em 06 de setembro de 2023, foi publicado o DSP nº 3.223 que fixa a Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE.	Para a controlada EDP Espírito Santo foi definido valor da TFSEE Anual de R\$5.791.
REN nº 1.041 de 23 de setembro de 2022	A REN nº 1.041/2022, aprova novas versões dos Submódulos 7.4 e 9.4 dos PRORET, aplicáveis às concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica.	A REN altera a metodologia de cálculo da TUST, aprimorando o sinal locacional da componente tarifária, vigente desde julho de 2023. Essa norma impactou as controladas em conjunto Cachoeira Caldeirão, CEJA e as controladas Enerpeixe e Lajeado após o fim do ciclo de estabilização da TUST.
Portaria nº 2.712 de 15 de dezembro de 2023	Em 15 de dezembro 2023 foi publicada a Portaria nº 2.712/SNTEP/ MME/2023, aprovando o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI dos projetos de reforços e melhorias em instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo reforços da controlada indireta EDP Goiás. (Despacho ANEEL nº 2.832, de 10 de agosto de 2023).	A controlada indireta EDP Goiás obteve o REIDI que traz benefícios tributários ao projeto.
Despacho nº 4.832 de 15 de dezembro de 2023	Em 15 de dezembro de 2023 foi publicado Despacho nº 4.832, anuindo previamente ao pedido para celebração de Contratos de Compra e Venda de Ativos entre a controlada indireta Investco, vendedora, e as controladas EDP Transmissão SP-MG, e EDP Transmissão Aliança, compradoras, conforme proposta apresentada.	A controlada indireta Investco está aguardando anuência da ANEEL para alienação de quatorze Torres de Emergência Triangulares - TET, através da celebração dos contratos de compra e venda de ativos.

4.3 Lei Complementar - LC nº 194

A Lei Complementar - LC nº 194, de 23 de junho de 2022 e o Ofício ANEEL nº 54, de 22 de julho de 2022, endereçado ao Confaz e COTEPE/ICMS, consideram, entre outras informações, a inclusão de energia elétrica como bem e serviço essencial e indispensável, trazendo limitadores da alíquota de ICMS para recolhimento, bem como outras providências.

A Administração das controladas de distribuição aplicou a redução da alíquota de ICMS nas transações abrangidas pela referida LC.

Em 10 de fevereiro de 2023 foi publicada, pelo Supremo Tribunal Federal, decisão na Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI nº 7195/DF concedendo pedido liminar para suspender os efeitos do artigo 2º da referida LC, no que tange à exclusão da incidência do ICMS sobre o valor relativo aos serviços de transmissão e distribuição bem como aquele correspondente aos encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica.

Os efeitos da decisão são imediatos a partir da data da publicação, mantendo-se, portanto, a aplicação da redução da alíquota do ICMS, mas restabelecendo a base de cálculo para incluir o valor relativo aos serviços de transmissão e distribuição bem como aquele correspondente aos encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica.

4.4 Portaria Normativa nº 709 de 30 de novembro de 2022

A partir de 1º de janeiro de 2023, as controladas e controladas em conjunto da Companhia estão em conformidade com as novas garantias físicas conforme Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN, aprovada pela Portaria Normativa nº 709/2022. Segue abaixo as novas garantias físicas:

	Energia assegurada (MWh)	
	2022	2023
Enerpeixe	280,5	266,6
Investco	505,1	479,9
CEJA	222,0	211,3
Cachoeira Caldeirão	129,7	123,3

4.5 Distribuidoras - Alteração no regime de tributação

Para o exercício de 2023 as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo alteraram o regime de tributação, anteriormente apurado pelo Lucro Real Trimestral, para Lucro Real Anual.

4.6 Porto do Pecém - Coligada

4.6.1 Porto do Pecém - Redução de capital

A coligada Porto do Pecém deliberou, em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 31 de outubro de 2022, pela redução de seu capital social no montante de R\$875.000 por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, sem cancelamento de ações e mantendo-se inalterada a participação da EDP - Energias do Brasil no capital social. A eficácia da redução ficou condicionada a: (i) recebimento da quitação e liberação das garantias do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 09.2.0354.1 e respectivos instrumentos acessórios, celebrados entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; e (ii) transcurso do prazo de 60 dias após a publicação da Assembleia, nos termos do artigo 174 da Lei das S.A.

A redução foi por meio de restituição à Companhia, em moeda corrente, no dia 26 de janeiro de 2023.

4.6.2 EDP - Energias do Brasil - Transferência para Ativo Mantido para Venda e reconhecimento de redução no valor recuperável (impairment) da coligada Porto do Pecém

Em junho de 2023 a Companhia reclassificou todos os ativos e passivos da coligada Porto do Pecém a ser vendida como "Ativo não circulante mantido para venda" (Nota 18.1). De acordo com o CPC 31 item 15, para fins de registro contábil, deve-se mensurar os ativos mantidos para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

Para apuração do valor justo da Porto Pecém foi considerada a Abordagem de Mercado (*Market Approach*). Este método baseia-se nos preços praticados em transações efetivas e nas cotações de venda disponíveis para ativos similares na data de avaliação. Conforme definido pela norma o método utiliza preços e outras informações relevantes geradas por transações de mercado envolvendo ativos, passivos ou grupo de ativos e passivos - como, por exemplo, um negócio - idêntico ou comparável (Nota 35.6).

4.6.3 Porto do Pecém - Reestruturação societária

A partir de 31 de maio de 2023 a coligada Porto do Pecém passou a deter o controle compartilhado das companhias Pecém TM e Pecém OM. A reestruturação societária foi dividida em partes:

(i) Transferência de controle acionário: Em 1º de agosto de 2023, a coligada Porto do Pecém, em AGE, aprovou o aumento de seu capital social no montante de R\$9.546, mediante a emissão de 11.252.689 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, mediante a transferência do controle acionário entre a Companhia e a coligada Porto do Pecém, a totalidade das participações societárias detidas na Pecém TM e Pecém OM, sem gerar ganhos ou perdas entre as partes envolvidas, sendo: (i) 1.682.009 ações ordinárias de emissão da Pecém TM, sem valor nominal; e (ii) 3.526.683 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da Pecém OM.

(ii) Absorção de prejuízos acumulados: A Porto do Pecém deliberou, em AGE realizada em 1º de agosto de 2023, pela redução de seu capital social no montante de R\$506.167 por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, além da absorção integral dos prejuízos acumulados das demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022, sem cancelamento de ações e mantendo-se inalterada a participação da EDP - Energias do Brasil no capital social. A eficácia da redução ficou condicionada a: (i) publicação do extrato da ata na versão impressa e digital do jornal "O Estado", e (ii) transcurso do prazo de 60 dias após a publicação da Assembleia, nos termos do artigo 174 da Lei nº 6.404/76.

(iii) Redução de Capital: A Porto do Pecém deliberou, em AGE realizada em 20 de setembro de 2023, pela redução de seu capital social no montante de R\$300.500, sem cancelamento de ações e mantendo-se inalterada a participação da EDP - Energias do Brasil no capital social. A eficácia da redução ficou condicionada a: (i) publicação do extrato da ata na versão impressa e digital do jornal "O Estado"; e (ii) transcurso do prazo de 60 dias após a publicação da Assembleia, nos termos do artigo 174 da Lei nº 6.404/76.

(iv) Conversão em ações: A Porto do Pecém deliberou, em AGE realizada em 1º de dezembro de 2023, o grupamento das suas ações, na proporção de 952,100524 ações ordinárias para cada ação ordinária passando de 2.380.251.310 ações para 2.500.000 ações, sendo: (i) 500 em ações ordinárias ("ON"); (ii) conversão de 1.000.000 ações preferências classe A ("PNA"), entre suas características destacam: não tem direito a voto, não são resgatáveis e a participação da distribuição de dividendos em igualdade de condições com as ações ordinárias; e (iii) emissão de 500.000 ações preferências da classe B ("PNB"), entre suas características destacam: não tem direito a voto, serão resgatadas semestralmente a partir de 15 de fevereiro de 2025 e farão jus a dividendos prioritários, fixos à taxa de IPCA+ 15% a.a. com pagamentos trimestrais a partir de 15 de agosto de 2024. Classificadas como Títulos a receber conforme nota 17.

4.6.4 EDP - Energias do Brasil - Alienação de 80% do capital social da coligada Porto do Pecém

Em 20 de setembro de 2023 a Companhia assinou o contrato de compra e venda com as empresas Mercurio GF I Fundo De Investimento em Participações em Infraestrutura e Cactus Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia para formalizar a alienação de 80% do capital social da coligada Porto do Pecém, detentora da usina térmica denominada Pecém I (UTE Pecém I) e das subsidiárias Pecém PM e Pecém OM que estão situadas no estado do Ceará.

Em 22 de dezembro de 2023 a Companhia concluiu a venda, uma vez que foram atendidas todas as condições precedentes.

A transação foi concluída em linha com os termos e condições previamente divulgados no valor total de R\$461.631 tendo recebido pelos 80% do capital da coligada, na referida data. A apuração desta operação está apresentada na nota 18.1.

4.7 Oferta Pública de Aquisição - OPA

4.7.1 OPA de Ações da Companhia

Em 02 de março de 2023, a Companhia divulgou Fato relevante que, na referida data recebeu, comunicação de sua acionista controladora EDP - Energias de Portugal S.A., informando que, conforme aprovado pelos órgãos societários competentes da EDP - Energias de Portugal S.A. e da EDP International Investments and Services, S.L., na qualidade de veículo ofertante, foi realizado, naquela data, protocolo perante a CVM de pedido de registro de oferta pública para aquisição de até a totalidade de ações ordinárias de emissão da Companhia, exceto por aquelas detidas, direta e indiretamente, pela EDP - Energias de Portugal S.A. e por aquelas atualmente mantidas em tesouraria, para fins de:

(i) obtenção da conversão de registro da Companhia na CVM de emissora de valores mobiliários categoria "A" para "B", nos termos do artigo 9º e seguintes da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022; e

(ii) saída da Companhia do segmento especial de listagem Novo Mercado da B3, se atingidos os respectivos quóruns regulamentares, conforme cada caso, nos termos da Resolução CVM 85 e do regulamento do Novo Mercado, com o objetivo de simplificação da estrutura corporativa e organizacional da EDP - Energias de Portugal S.A., conferindo assim maior flexibilidade na gestão financeira e operacional das suas operações no Brasil, e alinhado com a sua estratégia de foco em energias renováveis e redes de eletricidade.

O preço atribuído pela Companhia para cada ação objeto da OPA será de R\$24,00 por ação, a ser pago à vista e em moeda corrente nacional



NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

4.7.2 Ajuste do preço por Ação na OPA em razão de distribuição de dividendos

4.7.2 Ajuste do preço por Ação na OPA em razão de distribuição de dividendos
Conforme informado em 02 de março de 2023, a Companhia atribuiu o preço de R\$24,00 por ação objeto da OPA, sujeito a ajustes em razão de dividendos ou JSCP declarados pela Companhia antes da realização do leilão da OPA. Considerando que, em 11 de abril de 2023, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia - AGOE a declaração de dividendos (exceto JSCP já declarados) no valor de R\$152,457, equivalente a R\$0,269366954 por ação, a serem pagos aos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia na data-base da AGOE, o novo preço por ação da OPA passa a ser de R\$23,73 por ação.

4.7.3 Exclusão da negociação de ações ordinárias no Mercado de Valores Latinoamericanos (Latibex)
Em 27 de março de 2023, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que na presente data, foi apresentado requerimento ao Mercado de Valores Latinoamericanos (Latibex) para exclusão da negociação de ações ordinárias de emissão da Companhia (Nota 4.7.). A exclusão entra em vigor a partir de 28 de março de 2023, para a Companhia S.A. e para o Grupo de Investimentos Global Investor do Mercado de Valores S.A. como instituição intermediária (Especialista) como agente facilitador, aqueles investidores que tenham adquirido ações de emissão da Companhia na Latibex e que foram alienadas em momento anterior à exclusão da negociação na Latibex, que o desinvestimento de sua participação acionária foi realizado em condições de mercado, segundo o valor de cotação praticado no segmento de bolsa de valores da B3.

4.7.4 Resultado do Leilão referente à OPA

Ano em 11 de julho de 2023, a Companhia comunicou ao mercado o resultado do Leilão que a controladora da Companhia adquiriu 185.169.240 ações ordinárias em emissão pública, representando 31,86% do seu capital social total. As ações foram adquiridas pelo preço de R\$173,33 totalizando o valor de R\$34.994.066. Com a liquidação do Leilão, que ocorreu em 14 de julho de 2023 sobrou em circulação 55.699.225 ações ordinárias de emissão da Companhia, que representam 9,58% do seu capital social total. Considerando a aquisição realizada no Leilão, a controladora da Companhia passou a detêr 510.895.234 ações ordinárias de emissão da Companhia, que representam 87,31% do seu capital social total. Tendo sido alcançado o quórum necessário para a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2023, a Companhia realizou a Assembleia Geral Ordinária de 2023, em 12 de julho de 2023, no quórum para Saída do Novo Mercado conforme previsto no artigo 43, inciso II, do Regulamento do Novo Mercado da B3 e no Item 3.5 da Edital, foram tomadas as medidas necessárias para a Conversão de Registro da Companhia e exclusão de negociação das suas ações da B3, sendo que as ações ordinárias de emissão da Companhia foram sendo negociadas no segmento básico da B3 a partir de 12 de julho de 2023 até a efetiva Conversão de Registro da OPA em 19 de julho de 2023.

4.7.5 Conversão do Registro de companhia aberta de Categoria "A" para "B" e Data de Corte do Resgate Compulsório das ações remanescentes em circulação da Companhia

4.7.6 Aprovação do Resgate Compulsório das ações remanescentes em circulação, após conclusão da OPA

Em 30 de agosto de 2023 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, que em assembleia geral de acionistas da Companhia realizada nesta data, o resgate compulsório das 21.494.341 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de 3,70% do seu capital social total, remanescentes em circulação, nos termos do item 9.1.1 do edital da OPA e do disposto no artigo 4º, parágrafo 5º, da Lei das S.A. O preço do resgate compulsório será idêntico ao preço por ação de R\$23,73, ajustado pela taxa SELIC acumulada, *pro rata temporis*, desde 14 de julho de 2023, data de liquidação da OPA, até a data do efetivo pagamento do preço do resgate.

O preço de resgate foi pago aos acionistas da Companhia com base na posição acionária registrada em 29 de agosto de 2023, considerando que o último dia de negociação das ações de emissão da Companhia no ambiente de negociação da B3 foi em 21 de agosto de 2023. Considerando a aprovação do resgate compulsório, fica encerrado antecipadamente o período de três meses contados da data do Leilão para que os acionistas que desejassem vender suas ações objeto da OPA que não foram alienadas no Leilão, previsto no item 8.1.1 do edital da OPA e objeto do aviso aos acionistas divulgado em 11 de julho de 2023.

4.8 Encerramento do Programa de Recomprou de Ações
Em 07 de março de 2023, a Companhia divulgou Comunicação ao Mercado, informando que diante do protocolo de pedido de registro de oferta pública para aquisição de ações da Companhia junto à CVM por sua acionista controladora, EDP - Energias de Portugal, S.A. (Nota 4.7), comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral o encerramento do programa de recomprou de ações de emissão da Companhia aprovado pelo seu Conselho de Administração em 25 de outubro de 2021, conforme Fato relevante na data referida.

O Programa de Recompra teve como objetivo aplicar recursos disponíveis para maximizar a geração de valor para os acionistas, uma vez que, na visão da Administração da Companhia, o valor de negociação das ações da Companhia não refletia o real valor dos seus ativos combinado com a perspectiva de rentabilidade e geração de resultados futuros.

Por meio do Programa de Recompra, a Companhia recomprou 15.287.400 ações ordinárias de emissão da Companhia.

4.9 EDP Trading - Reestruturação societária
Em 14 de março de 2023 a controlada EDP Trading efetuou a transferência de controle acionário da companhia EDP Transmissão Norte 2 para EDP - Energias do Brasil, passando a totalidade das participações societárias, a valor contábil, e o total de 1.000 ações ordinárias com valor nominal de R\$1,00 cada.

4.10 Transmissoras - Conclusão dos reforços em transmissão

EDP Goiás
Conclusão do reforço da instalação de transmissão de energia elétrica para implantação do setor de 138kV - 230/138kV - (6+1R)x33,33 MVA na SE Itapaci, aprovado pela Resolução autorizativa nº 8.614 de 27 de fevereiro de 2020, desta forma houve o reconhecimento da RAP adicional de R\$12.670 (valor atualizado para o ciclo 2023/2024).

Conclusão do reforço da instalação na Xavantes em setembro de 2023 na EDP Goiás, aprovado pela Resolução autorizativa nº 11.645 de 12 de abril de 2022, desta forma houve o reconhecimento da RAP adicional de R\$16.033 (valor atualizado para o ciclo 2023/2024).

EDP Transmissão Litoral Sul

Conclusão da instalação do 2º transformador 230/138-13,8kV, 150MVA na SE Tubarão Sul, aprovado pela Resolução autorizativa nº 9.975 de 11 de maio de 2021, desta forma houve o reconhecimento da RAP adicional de R\$3.296 (valor atualizado para o ciclo 2022/2023).

4.11 Transmissoras - Reajustes e revisão tarifárias

Em 04 de julho de 2023, foi homologada a Resolução Homologatória - REH nº 3.216, estabelecendo as Tarifas Anuais Permitidas - RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023. A RAP é reajustada considerando os efeitos do exercício da IPCA e da inflação na componente de financiamento do WACC, conforme previsto no Contrato de Concessão. A parcela de reajuste inerente ao IPCA é considerada um componente de contraprestação variável e, portanto, com base no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (Nota 34), foi efetuada a revisão deste componente no cálculo do Ativo de Contrato e os efeitos apropriados em Receitas. Com relação a alteração do WACC no processo de Revisão Tarifária Periódica - RTP, as controladas EDP Transmissão Aliança e EDP Transmissão SP-MG, esta é considerada uma alteração contratual e seus efeitos apropriados em Outros Resultados em Despesas Operacionais (Nota 34). A RAP das controladas de transmissão de 2023 e 2022 estão demonstradas a seguir:

	RAP 2023 REH nº 3.216	RAP 2022 REH nº 3.067
EDP Transmissão Aliança	241.729	239.182
EDP Transmissão Litoral Sul	63.173	60.781
EDP Transmissão SP-MG	282.480	277.590
Mata Grande Transmissora	10.544	10.145
EDP Goiás (*)	340.111	289.005

(*) A RTP de 2023 da RAP da controlada indireta EDP Goiás foi postergada em decorrência da decisão da Diretoria, consubstanciada no DSP nº 402/2023, impactando as transmissoras prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013.

4.12 EDP Espírito Santo - Reajuste Tarifário Anual
Em 01 de agosto de 2023 a ANEEL, em reunião pública ordinária da diretoria ocorrida nesta data, aprovou o Reajuste Tarifário Anual da controlada EDP Espírito Santo aplicado a partir de 07 de agosto de 2023.

O efeito médio percebido pelos consumidores será de 3,55%, sendo 0,46% o efeito médio para os consumidores atendidos em alta e média tensão e 4,80% o efeito médio para os consumidores atendidos em baixa tensão.

Durante o processo de reajuste tarifário, a ANEEL atualiza os custos regulatórios passíveis de gerenciamento pela distribuidora (Parcela "B"), enquanto os custos não gerenciáveis (Parcela "A") e os itens financeiros são atualizados com base na variação de preços verificada nos doze meses anteriores e da projeção para os doze meses subsequentes.

A Parcela "B" foi ajustada em -0,1%, ficando em linha com a homologada em 2022, resultando em R\$1.407. Essa atualização contou com o IGP-M de -7,72% apurado para o período tarifário e o Fator X de 0,86%.

Os itens que mais impactaram as novas tarifas foram: (i) a redução dos custos que remuneram a distribuidora (Parcela "B"); (ii) as geradoras (compra de energia); (iii) a elevação dos custos de transmissão e encargos setoriais; e (iv) fim de medidas de mitigação tarifária adotadas em 2022, tal como a reversão dos créditos de PIS e COFINS.

O ajuste dos itens financeiros incluído pela ANEEL neste processo foi de R\$10.738 negativo, referente à diferença entre os custos não gerenciáveis (energia, transporte e encargos) homologados e os efetivamente incorridos pela controlada EDP Espírito Santo no período tarifário de 2022 a 2023, além da reversão dos créditos residuais de PIS e COFINS no valor de R\$15.831.

4.13.1 Aquisição adicional de ações da EDP Goiás

Entre os meses de maio e agosto de 2023, a controlada Santa Leopoldina adquiriu ações da controlada indireta EDP Goiás, sendo ao todo, 3.213 ações ordinárias. Dessa forma, a controlada Santa Leopoldina passou a deter 329.723.712 ações, que representam 99,9999% do capital social total da controlada indireta EDP Goiás.

4.13.2 Grupamento de ações da Controlada indireta EDP Goiás
Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 21 de setembro de 2023, por maioria dos acionistas que representam 329.723.712 votos a favor, foi aprovado o grupamento das 329.725.474 ações ordinárias de emissão da EDP Goiás, na proporção de 20.000 ações para 1 ação, sem modificação do valor do capital social, resultando em 16.486 ações ordinárias e sem valor nominal.

Ficou consignado que os acionistas titulares de ações em números que não seja múltiplo de 20.000 ou que sejam titulares de menos de 20.000 ações tinham o prazo de 30 dias a partir da data desta AGE para ajustar suas posições mediante a negociação privada das ações.

Transcorrido o prazo de 30 dias para ajustes de posições, as eventuais frações de ações resultantes do grupamento foram identificadas, separadas e adquiridas pela EDP Goiás para manutenção em Ações em tesouraria, mediante o pagamento de valor proporcional do patrimônio líquido por ação de R\$6,40 com prêmio adicional de R\$3,90, totalizando o valor por ação de R\$10,30.

Em 21 de outubro de 2023 a controlada Santa Leopoldina passou a deter 100% das ações da controlada indireta EDP Goiás.

4.1 Investco - Ações preferenciais resgatáveis

A controlada indireta Investco assinou o Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 005/1997-ANEEL, cujo objetivo é formalizar a extensão do prazo de vigência da outorga da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães (UHE Lajeado), nos termos da Resolução Autorizativa nº 12.255, de 5 de julho de 2022, e da Resolução Homologatória nº 2.932, de 14 de setembro de 2021. Desta forma os acionistas da Investco que são detentores das Ações preferenciais resgatáveis de classes "A", "B" e "C" passam a ter direito a mais 32 parcelas de juros (Nota 27) e consequentemente a liquidação do Capital Social será no final do novo prazo de concessão (Nota 2).

7 Contas a Receber

		Valores Correntes							Consolidado							
		Corrente a Vencer		Corrente Vencida				Renegociada a Vencer		Renegociada Vencida						
	Nota	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	PECLD (Nota 7.9)	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	PECLD (Nota 7.9)	Saldo líquido em 31/12/2023	Saldo líquido em 31/12/2022	
Circulante																
Consumidores																
Fornecimento faturado	7.2															
Residencial		365.313		325.667	57.066	76.590	326.384	(325.879)	28.030	68.682	20.593	94.072	(112.754)	923.764	726.666	
Industrial		77.522		25.236	3.340	3.992	42.657	(32.420)	2.374	2.270	980	5.304	(4.001)	127.254	97.190	
Comércio, Serviços e Outras Atividades		132.053		76.705	12.866	20.679	116.562	(96.767)	5.354	12.960	3.641	22.840	(25.882)	281.011	209.270	
Rural		67.972		26.815	3.842	6.923	34.611	(26.433)	4.060	5.460	1.802	4.980	(4.993)	125.039	88.913	
Poder Público																
Federal		3.037		107	48	43	242	(80)	9	17	1	53	(1)	3.476	2.123	
Estadual		5.181		302	60	79	595	(144)	68	56	19	7	(11)	5.537	5.537	
Municipal		21.891		5.799	1.359	1.118	2.981	(796)	723	2.405	119	318	(251)	34.921	34.921	
Iluminação Pública		5.358		3.505	1.368	694	12.688	(7)	190	737	54	1.117		25.704	28.188	
Serviço Público		13.706		6.708	3.399	1.668	2.256	(485)	125	271	68	582	(349)	27.949	15.471	
Clientes livres		118.240		190	40	3.288		(3.288)						118.470	129.900	
Serviços Cobráveis		2.633		2.222	1.262	1.645	7.583	(4.054)						11.291	6.257	
Fornecimento não faturado	7.3	605.726						(4.332)						601.394	501.908	
(-) Arrecadação em processo de reclassificação		(25.688)												(25.688)	(18.075)	
Outros créditos	7.4	29.054				11	106	(18)						29.157	29.217	
		1.421.998	-	473.260	84.650	116.730	545.920	(494.703)	40.933	92.858	27.277	129.273	(148.242)	2.289.954	1.844.856	
Concessionárias																
Suprimento de energia elétrica	7.5	218.199		505		421		(421)						218.704	401.319	
Energia de curto prazo	7.6	67.089												67.089	9.655	
Encargos de uso da rede elétrica	7.7	84.300		188			85	(2)	282					84.853	109.318	
Outros créditos		10.135												10.135	20.844	
		379.723	-	693	-	421	85	(423)	282	-	-	-	-	380.781	541.136	
Clientes																
Eficiência energética			95											95	16.109	
Serviços de gerenciamento de assinaturas			1.213	52	3	3	127	(131)						1.267	657	
Despêndios a reembolsar		2.318												2.318	8.104	
Geração de vapor														-	11.700	
Construção de usina solar														-	2.997	
Arrendamentos		3.199	3.946	929	1.678	216	242	(434)						9.776	10.976	
Outros clientes		8.275	1	142	485	561	161	(1.199)						8.426	8.602	
		13.792	5.255	1.123	2.166	780	530	(1.764)	-	-	-	-	-	21.882	59.145	
Total Circulante		1.815.513	5.255	475.076	86.816	117.931	546.535	(496.890)	41.215	92.858	27.277	129.273	(148.242)	2.692.617	2.445.133	

	Nota	Valores correntes				Consolidado			Saldo líquido em 31/12/2023	Saldo líquido em 31/12/2022
		Corrente a Vencer		Corrente Vencida	Valores renegociados					
		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Mais de 360 dias	Renegociada a Vencer		PECLD (Nota 7.9)			
		Até 60 dias	Mais de 60 dias	PECLD (Nota 7.9)	Até 60 dias	Mais de 60 dias	PECLD (Nota 7.9)			
Não circulante										
Consumidores										
Fornecimento faturado										
Residencial						34.679	26.916	(29.075)	32.520	37.101
Industrial				4.983	(3.213)	524	220	(258)	2.256	2.265
Comércio, Serviços e Outras Atividades				18	(18)	6.890	8.223	(8.738)	6.375	9.417
Rural						75	4.199	(1.091)	3.183	3.837
Poder público										
Federal						5			5	-
Estadual						1			1	-
Municipal						1.460	200	(15)	1.645	2.791
Iluminação pública						23	41		64	2.302
Serviço público						498	28	(15)	511	44
(-) Ajuste a valor presente	7.8					(798)	(545)		(1.343)	(3.520)
		-	-	5.001	(3.231)	43.357	39.282	(39.192)	45.217	54.237
Concessionárias										
Outros créditos		1.028			(119)				909	910
		1.028	-	-	(119)	-	-	-	909	910
Clientes										
Eficiência energética									-	19.206
Dispêndios a reembolsar									-	11.041
Arrendamentos			111.753						111.753	142.568
Outros clientes			100						100	-
		-	111.853	-	-	-	-	-	111.853	172.815
Total Não circulante		1.028	111.853	5.001	(3.350)	43.357	39.282	(39.192)	157.979	227.966

O saldo de Contas a receber são reconhecidos inicialmente ao valor justo do valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos tributos de responsabilidade tributária da Companhia e das controladas.

O saldo de Consumidores e Concessionárias refere-se, substancialmente, aos: (i) valores faturados de venda de energia elétrica a consumidores finais, concessionárias revendedoras e empresas comercializadoras, bem como a receita referente à energia fornecida e não faturada; (ii) valores a receber relativos à energia comercializada na CCEE; e (iii) encargos de uso da rede elétrica.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa
Diário de Notícias em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
<https://pubilegal.diariodenoticias.com.br/>

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

7.1 Características do Contas a receber

• Geração

O recebimento da venda de energia realizada pelas controladas de geração, com exceção da coligada Porto do Pecém, relacionadas a contratos bilaterais ocorre, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Para a coligada Porto do Pecém, os contratos são desdobrados em três parcelas, sendo a primeira parcela com vencimento no dia 10 do mês seguinte ao reconhecimento da receita, a segunda no dia 20 do mês subsequente e a última parcela no dia 10 do segundo mês subsequente ao reconhecimento. Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo, são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

• Transmissão

A RAP remunera o investimento na Linha de Transmissão e os serviços de Operação e Manutenção. Os saldos são totalmente vencedos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária. Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

• Distribuição

O prazo mínimo para o vencimento das faturas junto aos Consumidores das classes residencial, industrial, rural e comercial é após 5 dias úteis, contados da data da respectiva apresentação. Quando se tratar de consumidoras das classes de poder público, iluminação pública e serviço público, o prazo mínimo para o vencimento é de 10 dias úteis. Contudo, a companhia oferece aos consumidores a opção de alteração da data de vencimento da fatura (6 opções de datas) ao longo do mês.

• Comercialização

Para as controladas de comercialização, parte substancial das vendas ocorre em contratos bilaterais. Dessa forma, a condição de pagamento é livremente negociada entre as partes, contudo, a maioria dos recebimentos ocorre no 6º dia útil posterior ao reconhecimento da receita.

• Clientes

Para as referidas controladas, o reconhecimento das receitas vinculadas à construção de usina solar e aos serviços de eficiência energética acontece durante toda a fase de construção do empreendimento pelo método de insumo e o recebimento pode ocorrer de duas formas: (i) com adiantamentos na fase de construção e o saldo restante no momento da entrega do empreendimento; e (ii) de forma parcelada ao longo de determinado período estabelecido em contrato.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente, pela taxa de financiamento de cada projeto, e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária.

Em repassa à venda de vapor e ao serviço de gerenciamento de assinatura, a receita é reconhecida mediante medições mensais relativas à entrega de vapor para a produção de energia e conforme a prestação do serviço, respectivamente, sendo o recebimento de ambos programado para cerca de 30 dias após o reconhecimento da receita.

7.2 Distribuidoras - Fornecimento faturado

A variação observada no exercício refere-se ao aumento do consumo em 31 de dezembro de 2023 frente ao consumo em 2022, sendo na controlada EDP Espírito Santo de 1.089.688MWh (585.057MWh em 31 de dezembro de 2022), o que gerou um impacto de 86,25% no aumento da carga consumida entre os anos e na controlada EDP São Paulo de 24.394.128MWh (22.666.805MWh em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente para a controlada EDP São Paulo houve impacto significativo do aumento da tarifa dos clientes livres que em 2023 ficou em média de R\$136 (R\$106 em 2022).

7.3 Distribuidoras - Fornecimento não faturado

A variação observada na rubrica ocorre nas controladas de distribuição, sendo na controlada EDP Espírito Santo decorrente dos seguintes fatores: (i) à sazonalidade entre os meses, ocasionada pelo clima predominantemente quente, gerando um aumento significativo no consumo de energia, que em 31 de dezembro de 2023 é de 26.664 MWh (10.855 MWh em 31 de dezembro de 2022); (ii) ao aumento de consumo de clientes com Micro e Mini Geração distribuída - MMGD que vem apresentando uma significativa evolução no ano de 2023 e na controlada EDP São Paulo devido (i) à sazonalidade entre os meses, ocasionada pelo clima predominantemente quente, gerando um aumento significativo no consumo de energia, que em 31 de dezembro de 2023 é de 393.331 MWh (388.997 MWh em 31 de dezembro de 2022). Outro fator que impactou as duas distribuidoras foi à alteração dos métodos de cálculo do Fornecimento Não Faturado (Nota 4.20) em dezembro de 2023, que passou a ser feito por calendarização, tendo ocasionado alteração no MWh do Não Faturado em 2023.

7.4 Outros créditos - Consumidores

Do saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$29.157 (R\$29.217 em 31 de dezembro de 2022), R\$12.692 (R\$12.692 em 31 de dezembro de 2022) refere-se ao saldo de Encargos de Capacidade Residencial - ECEE, vigente de março de 2002 a janeiro de 2006, e Encargos de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial - EAEEE, vigente em janeiro e fevereiro de 2004, que estão sob discussão judicial. Considerando que estes valores constituem um montante a repassar à Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE, a controlada EDP Espírito Santo possui um passivo em 31 de dezembro 2023 no valor de R\$28.558 (R\$28.562 em 31 de dezembro de 2022) (Nota 30).

7.5 Concessionárias - Suprimento de Energia Elétrica

A redução de suprimentos de energia elétrica refere-se, substancialmente: (i) na controlada EDP Trading à redução dos contratos de comercialização de energia decorre do panorama geral dos preços de energia, os quais atingiram patamares baixos durante o exercício de 2023, provenientes da continuidade do cenário hidrológico favorável no Sistema Interligado Nacional ("SIN") e níveis de reservatórios elevados; e (ii) nas controladas EDP Espírito Santo e EDP São Paulo decorrente da redução da carga de energia elétrica comercializada no Mecanismo de Venda de Excedentes - MVE.

7.6 Concessionárias - Energia de curto prazo

O saldo refere-se às transações com energia elétrica e encargos realizadas no âmbito da CCEE. O aumento no exercício refere-se às controladas EDP Espírito Santo e EDP São Paulo devido às transações de MCSD diante de um cenário de sobra de energia em 2023, possibilitando a venda do excedente, enquanto que em 2022 as distribuidoras declararam déficit de energia.

7.7 Concessionárias - Encargos de uso da rede elétrica

A variação observada no exercício refere-se, principalmente, aos saldos das controladas EDP Transmissão SP-MG e Mata Grande Transmissora que foram transferidas para mantido para venda (Nota 18.2).

7.8 Ajuste a valor presente

Os saldos renegociados estão reconhecidos a valor presente considerando o montante a ser descontado, às datas de realização e de liquidação e a taxa de desconto.

8 Ativos e passivos financeiros setoriais

	Consolidado									
	Saldo em 31/12/2022	Apropriação	Amortização (i)	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023	Circulante	Não circulante	Valores em amortização IRT (*) 2023	Valores em constituição IRT (*) 2024	IRT (*) 2025
CVA										
Compra de energia (ii)	(717.861)	(444.618)	599.544	(71.125)	(634.060)	(532.017)	(102.043)	(450.067)	(246.504)	62.511
Custo da Energia de Itaipu (iii)	354.021	(118.037)	(274.207)	19.573	(18.650)	7.596	(26.246)	19.940	(38.590)	
PROINFA (iv)	62.838	(30.367)	(56.959)	49	(24.439)	(24.044)	(395)	(23.839)	(600)	
Transporte Rede Básica (v)	118.887	127.931	(93.488)	15.885	169.215	117.888	51.327	94.097	75.118	
Transporte de Energia - Itaipu	17.578	18.624	(14.750)	2.095	23.547	15.643	7.904	11.932	11.615	
Encargos de Serviço do Sistema - ESS / Encargos de Energia de Reserva - EER	70.900	23.497	(124.759)	53.970	23.608	11.436	12.172	3.647	19.961	
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (vi)	183.002	(89.793)	(124.388)	18.033	(13.146)	(1.313)	(11.833)	5.960	(19.106)	
	89.365	(512.763)	(89.007)	38.480	(473.925)	(404.811)	(69.114)	(338.330)	(198.106)	62.511
Itens financeiros										
Sobrecontratação de energia (vii)	183.207	159.332	(58.484)	20.354	304.409	133.131	171.278	202.607	101.802	
Neutralidade da Parcela A (viii)	18.421	(47.727)	(229)	1.001	(28.534)	(1.556)	(26.978)	10.944	(39.701)	223
Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativos (ix)	(168.713)	(123.749)	62.458	6.331	(223.673)	(107.886)	(115.787)	(19.923)	(87.963)	(115.787)
Risco Hidrológico (x)	(362.418)	(368.968)	378.324	(19.150)	(372.212)	(331.057)	(41.155)	(255.661)	(116.551)	
Outros (xi)	215.582	11.940	(166.264)	(62.613)	(1.355)	34.259	(35.614)	(607)	744	(1.492)
	(113.921)	(369.172)	215.805	(54.077)	(321.365)	(273.109)	(48.256)	(62.640)	(141.669)	(117.056)
PIS e COFINS										
PIS/ COFINS Nota Técnica nº 115/04	(8.839)	42.015			33.176	33.176			33.176	
Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS	(970.024)	837	959.775	(582)	(9.994)	(9.994)		(9.994)		
	(978.863)	42.852	959.775	(582)	23.182	23.182	-	(9.994)	33.176	-
Total	(1.003.419)	(839.083)	1.086.573	(16.179)	(772.108)	(654.738)	(117.370)	(410.964)	(306.599)	(54.545)
Ativo Circulante	80.687				35.269	35.269				
Ativo Não circulante	72.641				221.357		221.357			
Passivo Circulante	1.039.653				690.007	690.007				
Passivo Não circulante	117.094				338.727		338.727			

(*) IRT - Índice de Reposicionamento Tarifário

As receitas das controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo são, basicamente, compostas pela venda da energia elétrica e pela sua entrega (transporte) por meio do uso da infraestrutura (rede) de distribuição. As receitas das concessionárias são afetadas pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- Parcela "A" (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pelas distribuidoras, classificáveis como Parcela "A", são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela "B" (custos gerenciáveis): é composta pelos gastos na infraestrutura de distribuição e respectivo retorno pelo investimento e gastos com a operação e a manutenção. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho das distribuidoras, pois possui risco intrínseco do negócio por não haver garantia de neutralidade tarifária.

Os ativos e passivos financeiros setoriais referem-se aos valores originados da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário (Parcela "A"), e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito incondicional das controladas receberem caixa do Poder Concedente nos casos em que os custos previstos são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos são superiores aos custos efetivamente incorridos. São segregados entre ativo e passivo de acordo com o cronograma de homologação nas tarifas pela ANEEL nos próximos processos tarifários.

Nos reajustes tarifários a ANEEL recalcula os montantes efetivamente faturados e arrecadados, conforme regulamentações vigentes, com o objetivo de garantir a liquidação financeira desses montantes, sem prejuízo ao equilíbrio econômico-financeiro da concessão, reduzindo o risco de perdas a valores imateriais.

São homologados anualmente pela ANEEL e incorporados à tarifa de energia por meio de Reajustes ou Revisões Tarifárias que, na EDP Espírito Santo ocorre em 7 de agosto e na EDP São Paulo ocorre em 23 de outubro.

Os valores que compõem os ativos e passivos financeiros setoriais são:

- Conta de Compensação de Variação dos Valores de Itens da Parcela "A" - CVA: É composta da variação dos custos com a aquisição da energia elétrica, de conexão e de transmissão, além dos encargos setoriais. A CVA deve ser neutra em relação ao desempenho da distribuidora, ou seja, as variações apuradas são integralmente repassadas ao consumidor ou suportadas pelo Poder Concedente; e
- Itens financeiros: Referem-se a outros componentes financeiros que se constituem em direitos ou obrigações que também integram a composição tarifária, dentre eles: Sobrecontratação de energia; Neutralidade dos encargos setoriais; e a Exposição financeira no mercado de curto prazo por diferença de preços entre Submercados.

O processo de amortização se dá de forma mensal e corresponde ao recebimento/devolução por meio da aplicação das tarifas vigentes, homologadas nos últimos eventos tarifários. Para os Itens financeiros, os valores de amortização mensais correspondem a 1/12 avos dos montantes totais homologados pela ANEEL. Para a CVA, a amortização mensal é efetuada de acordo com a curva de mercado. Os valores em constituição referem-se à diferença entre os custos incorridos e os constantes na tarifa até a data do fechamento do mês de referência, a serem homologados nos próximos processos tarifários. As distribuidoras reconhecem seus ativos e passivos financeiros setoriais com base no "OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral da Companhia de Energia Elétrica, emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade", de modo que os registros dos ativos e passivos financeiros originados das diferenças apuradas de Itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil, apresentem como contrapartida receita de venda de bens e serviços, no resultado do exercício, considerando a melhor estimativa da Companhia e suas controladas quanto ao montante financeiro a ser realizado como decorrência do cumprimento integral da obrigação de performance completada no período, bem como todos os fatos e circunstâncias existentes que suportam a transação.

8.1 Efeitos relevantes no exercício

O total de passivos setoriais líquidos dos ativos, em 31 de dezembro de 2022, somava um valor de R\$1.003.419, sendo que o total de passivos setoriais líquido dos ativos em 31 de dezembro de 2023 equivale ao montante de R\$772.108. A variação no exercício, no montante de R\$231.311, foi causada pelos seguintes motivos:

- Amortização: No exercício, foi repassado aos consumidores o faturamento de energia o montante de R\$1.086.573 referente a passivos setoriais líquidos homologados pela ANEEL.
- Compra de Energia: A variação da apropriação referente aos valores de Compra de Energia deve-se a uma conjuntura de sazonalidade associada ao cenário energético de 2022 com relação ao cenário médio previsto para o ano tarifário das distribuidoras. Adicionalmente, cabe observar que no exercício de 2023, em razão das afliências registradas, houve redução do acionamento das usinas termoeletricas.
- Custo da energia de Itaipu: Os custos de energia elétrica de Itaipu atribuídos mensalmente às distribuidoras são valorados de acordo com o câmbio do dólar. No processo tarifário de 2023 da controlada EDP São Paulo, realizado em outubro do referido exercício, foi considerada uma premissa de R\$4.98 (R\$5,34 em 2022). No processo tarifário de 2023 da controlada EDP Espírito Santo, realizado em agosto do referido exercício, foi considerada uma premissa R\$4,97 (R\$5,34 em 2022). A partir do dia 07 de maio de 2023 ocorreu um reajuste no CUSE de Itaipu, passando de R\$12,67 para R\$16,71 e culminando em uma tarifa de repasse final de R\$16,19 para R\$20,23, para as distribuidoras. Além disso, outro fator que explica a variação verificada decorre da metodologia de cálculo da CVA, em que se compara mensalmente o preço da energia de Itaipu, assim como o preço dos demais contratos de energia com a Tarifa Média de Cobertura (TMC). A TMC é uma média ponderada dos preços dos contratos de energia da companhia previstos para o seu ano tarifário. Portanto, o preço de energia de Itaipu verificado desde janeiro nas distribuidoras foi inferior à TMC, contribuindo para redução do saldo.
- PROINFA: A variação no exercício analisado decorre da redução do valor das quotas do PROINFA, quando comparado com a cobertura tarifária definida nos processos tarifários de 2022 . A publicação das quotas do PROINFA de 2023 foi definida pela REH nº 3.147/22.
- Transporte rede básica: O saldo observado no exercício refere-se ao efeito do aumento das Tarifas de Transmissão (TUST) do ciclo 2023/2024, que remunera os custos de Rede Básica e outros de encargos de transmissão. As tarifas de transmissão do ciclo 2023/2024 foram definidas pela REH nº 3.217/23.
- Conta de Desenvolvimento Energético - CDE: A publicação das quotas da CDE a serem recolhidas pelas Distribuidoras em 2022 foram definidas pela Resolução Homologatória nº 3.004/22. Em 2023, as cotas homologadas pela REH nº 3.175/23 foram menores do que as consideradas na cobertura, ocasionando a redução do saldo no exercício (Nota 30.2).
- Sobrecontratação de energia: A sobrecontratação para o exercício está atrelada aos seguintes fatores: (i) saída de consumidores livres e especiais; (ii) aumento da Micro e Mini Geração distribuída - MMGD; (iii) aumento da alocação das cotas de Itaipu; e (iv) ausência de efetividade dos mecanismos de cessão de energia, devido à sobrecontratação generalizada das distribuidoras.
- Neutralidade da Parcela A: No exercício em análise houve uma redução de mercado no qual EDP São Paulo está inserida em relação aos mercados de referência processos tarifários de 2022, levando a uma maior arrecadação dos Encargos setoriais. As diferenças foram repassadas aos consumidores no processo tarifário de 2023.
- Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativos: Referem-se aos faturamentos realizados pelas distribuidoras, referente à parcela de ineficiência de utilização da rede de energia elétrica da Demanda e Reativos pelos consumidores de média e alta tensão. Esses valores faturados constituem passivo setorial, a serem revertidos nas tarifas no momento da Revisão Tarifária das distribuidoras.
- Previsão de Risco Hidrológico - Antecipação: Os valores em apropriação no exercício em análise referem-se à cobertura tarifária dos custos de Risco Hidrológico, prevista no processo tarifário anterior, que faz frente aos custos do GSF para as usinas hidrelétricas de Itaipu, Cotas e Repactuação CCEAR. Essa previsão é baseada na expectativa de GSF para os próximos 12 meses, além do PLD de referência no momento do processo tarifário.
- Outros: O montante observado no exercício refere-se, substancialmente, às provisões de Bandeiras Tarifárias. No final do exercício de 2022 estava em vigência a Bandeira Verde que permanece vigente em 31 de dezembro de 2023 (Nota 34.8).

Para as controladas de distribuição o ajuste a valor presente, regulamentado pelo CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, foi calculado com base na taxa de remuneração de capital, aplicada pela ANEEL nas suas revisões tarifárias. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a taxa correspondente para as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo é de 12,26% a.a., atelando positivamente o resultado financeiro das distribuidoras em R\$2.177 (R\$2.790 negativamente em 2022). Para as controladas EDP Smart Soluções e EDP Smart Serviços o ajuste a valor presente considera a taxa de retorno de cada projeto, atelando positivamente o resultado do exercício em R\$8.457 (R\$4.053 positivamente em 2022).

7.9 Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2022	PECLD esperada Ao longo da vida	Revisão de risco (I) PECLD de perdas	Resultado	Aquisição de empresa (Nota 4.18)	Ativo mantido para venda (Nota 18.3)	Saldo em 31/12/2023
Consumidores							
Residencial	(453.829)	(104.323)	10.373	80.071			(467.708)
Industrial	(44.886)	(6.082)	(9.304)	20.380			(39.892)
Comércio, Serviços e Outras Atividades	(135.502)	(21.995)	(8.208)	34.300			(131.405)
Rural	(36.622)	(7.503)	3.596	8.012			(32.517)
Poder Público	(1.442)	(18)	(717)	879			(1.298)
Iluminação Pública	(15)	(288)	98	198			(7)
Serviço Público	(948)	(133)	212	20			(849)
Clientes livres	(3.010)		(278)				(3.288)
Serviços Cobráveis	(5.083)		1.011				(4.072)
Não faturado	(3.073)	(1.259)					(4.332)
	(684.410)	(141.601)	(3.217)	143.860	-	-	(685.368)
	(1.194)		652				(542)
Concessionárias							
Clientes	(4.895)	(445)	(309)		(543)	4.428	(1.764)
Total	(690.499)	(142.046)	(2.874)	143.860		4.428	(687.674)
Circulante	(640.824)						(645.132)
Não circulante	(49.675)						(42.542)

(i) A matriz de risco é avaliada anualmente, no entanto, o estudo poderá ser reavaliado caso a PECLD se comporte diferente do resultado esperado. Seguem abaixo os percentuais de perdas esperadas, segregadas por classe de consumo, aplicados quando do reconhecimento inicial dos recebíveis:

31/12/2023							
EDP São Paulo				EDP Espírito Santo			
Consumo regular		Consumo irregular Clientes ativos		Consumo regular		Consumo irregular Clientes ativos	
Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão
Residencial	1,19%	n/a	22,56%	n/a	1,79%	n/a	21,42%
Industrial	1,64%	0,23%	21,01%	8,51%	2,10%	0,82%	14,86%
Comércio, Serviços e Outras Atividades	0,75%	0,86%	10,93%	1,84%	1,07%	0,72%	13,31%
Rural	0,47%	n/a	14,62%	n/a	1,08%	0,11%	7,50%
Poder Público	0,04%	n/a	4,51%	n/a	0,01%	0,00%	0,00%
Iluminação Pública	0,01%	n/a	n/a	n/a	0,13%	0,04%	4,55%
Serviço Público	n/a	n/a	n/a	n/a	0,18%	n/a	n/a

31/12/2022							
EDP São Paulo				EDP Espírito Santo			
Consumo regular		Consumo irregular		Consumo regular		Consumo irregular	
Clientes ativos		Clientes ativos		Clientes ativos		Clientes ativos	
Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão
Residencial	1,19%	n/a	22,56%	n/a	1,79%	n/a	21,42%
Industrial	0,23%	21,01%	8,51%	2,10%	0,82%	14,86%	7,37%
Comércio, Serviços e Outras Atividades	0,75%	0,86%	10,93%	1,84%	1,07%	0,72%	13,31%
Rural	0,47%	n/a	14,62%	n/a	1,08%	0,11%	7,50%
Poder Público	0,04%	n/a	4,51%	n/a	0,01%	0,00%	0,00%
Iluminação Pública	0,01%	n/a	n/a	n/a	0,13%	0,04%	4,55%
Serviço Público	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	0,18%	n/a

...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

9.1 Imposto de renda e contribuição social - Ativos Compensáveis - Controladora
Os valores registrados referem-se, em suma, ao imposto de renda decorrente de retenções na fonte e suas respectivas atualizações pela SELIC. A compensação desse saldo é feita, principalmente, com Imposto de renda retido na fonte sobre o JSCP declarado e PIS e COFINS sobre receitas financeiras.

9.2 Imposto de renda e contribuição social - Ativos Compensáveis - Consolidado
O montante em 31 de dezembro de 2023 de R\$308.624 refere-se, substancialmente, ao impacto da Lei nº 13.670/18, onde está vedada a compensação de débitos relativos às estimativas mensais do IRPJ e CSLL com créditos fiscais detidos pelos contribuintes no regime de Lucro Real.

9.3 PIS e COFINS - Ativos Compensáveis - Consolidado
Do saldo de R\$291.990, R\$94.494 refere-se à controlada Enerpeixe que realizou reaparações de PIS e COFINS pela mudança do regime cumulativo para não-cumulativo no período de setembro de 2011 a dezembro de 2015, gerando um crédito R\$134.244, sendo líquido das compensações até 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$89.232 (R\$83.439 em 31 de dezembro de 2022), onde houve atualizações monetárias de R\$26.164 (R\$20.371 em 31 de dezembro de 2022) e compensações no valor R\$71.300 (R\$71.300 em 31 de dezembro de 2022). Este crédito está sendo compensado com os respectivos débitos desses tributos, à medida que os faturamentos de energia elétrica são realizados.

9.4 ICMS - Ativos Compensáveis - Consolidado
Do montante em 31 de dezembro de 2023 de R\$485.174 (R\$420.824 em 31 de dezembro de 2022), as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo de R\$448.709 (R\$349.339 em 31 de dezembro de 2022), que incluem créditos de ICMS decorrentes de aquisição de bens no valor de R\$448.615 (R\$349.292 em 31 de dezembro de 2022) que, de acordo com o parágrafo 5º do artigo 20 da Lei Complementar nº 87/96, são compensados à razão de 1/48 avos por mês.

9.5 ICMS - Passivo a Recolher - Consolidado
Do montante em 31 de dezembro de 2023 de R\$234.948 (R\$97.631 em 31 de dezembro de 2022), as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo de R\$210.391 (R\$83.673 em 31 de dezembro de 2022), referente ao ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica.

9.6 Parcelamentos
9.6.1 Controladora
9.6.1.1 REFIS
Em 2009 a Companhia formalizou junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos federais, conforme a Lei nº 11.941/09 - "REFIS IV". Em 30 de junho de 2011, a Companhia procedeu à consolidação dos débitos incluídos no parcelamento. Segue abaixo os montantes e a relação dos tributos parcelados:

	Controladora					
	Principal	Multa	Juros	Total de Parcelamento	Conversão em Renda	Valor de adesão - REFIS
Parcelamentos - REFIS						
COFINS	30.754	6.151	9.793	46.698	2.092	48.790
PIS	6.677	1.335	2.126	10.138	454	10.592
Total dos tributos	37.431	7.486	11.919	56.836	2.546	59.382
Redução Programa REFIS						(7.471)
Utilização Base Negativa/ Prejuízo Fiscal						(11.933)
Total						39.978

9.6.2 Consolidado
9.6.2.1 REFIS
A controlada EDP Espírito Santo, juntamente com a Companhia, também formalizou junto à RFB a adesão ao "REFIS IV" (Nota 9.6.1.1). Segue abaixo os montantes e a relação dos tributos parcelados consolidados:

	Consolidado					
	Principal	Multa	Juros	Total de Parcelamento	Conversão em Renda	Valor de adesão - REFIS
Parcelamentos - REFIS						
COFINS	2.925	585	2.681	6.191		6.191
CSLL	4.442	888	4.093	1.885	11.308	15.050
INSS	8.548	3.021	10.256	670	22.495	33.317
IRPJ/IRRF	4	1	8		13	5.270
Multa		223	192		415	190
Total dos tributos	15.919	4.718	17.230	2.555	40.422	60.433
Redução Programa REFIS						(11.578)
Utilização Base Negativa/ Prejuízo Fiscal						(12.099)
Total						36.756

9.6.2.2 Programa Especial de Regularização Tributária - PERT
Em decorrência da apuração de débitos originados de recálculo dos tributos, as controladas de distribuição e a Enerpeixe aderiram, em agosto de 2017, ao PERT.
Dentre as opções oferecidas para o parcelamento, as controladas aderiram à opção de pagamento à vista e em espécie de 20% do valor da dívida consolidada, sem redução, em 5 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e o restante parcelado em 145 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 80% dos juros de mora e de 50% das multas de mora, de ofício ou isoladas. As parcelas serão atualizadas mensalmente pela SELIC acrescidas de 1%. Segue abaixo o montante e a relação dos tributos parcelados consolidados:

	Consolidado					
	Principal	Multa	Juros	Total de Parcelamento	Conversão em Renda	Valor de adesão - PERT
Parcelamentos - PERT						
PIS	37.010	7.401	10.649			55.060
COFINS	166.807	33.361	47.259			247.427
CSLL	63.432	12.686	16.017			92.135
IRPJ/IRRF	155.787	31.158	38.304			225.249
Multa						619.871
Total dos tributos	423.036	84.606	112.229			(105.668)
Redução Programa PERT						514.203
Total						

9.6.3 Movimentação dos parcelamentos
A movimentação dos parcelamentos e os respectivos saldos em 31 de dezembro de 2023 estão demonstrados a seguir:

	Controladora					
	REFIS	REFIS (II)	PERT	Total		
Valor de adesão	39.978	76.734	514.203	590.937		
Ajuste na consolidação REFIS/PERT (i)	791	1.934	(5.218)	(3.284)		
Atualização de Juros - Consolidação 2011	8.707	11.422		11.422		
Ativo a compensar		3.640		3.640		
Depósito Judicial a favor da companhia		17.284		17.284		
Conversão em renda a favor da União	(5.689)	(24.140)		(24.140)		
Amortização	(60.924)	(97.003)	(353.543)	(450.546)		
Atualização	23.583	33.236	124.215	157.451		
Reversão de atualização da conversão em renda		(2.892)		(2.892)		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.446	20.215	279.657	299.872		
(i) O montante de R\$6.446 na Controladora refere-se a depósito judicial visando a suspensão da exigibilidade do débito de IRPJ e CSLL decorrente do processo administrativo da empresa incorporada Magistra Participações S.A., o qual foi incluso no REFIS Federal em 2013 e homologado em março de 2017 pela Receita Federal, que supostamente equivocou-se ao equiparar tipos de depósitos.						
(ii) Do valor total consolidado da dívida do REFIS em 31 de dezembro de 2023 de R\$20.215 (R\$25.505 em 31 de dezembro de 2022): (i) R\$6.446 (R\$12.012 em 31 de dezembro de 2022) refere-se à Companhia, que foram parcelados e são atualizáveis mensalmente pela SELIC; e (ii) R\$13.769 (R\$13.493 em 31 de dezembro de 2022) refere-se à controlada EDP Espírito Santo, que possuem depósitos judiciais ativos de R\$17.284 (R\$17.310 em 31 de dezembro de 2022), os quais aguardam conversão em renda da União (conforme artigo 32 da Portaria PGFN/RFB nº 06/09), ocasião em que será efetivada a baixa desse passivo.						
Do valor total da dívida da Companhia em 31 de dezembro de 2023 de R\$6.446 (R\$12.012 em 31 de dezembro de 2022), restam 22 parcelas de R\$293 atualizáveis mensalmente pela SELIC.						

10 Tributos diferidos

	Controladora					
	Passivo		Ativo		Passivo	
	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PIS e COFINS	10.1	270	210	112.160	139.427	87.172
Imposto de renda e contribuição social	10.2	105.694	203.646		293.495	558.280
Imposto sobre serviços					1.079	977.753
Total	105.964	203.856	112.160	139.427	380.667	645.648
					174.129	162.533
					1.472.131	1.912.520

11 Partes relacionadas

Além dos valores do saldo dos dividendos a pagar e a receber (Nota 14) e de empréstimos a pagar (Nota 28), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladas e controladas em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

				Controladora											
				Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)			
				Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais		Financeiras	
				31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022	2023	2022
Relacionamento				Duração											
Empréstimos a receber															
Contratos de mútuo - 3% a 100% do CDI															
EDP Trading	Controlada	02/10/2020 a 01/10/2024	119.721				105.711							14.011	11.579
EDP Transmissão SP-MG	Controlada (**)	02/10/2020 a 01/10/2024				155.458								19.629	
EDP São Paulo	Controlada	27/02/2023 a 26/02/2025												323	
EDP Espírito Santo	Controlada	27/02/2023 a 26/02/2025					155.563							2.190	25.149
Porto do Pecém	Coligada (*)	13/12/2023 a 10/09/2027												13.106	
Mata Grande Transmissora	Controlada (**)	11/08/2022 a 10/08/2024	63.394											7.363	
Blue Sol	Controlada (***)	02/05/2023 a 31/10/2024					55.134							349	835
				183.115	-	155.458	316.408	-	-	-	-	-	-	56.971	37.563
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC															
Mata Grande Transmissora	Controlada (**)	23/08/2017 a indeterminado					42.800								
EDP Transmissão Norte 2	Controlada	23/06/2023 a indeterminado				49.600									
EDP Ventures	Controlada	13/12/2019 a indeterminado				6.250	1.400								
EDP Smart Serviços	Controlada	07/12/2015 a indeterminado				579.200	197.750								
Santa Leopoldina	Controlada	25/11/2021 a indeterminado				200									
Resende	Controlada	14/05/2019 a indeterminado				50	30								
				-	-	635.300	241.980	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 16)															
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)															
EDP São Paulo	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027					292						(7.864)	(2.769)	
Energest	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027												353	
EDP Trading	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027				854	484			987	987	4.165	5.472		
Investco	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027											761	1.011	
EDP Espírito Santo	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027				1.369	1.569					14.849	13.707		
Porto do Pecém	Coligada (*)	01/01/2019 a 31/12/2027					188						9.445	3.864	
EDP Smart Soluções	Controlada (**)	01/01/2020 a 01/01/2027					25							916	
EDP Smart Serviços	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027											49	921	
Lajeado	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027					276						2.356		
EDP Smart Energia	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027					158						1.005	2.067	
EDP Transmissão Norte	Controlada	01/01/2022 a 31/12/2027				52	15						414	48	
EDP Transmissão SP-MG	Controlada (**)	01/01/2019 a 31/12/2027				216	136						1.627	2.157	
EDP Transmissão Litoral Sul	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027				49	39						467	517	
EDP Transmissão Aliança	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027				226	192						2.243	2.553	
EDP Goiás	Controlada	01/01/2023 a 31/12/2027										11	(695)	1.810	
Mata Grande Transmissora	Controlada (**)	01/01/2022 a 31/12/2027				14	12						137	120	
EDP Smart SPE V	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027				14				34			40		
CEJA	Controlada em conjunto	01/01/2018 a 31/12/2027				17	8			236	236		683		
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto	01/01/2019 a 31/12/2027					5				19		510		
São Manoel	Controlada em conjunto	01/05/2018 a 31/12/2027				114	102						1.298		
Enerpeixe	Controlada	01/07/2018 a 31/12/2027				916						273	2.691		
Enerprev	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2027													1.354



NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

			Controladora								Receitas (Despesas)			
			Ativo				Passivo				Operacionais		Financeiras	
			Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante					
Relacionamento			Duração		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022	2023	2022
Compartilhamento do serviços de infraestrutura (b)														
EDP São Paulo	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026			115				126	60	2.532	2.052		
Energest	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026										52		
EDP Trading	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026			79	45					553	533		
Investco	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026			286							308	260	
Porto do Pecém	Coligada (*)	01/01/2015 a 31/12/2026				66					997	828		
Lajeado	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026				14					260	225		
EDP Espírito Santo	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026			265	245					3.799	2.823		
EDP Smart Serviços	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026				44					635	451		
EDP Transmissão SP-MG	Controlada (**)	01/01/2015 a 31/12/2026			13	13					197	184		
EDP Transmissão Litoral Sul	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026			3	3					45	37		
EDP Transmissão Aliança	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026			14	14					205	188		
EDP Transmissão Norte	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026			4	1					32	4		
Mata Grande Transmissora	Controlada	01/01/2022 a 31/12/2026			1	1					12	10		
EDP Goiás	Controlada	01/01/2022 a 31/12/2026			11	9				40	157	159		
EDP Smart Soluções	Controlada (**)	01/01/2015 a 31/12/2026				21						311		
Enerpeixe	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026							116	15				
EDP Smart SPE V	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026			4	13				72	55			
EDP Smart Energia	Controlada	01/01/2015 a 31/12/2026				17					3	6		
Opções de ações outorgadas pela Companhia (Nota 11.2.1)														
EDP São Paulo	Controlada	15/06/2017 a 30/06/2026				554							554	
Energest	Controlada	15/06/2017 a 30/06/2026												
EDP Trading	Controlada	15/06/2017 a 30/06/2026				67							67	
EDP Espírito Santo	Controlada	15/06/2017 a 30/06/2026				547							(547)	
Porto do Pecém	Coligada (*)	15/06/2017 a 30/06/2026				337							(337)	
EDP Transmissão SP-MG	Controlada (**)	18/06/2020 a 30/06/2026				32								
EDP Smart Serviços	Controlada	06/06/2018 a 30/06/2026				4								
Contrato de prestação de serviços (c)														
EDP Portugal	Controladora	Indeterminado	8.513	10.881				66.007	61.894	1.216	1.238	(23.991)		894
EDP Renováveis	Parte Relacionada	Indeterminado		9								295		
EDP Valor	Parte Relacionada	Indeterminado						6.636	5.804			(1.120)		
Porto do Pecém	Coligada (*)	22/12/2023 a 21/06/2024				283						283		
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (d)														
EDP Espírito Santo	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023			1.898	2.912						10.154	14.766	
Mata Grande Transmissora	Controlada (**)	01/02/2022 a 31/12/2023			71	41				21		552	259	
EDP Transmissão Norte	Controlada	01/02/2022 a 31/12/2023			57	50						538	360	
EDP Transmissão SP-MG	Controlada (**)	01/01/2019 a 31/12/2023			64	110						938	1.035	
EDP Transmissão Aliança	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023			106	213						1.158	1.219	
EDP Goiás	Controlada	01/02/2022 a 31/12/2023			171							2.167	702	
Energest	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023											357	
EDP Smart Soluções	Controlada (**)	01/01/2019 a 31/12/2023				417							1.423	
Lajeado	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023				141						898	771	
Porto do Pecém	Coligada (*)	01/01/2019 a 31/12/2023				708						7.086	5.554	
EDP Smart Serviços	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023				215				100		740	1.049	
EDP São Paulo	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023			1.658	5.754						9.715	18.602	
EDP Trading	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023			495	596						2.383	3.549	
Enerpeixe	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023				3							37	
Investco	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023										1.961	767	
EDP Smart SPE V	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023			13					33		39		
EDP Smart Energia	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023				5						363	174	
EDP Transmissão Litoral Sul	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2023				154						824	839	
			8.522	10.881	9.564	16.867	72.643	67.698	2.888	2.932	58.954	93.424	894	-
			191.637	10.881	800.322	575.255	72.643	67.698	2.888	2.932	58.954	93.424	57.865	37.563

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Consolidado								Receitas (Despesas)			
				Ativo				Passivo				Operacionais		Financeiras	
				Circulante	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Circulante	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022	2023	2022
Empréstimos a receber															
Contratos de mútuo - 3% a 100% do CDI															
Blue Sol Participações	Controlada (***)		02/05/2023 a 31/10/2024				55.134								
Blue Sol Participações	Controlada (***)		01/01/2019 a 01/12/2023											174	
				-	-	-	55.134	-	-	-	-	-	-	-	174
Contas a receber (Nota 7)															
Suprimento de energia elétrica															
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto	140,76	01/01/2017 a 31/12/2046	1.045								9.579	1.234		
São Manoel	Controlada em conjunto		01/01/2017 a 31/12/2046		3.664								37.225		
Central Eólica Baixa do Feijão I	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046	1								44	21		
Central Eólica Baixa do Feijão II	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046	1								51	13		
Central Eólica Baixa do Feijão III	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046									49	20		
Central Eólica Baixa do Feijão IV	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046									21	20		
Central Eólica Jaú	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046									73	50		
Central Eólica Aventura I	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046	26								40			
Central Eólica Srmn I	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046											2.030	
Central Eólica Srmn IV	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046											1.652	
Encargo de uso da rede															
CEJA	Controlada em conjunto		09/02/2019 a 10/02/2047	53	64									492	
São Manoel	Controlada em conjunto		09/02/2019 a 10/02/2047	214	194									1.608	
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto		09/02/2019 a 10/02/2047	33	35									309	
				1.373	3.957	-	-	-	-	-	-	9.857	44.674	-	-
Fornecedores (Nota 26)															
Suprimento de energia elétrica															
CEJA	Controlada em conjunto	209,02	01/01/2015 a 31/12/2044					842	749			(7.172)	(6.610)		
CEJA	Controlada em conjunto	285,80	01/01/2015 a 31/12/2044					1.299	890			(10.735)	(9.969)		
São Manoel	Controlada em conjunto	142,03	26/04/2018 a 31/12/2047					208	213			(1.797)	(1.698)		
São Manoel	Controlada em conjunto		01/05/2018 a 31/12/2038					4.189	4.355			(49.092)	(43.797)		
Central Eólica Aventura I	Parte Relacionada		01/01/2023 a 31/12/2023									(238)	(155)		
Central Eólica Aventura II	Parte Relacionada		01/01/2023 a 31/12/2023						2.497				(32.273)		
Central Eólica Aventura III	Parte Relacionada		01/01/2023 a 31/12/2023						2.940				(38.001)		
Central Eólica Aventura IV	Parte Relacionada		01/01/2023 a 31/12/2023						1.220				(16.037)		
Central Eólica Aventura V	Parte Relacionada		01/01/2023 a 31/12/2023						1.782				(21.106)		
Central Eólica Pereira Barreto I	Parte Relacionada		01/10/2021 a 31/12/2036					1.786	1.597			(19.228)	(13.262)		
Central Eólica Pereira Barreto II	Parte Relacionada		01/10/2021 a 31/12/2036					1.786	1.597			(18.470)	(19.695)		
Central Eólica Pereira Barreto III	Parte Relacionada		01/10/2021 a 31/12/2036					1.806	1.615			(17.605)	(18.425)		
Central Eólica Pereira Barreto IV	Parte Relacionada		01/10/2021 a 31/12/2036					1.806	1.615			(17.712)	(17.146)		
Central Eólica Pereira Barreto V	Parte Relacionada		01/10/2021 a 31/12/2036					1.540	1.378			(15.626)	(12.830)		
Central Eólica Srmn I	Parte Relacionada		01/12/2022 a 31/12/2022										(11.203)		
Central Eólica Jerusalém I	Parte Relacionada		01/01/2023 a 31/12/2023									(22.750)			
Central Eólica Jerusalém II	Parte Relacionada		01/01/2023 a 31/12/2023									(16.560)			
Central Eólica Jerusalém III	Parte Relacionada		01/01/2023 a 31/12/2023									(21.058)			
Central Eólica Jerusalém IV	Parte Relacionada		01/01/2023 a 31/12/2023									(19.887)			
Central Eólica Jerusalém V	Parte Relacionada		01/01/2023 a 31/12/2023									(17.526)			
Central Eólica Jerusalém VI	Parte Relacionada		01/01/2023 a 31/12/2023									(9.927)			
Central Eólica Monte Verde I	Parte Relacionada		01/01/2023 a 31/12/2023									(36.304)			
Central Eólica Monte Verde II	Parte Relacionada		01/01/2023 a 31/12/2023									(7.181)			
Central Eólica Monte Verde IV	Parte Relacionada		01/01/2023 a 31/12/2023									(27.473)			
Central Eólica Monte Verde V	Parte Relacionada		01/01/2023 a 31/12/2023									(18.440)			
EDP Renováveis	Parte Relacionada		01/12/2023 a 31/12/2038									(5.319)			
Prestação de serviços															
Pecém OM	Controlada em conjunto		Indeterminado						387				(5.227)		
				-	-	-	-	15.262	22.835	-	-	(360.100)	(267.434)	-	-
Compromissos futuros															
São Manoel	Controlada em conjunto		01/05/2018 a 31/12/2038					22.672		31.162	21.199	(18.169)	(85.990)		
EDP Renováveis	Parte Relacionada		01/12/2023 a 31/12/2038					68.734	50.656	68.010	79.889	(6.199)	(225.121)		
Central Eólica Aventura II	Parte Relacionada		01/12/2022 a 31/12/2022									6.454			
Central Eólica Aventura III	Parte Relacionada		01/12/2022 a 31/12/2022									7.605			
Central Eólica Aventura IV	Parte Relacionada		01/12/2022 a 31/12/2022									3.835			
Central Eólica Aventura V	Parte Relacionada		01/12/2022 a 31/12/2022									(4.712)			
Central Eólica Srmn I	Parte Relacionada		01/01/2023 a 31/12/2023									(2.664)			
Central Eólica Jerusalém I	Parte Relacionada		01/01/2023 a 31/12/2023						36.809			36.809	(46.056)		
Central Eólica Monte Verde I	Parte Relacionada		01/07/2023 a 31/12/2023						8.896		796	9.691	(13.181)		
Central Eólica Monte Verde IV	Parte Relacionada		01/07/2023 a 31/12/2023						9.688			9.687	(14.735)		
Central Eólica Monte Verde V	Parte Relacionada		01/07/2023 a 31/12/2023						6.457			6.458	(9.824)		
Central Eólica Barreto I	Parte Relacionada		01/10/2021 a 31/12/2036					44.763	39.102	63.004	46.218	(22.447)	(165.325)		
				-	-	-	-	136.169	151.608	162.176	148.102	15.830	(549.714)	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

		Consolidado												Receitas (Despesas)			
		Ativo				Passivo								Operacionais		Financeiras	
		Circulante	Não circulante			Circulante	Não circulante										
	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Central Eólica Jerusalém I	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	7								36					
Central Eólica Jerusalém II	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	7								36					
Central Eólica Jerusalém III	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	7								36					
Central Eólica Jerusalém IV	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	7								36					
Central Eólica Jerusalém V	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	7								36					
Central Eólica Jerusalém VI	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	8								41					
Central Eólica Monte Verde I	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	15								83					
Central Eólica Monte Verde II	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	15								83					
Central Eólica Monte Verde III	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	14								72					
Central Eólica Monte Verde IV	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	21								114					
Central Eólica Monte Verde V	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	8								41					
Central Eólica Boqueirão I	Parte Relacionada		01/06/2022 a 31/12/2024	10								52					
Compartilhamento do serviços de infraestrutura (b)																	
EDP Renováveis	Parte Relacionada		29/07/2015 a 31/12/2023			18	18	259							448.102		
Contrato revenda de carvão																	
EDP Espanha	Parte Relacionada		01/05/2022 a 31/12/2022														
				9.627	13.584	717	133	72.902	69.313	1.493	1.474	(16.628)	453.003	894	(433)		
				11.000	17.541	717	55.267	224.333	243.756	163.669	149.576	(351.041)	(319.471)	1.068	(433)		

(**) Em 22 de dezembro de 2023, a companhia alienou a coligada Porto do Pecém e, consequentemente, a partir desta data a mesma não é mais consolidada.
(**) A EDP Smart Soluções, EDP Transmissão SP-MG e Mata Grande Transmissora encontram-se como Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda (Nota 18).
(***) Em novembro de 2023, a controlada Energia I adquiriu a Blue Sol Participações e, consequentemente, a partir desta data a mesma passa a ser consolidada.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.
Os avais e fianças concedidos e recebidos pela Companhia e suas controladas estão demonstrados na nota de Garantias (Nota 40.2).
As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.
(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a Companhia e as partes relacionadas EDP Espírito Santo, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP-MG (*), EDP Transmissão Litoral Sul, EDP Goiás, Mata Grande Transmissora (*), EDP Transmissão Norte, Porto do Pecém (**), Investco, Lajeado, Enerpeixe, EDP Trading e EDP Smart Energia. O contrato possui vigência até dezembro de 2027, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 459 de 1º de março de 2023.
(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: Os instrumentos têm por objetivo o rateio dos gastos com a locação de imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.
Em 2021, foi assinado contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionados a atual sede da Companhia. O contrato celebra o compartilhamento entre a Companhia e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG (*). O contrato têm vigência até 31 de dezembro de 2026.
Em 2023 foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da EDP São Paulo localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a controlada EDP São Paulo e partes relacionadas EDP Trading, Porto do Pecém (**), Investco, Lajeado e EDP Smart Energia, bem como entre a Companhia e EDP Espírito Santo, EDP Goiás, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Norte, Mata Grande Transmissora (*), EDP Transmissão SP-MG (*) e EDP Transmissão Litoral Sul. Os contratos tem vigência até 31 de dezembro de 2023 e não necessitaram de anuência prévia da ANEEL devido aos valores anuais desembolsados pelas empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica serem inferiores ao limite que exige a aprovação prévia da Agência reguladora, conforme estabelece a REN nº 948/21.
A partir de 07 de fevereiro de 2022 foram firmados aditivos com objetivo de incluir a EDP Goiás como parte dos contrato.
Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.
(c) Contratos de Prestação de serviços
Os órgãos responsáveis pelo controle e respectiva supervisão destes contratos são o Comitê de Governança Corporativa e Partes Relacionadas, o Conselho de Administração e uma área interna da Companhia dedicada à apuração e conferência dos serviços importados e exportados. Todo serviço importado ou exportado é submetido a uma análise criteriosa que exige interação da área dedicada à apuração e conferência com as demais áreas internas da Companhia que importaram e exportaram o serviço. São averiguados se o tempo despendido nas atividades, o número de pessoas beneficiadas e o volume de negócios agregado demonstram o efetivamente aplicado pelos colaboradores para realizar as atividades em questão.

EDP Portugal
Os montantes referem-se a contratos de prestação de serviços de consultoria e apoio a gestão celebrado mutuamente entre a Companhia e seu acionista controlador EDP - Energias de Portugal S.A. Estes contratos têm como objetivo: (i) o compartilhamento de custos, estrutura, conhecimento e tecnologia, possibilitando, assim, uma maior sinergia entre as empresas do grupo; (ii) evitar eventual capacidade ociosa de pessoal; (iii) reduzir os custos de contratação de determinados serviços em relação à média do mercado; e (iv) impedir o acesso de terceiros a questões estratégicas ou informações de tecnologia própria das contratantes.
EDP Goiás, Enerpeixe, Investco, Lajeado, Cachoeira Caldeirão, CEJA, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP-MG (*) e EDP Transmissão Litoral Sul
Os contratos têm por objetivo a prestação de serviços aos processos de operação da usina, das linhas, subestações e equipamentos associados, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normalização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações.
Foram anuídos pela ANEEL os seguintes Despachos, relacionados à celebração do contrato de Prestação de serviços, referente à operação remota na modalidade "Tempo Real", em regime de turnos contínuos de 24 horas, durante os 7 dias da semana, pelo prazo de 36 meses: (i) Despacho nº 1.962, de 3 de julho de 2020 com a EDP Transmissão Aliança no valor global do contrato de R\$1.726; (ii) Despacho nº 3.036, de 22 de outubro de 2020 com a EDP Transmissão SP-MG (*) no valor global do contrato de R\$1.785; e (iv) Despacho nº 588, de 03 de março de 2021 com a EDP Transmissão Litoral Sul no valor global do contrato de R\$1.573.
Com a transferência dos ativos do Centro de Operação da Geração e Transmissão (COGT), da EDP Trading para a EDP Goiás, esses contratos foram encerrados para serem celebrados com a EDP Goiás, no lugar da EDP Trading. A transferência dos ativos do COGT e dos contratos de prestação de serviços de operação remota foram aprovados pela ANEEL em 15 de dezembro de 2022 por meio do Despacho nº 3.588/2022.

(d) Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.
O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Investco, Lajeado, Porto do Pecém (**), EDP Transmissão Aliança e EDP Transmissão SP-MG (*). O contrato mantém o critério de rateio regulatório.
Em 2022 foi firmado o aditivo com a inclusão das empresas Mata Grande Transmissora (*), EDP Transmissão Norte e EDP Goiás como partes do contrato. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima e são dispensados de anuência prévia da ANEEL, uma vez que os valores de desembolso das empresas participantes se enquadram nos limites de dispensa. O contrato de compartilhamento de atividades de BackOffice tem vigência até 31 de dezembro de 2023.
(*) EDP Transmissão SP-MG e Mata Grande Transmissora encontram-se como Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda (Nota 18.2).
(**) Em 22 de dezembro de 2023, a companhia alienou a coligada Porto do Pecém e, consequentemente, a partir desta data a mesma não é mais consolidada (Nota 18.1).

11.1 Controladora direta e final
A controladora final da Companhia é a EDP - Energias de Portugal S.A., que exerce controle por meio de suas controladas EDP International Investments and Services, S.L. e a EDP IS - Investimentos e Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda.
11.2 Remuneração dos administradores
11.2.1 Ações outorgadas pela Companhia
Entre os anos de 2016 e 2022, a Companhia instituiu os planos um a seis, de remuneração baseados em ações, com características semelhantes, os quais concederam outorga futura de suas ações aos seus beneficiários. Dentre eles, possuíam o benefício-se gestores e diretores estatutários e não estatutários das controladas, sendo estimado no resultado de 2023 da Companhia o montante de R\$361 (R\$2.237 em 2022) a ser reembolsado pelas controladas no momento da outorga. A outorga das ações dos planos III, V e VI foram antecipadas em maio de 2023 devido ao cumprimento do regulamento do plano, referente a OPA (Nota 4.7). Os demais planos já haviam sido outorgados em seus vencimentos, não restando, portanto, saldos em 31 de dezembro de 2023.

	2023				2022			
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Fiscal	Total
Remuneração (a)	10.618	1.778		237 12.633	7.582	1.755		237 9.574
Benefícios de curto prazo (b)	207			207	217			217
Benefícios - Previdência privada	173			173	132			132
Remuneração baseada em ações (Nota 11.2.3)	11.993			11.993	3.474			3.474
Total	22.991	1.778		237 25.006	11.405	1.755		237 13.397

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais (não aplicável ao Conselho Fiscal).
(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.
Em relação às ações outorgadas, o montante relativo a diretores estatutários da Companhia, o resultado de 2023, é de R\$4.918 (R\$2.085 em 2022).

11.2.3 Remuneração baseada em ações
As ações do Plano de Remuneração III, V e VI foram exercidas, conforme nota 33.3.2.1.
11.2.4 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária referente aos exercícios findos em 31 de dezembro

	Controladora			2022		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros remunerados	4,00	4,83	3,00	4,08	4,00	3,00
Valor da maior remuneração individual	533	5.971	79	526	3.581	79
Valor da menor remuneração individual	382	3.402	79	376	2.100	79
Valor médio da remuneração individual	445	4.760	79	430	2.851	79

12 Estoques

	Consolidado		
	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Matéria prima e insumos para produção de energia	12.1		
Carvão			129.345
Diesel			3.648
Cal			245
Outros		9.116	3.248
		9.116	136.486
Material de almoxarifado	12.1	98.339	93.821
Resíduos e sucatas		52.840	57.039
Kit fotovoltaico	12.3	84.701	673
Estoque de Produtos em Elaboração	12.2	167.085	2.035
Outros		3.165	44
(-) Perda estimada na realização dos estoques		(11.145)	(14.376)
		395.885	139.236
Total		405.001	275.722

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.
Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão estão classificados nas rubricas de: (i) Ativos da concessão, nas controladas de distribuição, pelo montante, em 31 de dezembro de 2023, de R\$50.035 (R\$94.275 em 31 de dezembro de 2022); e (ii) Imobilizado, nas controladas de geração, serviços e transmissão, pelo montante, em 31 de dezembro de 2023, de R\$26.538 (R\$74.007 em 31 de dezembro de 2022).

12.1 Matéria prima e insumos para produção de energia e Material de almoxarifado
A variação observada nas rubricas, refere-se, principalmente, aos saldos da coligada Porto do Pecém que foram transferidos para mantido para venda e posteriormente alienados (Nota 4.6.4).

12.2 Estoque de Produtos em Elaboração
O aumento no exercício refere-se principalmente, à controlada EDP Smart Serviços, decorrente dos custos de construção das usinas solares que para o exercício de 2023 houve um aumento na quantidade de projetos em andamento quando comparado com 2022, sendo que, a maioria desses projetos ainda não tiveram todo o seu custo reconhecido, além das obras ainda estarem em andamento.

12.3 Kit fotovoltaico
Representa os estoques da controlada EDP Smart Serviços e é composto por kits fotovoltaicos (painéis solares, *combiners* e inversores) que são dispositivos que compõe o sistema de energia solar fotovoltaico, armazenados com objetivo de construir usinas solares para os novos negócios da Companhia.
O aumento exercício refere-se à aquisição de painéis solares e módulos fotovoltaicos para utilização na construção de usinas solares.

13.1 Adição	
Do R\$557.508, R\$53.782 de depósitos judiciais, refere-se, substancialmente: (i) na controlada EDP Espírito houve adição de diversos processos civis que totalizam o montante de R\$17.928; (ii) R\$12.786 refere-se ao cumprimento de sentença, após o laudo pericial homologado desfavorável para a controlada EDP São Paulo, no qual resultou na mudança de risco possível para provável (Nota 32.1.1.2); (iii) R\$2.816 refere-se ao cumprimento de condenação para a controlada EDP São Paulo após sentença proferida. Atualmente a companhia aguarda o recurso no processo R\$1.034 e a oferta à título de indenização prévia, para possibilitar a emissão provisória da controlada EDP São Paulo na posse das áreas para execução dos trabalhos necessários à construção da Subestação Água Chata.	
13.2 Resgate	
Do saldo de R\$27.634, R\$21.722 de depósitos judiciais, refere-se, substancialmente, à ação penal EDP Espírito Santo decorrente do levantamento fonelegral ocasionando a substituição do depósito judicial por seguro garantia nos autos da ação cautelar, ajudada objetivando a suspensão do crédito tributário.	

13.1 Adição
Do saldo de R\$57.508, R\$53.782 no consolidado de depósitos judiciais, refere-se, substancialmente: (i) na controlada EDP Espírito houve adição de diversos processos cíveis que totalizaram o montante de R\$17.928; (ii) R\$12.786 refere-se ao cumprimento de sentença, após o laudo pericial homologado desfavorável para a controlada EDP São Paulo, no qual resultou na mudança de risco possível para provável (Nota 32.1.1.2); (iii) R\$2.816 ao depósito judicial por cumprimento de condenação para a controlada EDP São Paulo após sentença proferida. Atualmente a companhia aguarda julgamento do recurso; (iv) R\$2.034 à oferta à título de indenização prévia, para possibilitar a imissão provisória da controlada EDP São Paulo na posse das áreas para execução dos trabalhos necessários à construção da Subestação Água Chata.

13.2 Resgate
Do saldo de R\$27.634, R\$21.722 de depósitos judiciais, refere-se, substancialmente, à controlada EDP Espírito Santo decorrente do levantamento favorável, ocasionando a substituição do depósito judicial por seguro garantia nos autos da ação cautelar ajuizada objetivando a suspensão do crédito tributário.

13.3 Baixa
O saldo de R\$12.537 no consolidado de depósitos judiciais, refere-se, substancialmente, às baixas de depósitos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas decorrente de casos encerrados.
13.4 Outros caucões - Adição e Resgate
As movimentações de adições de R\$3.726 e resgates de R\$5.767 no Consolidado referem-se, substancialmente, às aplicações em papéis com vencimento, ocasionando aplicações e resgate dentro do ciclo em que os montantes estão caucionados.

14 Dividendos - Ativos e Passivos
Os dividendos e os JSCP a pagar são reconhecidos em contrapartida do Patrimônio líquido nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral. Os dividendos a receber das controladas, coligadas e controladas em conjunto são registrados como ativo nas demonstrações financeiras da Companhia, em consonância com a prática contábil do passivo anteriormente descrita.
Os créditos de JSCP são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida ao patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito. Para o JSCP a receber, são inicialmente registrados em receitas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida ao investimento.
Controladora
Foi aprovada em AGOE, realizada em 11 de abril de 2023, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, com distribuição de R\$1.021.437, a ser distribuído da seguinte forma: (i) constituição de Reserva Legal no valor de R\$51.072; (ii) Juros sobre capital próprio no valor total bruto de R\$651.239, imputáveis aos dividendos já contabilizados em 31 de dezembro de 2022; (iii) dividendos no valor de R\$152.457; e (iv) R\$168.669 em Reserva de Retenção de Lucros, com a finalidade de investimentos, conforme orçamento de capital, para o exercício de 2023. Os JSCP e dividendos foram pagos sem ajuste aos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia em 24 de maio de 2023.
Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos a receber e a pagar do exercício:

Ativo	Saldo em 31/12/2022	Complementares	Adicionais	Exercícios anteriores	JSCP	Recebimentos	Reversão	Saldo em 31/12/2023
Enerpeixe				2.356				2.356
EDP Trading	13.242	13.279	37.414	22.999	(13.098)	(37.558)		35.378
EDP São Paulo	131.312	69.730	381.782	49.844	(325.000)	(188.092)		119.576
EDP Espírito Santo	129.916			97.109	(129.916)			97.109
Lajeado	47.392	39.643	96.136	13.553	(143.528)			53.196
EDP Smart Energia	1.171	4.024		14.000	3.500	(15.171)		7.524
EDP Transmissão Norte 2	-	334						334
EDP Transmissão Aliança	22.712		47.932	31.617	(70.644)			31.617
EDP Transmissão SP-MG	37.029			23.996	(37.029)			23.996
Pecém TM	105		314		(419)			-
Pecém OM	35		104		(139)			-
CEJA	27.560		33.935	29.956	(61.497)			29.954
Celeste	43.305		6.750	58.177	(50.055)			58.177
Porto do Pecém	62.249	2.139			(62.249)			2.139
	516.028	129.149	604.367	14.000	332.207	(908.745)	(225.650)	461.356

	Controladora					Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2022	Complementares	Adicionais	JSCP	Pagamentos	
Passivo						
Acionistas não controladores	239.438		64.717	5.665	(304.415)	5.405
EDP International Investments and Services, S.L.	179.120	72.846	49.332		(228.452)	72.846
EDP IS - Investimentos e Serviços, Sociedade Unipessoal Lda.	139.454	205.643	38.408		(177.862)	205.643
	558.012	278.489	152.457	5.665	(710.729)	283.894

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A ANEEL homologou os valores a serem repassados para as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, por meio das seguintes Resoluções Homologatórias:

Resolução Homologatória	Competências	Valor mensal
EDP Espírito Santo		
ANEEL nº 3.091/22	Ago/22 a Jul/23	23.660
ANEEL nº 3.241/23	Ago/23 a Jul/24	25.272
EDP São Paulo		
ANEEL nº 3.129/22	Out/22 a Set/23	14.239
ANEEL nº 3.278/23	Out/23 a Set/24	19.793

Segue abaixo a composição dos descontos tarifários:

	Saldo em 31/12/2022	Descontos tarifários	Ressarcimento	Saldo em 31/12/2023
Subsídio Baixa Renda	26.725	175.923	(159.257)	43.391
Subsídio Carga Fonte Incentivada - Res. nº 77/04	59.132	381.564	(369.874)	70.822
Subsídio Geração Fonte Incentivada - Res. nº 77/04	1.325	8.990	(9.553)	762
Subsídio Rural	17.456	21.756	(28.285)	10.927
Subsídio Irrigante/Aquicultor - Res. nº 414/10	(23.970)	57.599	(48.298)	(14.669)
Subsídio Água/Esgoto/Saneamento - Despacho nº 3.629/11	7.476	2.029	(7.158)	2.347
Subsídio Distribuição - TUSD fio B	(3.208)	1.369	(1.443)	(3.282)
Subsídio SCEE (MMGD)		3.955	(7.089)	(3.134)
	84.936	653.185	(630.957)	107.164

Adicionalmente, demonstramos abaixo a abertura por parcela de desconto tarifário:

	EDP Espírito Santo	EDP São Paulo	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Parcela mensal	23.641	18.317	41.958	34.660
Parcela de ajustes homologados	19.572	17.719	37.291	25.596
Parcela de ajustes a homologar	(14.180)	(1.293)	(15.473)	(2.045)
Saldo subsídio baixa renda	14.911	28.478	43.389	26.725
	43.944	63.220	107.164	84.936

16.2 EDP São Paulo - Modicidade tarifária - baixa renda

Através do Termo de Notificação nº 1.091/05, a Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE, atual Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, determinou a correção do critério de cadastramento do equipamento de medição instalados em unidades consumidoras residenciais conectadas à rede de distribuição pelo sistema delta a três fios, alterando a classificação de bifásicas para monofásicas, com efeito retroativo a 2002.

As unidades consumidoras, apesar de estarem conectadas por meio do sistema monofásico a três fios, estavam classificadas como bifásicas, situação que impedia o faturamento mensal na condição de residencial baixa renda. Depois de inúmeras negociações com ANEEL e ARSESP, entre os períodos de 2008 e 2009, a controlada EDP São Paulo providenciou a revisão dos faturamentos classificando as unidades consumidoras como residencial Baixa Renda, quando foram identificados os valores a devolver aos consumidores até então faturados sem o benefício da tarifa social.

Conforme acordado com ANEEL e ARSESP, a restituição de valores aos consumidores teve início a partir do faturamento de março de 2009 até 31 de dezembro de 2023, foi restituído o montante de R\$19.550 (R\$19.507 em 31 de dezembro de 2022), restando um saldo a restituir no montante de R\$10.205 (R\$10.258 em 31 de dezembro de 2022), envolvendo unidades consumidoras ainda ativas e inativas do cadastro de faturamento da controlada. Como o acordo com a ANEEL e ARSESP estabeleceu que as restituições seriam realizadas mediante compensação nos faturamentos mensais, as unidades consumidoras inativas no cadastro resultam em dificuldades intransponíveis para a controlada, com vistas a identificar a atual localização do cliente para efetuar a devolução.

A regulamentação prevê o direito de a controlada reaver valores faturados na condição de baixa renda a título de subvenção econômica, líquidos dos referidos impostos e deduções previstas, cujo saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$8.060 (R\$8.060 em 31 de dezembro de 2022), valor este que, ainda conforme acordado com a ANEEL, deve ser recebido à medida em que as devoluções aos consumidores fossem validadas pela ARSESP e homologadas pela ANEEL.

Diante da impraticabilidade cadastral de identificar os consumidores com direito ao crédito, a controlada EDP São Paulo encaminhou a correspondência CT-EDP-SP-063-2022, de 04 de agosto de 2022, à ARSESP, sugerindo que como o faturamento original das unidades consumidoras foi realizado considerando a tarifa cheia da classe residencial, enquanto que, para a restituição, a controlada EDP São Paulo recalculou o faturamento das mesmas unidades consumidoras aplicando a tarifa da classe residencial baixa renda, restando o saldo a devolver de R\$10.255, que seja processado no DMR - Diferença mensal de Receita, de maneira que a controlada EDP São Paulo possa receber o montante de R\$7.148, a título de subvenção econômica, enquanto que a diferença, no montante de R\$3.107 seria transferida para a conta de modicidade tarifária.

A controlada EDP São Paulo continua na expectativa de uma resposta da ARSESP.

16.3 Prêmio de risco - GSF

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico (Nota 39.2.3) no ACR, o saldo do Ativo Circulante e Não circulante referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF, das competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizados linearmente.

A movimentação do exercício está demonstrada a seguir:

Controladas	Períodos de amortização	Saldo em 31/12/2022	Amortização	Saldo em 31/12/2023
Lajeado	Jan/2015 a Mar/2029	16.885	(2.702)	14.183
Investo	Jan/2015 a Mar/2029	300	(48)	252
Total		17.185	(2.750)	14.435
Circulante		2.750	-	2.750
Não circulante		14.435	-	11.685

16.4 Contribuição de Iluminação Pública

Refere-se à Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP das controladas de distribuição, que tem por finalidade os serviços de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública. É cobrada dos consumidores, em conformidade com o estabelecido por lei municipal, arrecadada pelas distribuidoras e repassadas mensalmente às Prefeituras, conforme previsto no artigo 149-A da Constituição Federal.

16.5 Credores diversos - consumidores e concessionárias

O aumento dos credores diversos refere-se, substancialmente, ao impacto causado pelos ingressos de MWh atrelados aos Micro e Minigeradores - MMGD na compra de energia ocasionando um aumento significativo em 2023 de R\$36.204 (R\$13.666 em 31 de dezembro de 2022) na controlada EDP Espírito Santo e R\$13.032 (R\$6.016 em 31 de dezembro de 2022) na EDP São Paulo.

16.6 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes do provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

16.7 Reserva para reversão e amortização

Refere-se a recursos derivados da Reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do Serviço Público de Energia Elétrica - SPEE (Decreto Federal nº 41.019/57 revogado pelo Decreto nº 10.810/21), aplicado pela controlada EDP São Paulo na expansão do SPEE. Sobre o fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. A amortização do principal aguardava determinações do Poder Concedente.

O Decreto Lei nº 9.022/17 determinou que as Concessionárias, que possuam recursos correspondentes ao fundo de reversão, deveriam amortizar integralmente seus débitos até 31 de dezembro de 2026, junto à CCEE.

As amortizações foram iniciadas em janeiro de 2018 e o montante relativo ao principal e juros, das próximas 12 parcelas, foram transferidos do Não circulante para o Circulante.

16.8 Arrendamentos e Aluguéis

Em conformidade com o CPC 06 (R2) a Companhia e suas controladas efetuaram o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrado abaixo:

	Controladora						
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Pagamentos	Transferências	AVP	Reversão	Saldo em 31/12/2023
Edifícios	5.388	1.130	(2.178)	2.148	-	(77)	2.510
Veículos	1.587	-	(1.701)	1.701	-	-	1.587
Total Circulante	3.693	511	(3.879)	3.849	-	(77)	4.097
Edifícios	11.161	2.687	-	(2.148)	1.379	(79)	13.000
Veículos	3.696	-	-	(1.701)	624	-	2.619
Total Não circulante	14.857	2.687	-	(3.849)	2.003	(79)	15.619
	18.550	3.198	(3.879)	-	2.003	(156)	19.716

	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Pagamentos	Transfe-rências	AVP	Transferência para Ativo Mantido para Venda (Nota 4.18)	Saldo em 31/12/2023
Terenos	5.388	1.130	(3.201)	4.343	172	(4.341)	3.850
Edifícios	16.139	675	(18.364)	17.233	26	(69)	15.056
Equipamentos de informática	161	-	(172)	43	7	-	39
Máquinas e equipamentos	6.145	-	(6.534)	5.662	30	(5.303)	-
Veículos	3.246	1.134	(4.441)	3.604	-	(352)	3.017
Total Circulante	31.079	2.939	(32.712)	30.675	235	(6.029)	(174)
Terenos	28.222	3.189	(17.023)	9.357	922	(8.782)	27.700
Edifícios	70.857	315	(4.343)	1.527	-	(1.817)	63.044
Equipamentos de informática	77	-	(43)	6	-	320	40
Máquinas e equipamentos	11.115	-	(5.662)	1.854	-	(7.307)	-
Veículos	7.459	977	(3.604)	609	-	(520)	4.921
Total Não circulante	117.730	4.481	-(30.675)	13.353	922	(8.609)	-(1.497)
	148.809	7.420	(32.712)	-13.588	1.281	(14.638)	(174)
							(5.907)
							117.667

Os montantes registrados no passivo encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

	Controladora			
	Edifícios	Veículos		
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
2024	2.510	11,07%	1.587	13,81%
Total Circulante	2.510		1.587	
2025	2.242	11,07%	1.409	13,81%
2026	1.994	11,07%	1.210	13,81%
2027	1.775	11,07%	-	-
2028	1.579	11,07%	-	-
2029	1.405	11,07%	-	-
2030 até 2042	4.005	11,07%	-	-
Total Não circulante	13.000		2.619	

	Consolidado							
	Terenos		Edifícios		Equipamentos de informática		Veículos	
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
2024	3.850	8,06%	15.056	8,04%	39	4,65%	3.017	8,88%
Total Circulante	3.850		15.056		39		3.017	
2025	4.069	8,06%	13.334	7,93%	40	4,65%	2.618	8,50%
2026	2.824	8,06%	11.464	7,93%	-	-	2.299	8,50%
2027	2.535	8,06%	8.325	8,40%	-	-	4	4,60%
2028	2.275	8,06%	6.693	8,46%	-	-	-	-
2029	2.041	8,06%	6.006	8,46%	-	-	-	-
2030 até 2042	13.956	8,06%	17.222	8,46%	-	-	-	-
Total Não circulante	27.700		63.044		40		4.921	

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Nominal	Com AVP	Nominal	Com AVP
Fluxos de caixa	29.464	19.716	208.006	117.667
Contraprestação do arrendamento	(2.725)	(1.824)	(19.241)	(10.884)
PIS/COFINS potencial (9,25%)				

Os contratos de arrendamentos e aluguéis foram registrados em contrapartida da rubrica do Imobilizado como "Ativos de direito de uso" (Nota 24.1.1).

16.9 Parcela de ajuste

O saldo total no Consolidado de R\$27.936 (R\$27.532 em 31 de dezembro de 2022) no Circulante e Não circulante, refere-se à estimativa da Parcela de Ajuste - PA correspondente ao ciclo 2023/2024 para as transmissoras, a qual reflete as diferenças entre os duodécimos da RAP, estabelecida pela ANEEL, e os valores dos Avisos de Crédito - AVC, emitidos pelo ONS. A PA é calculada pela ANEEL ao final do ciclo corrente e aplicada nos próximos doze meses, sendo o valor homologado juntamente com o novo valor de receita da controladas, após o processo de RTA ou RTP, conforme data definida em contrato de concessão (Nota 4.11).

16.10 Outros - Passivo circulante consolidado

O aumento observado no exercício no consolidado refere-se, principalmente: (i) o valor de R\$17.062 da controlada indireta Blue Sol; e (ii) o valor de R\$ 14.142 na Companhia, referente aos derivativos (nota 39.1.3) que serão liquidados em janeiro de 2024.

17 Títulos a receber

	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C"	22.702	3.329	124.412	57.593
(-) AVP - Ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C"	(3.601)	(53.409)	(29.589)	(3.601)
Total	19.101	3.329	71.003	28.004

Investco

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela controlada Investco no montante original de R\$43.964, onde, de acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Investco, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$29.585 (R\$31.333 em 31 de dezembro de 2022) contempla o montante original e os juros até 2035 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações.

Devido às suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro receável por satisfazerem a definição de ativo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para a Companhia, conforme determina o item 19 do CPC 39.

Coligada Porto do Pecém

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis da classe "B" emitidas pela coligada Porto do Pecém no montante original de R\$60.000 (nota 4.6.3), onde, de acordo com o artigo 7º do Estatuto Social da Porto da Pecém, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento do principal semestrais e dividendos trimestrais a partir de 15 de agosto de 2024 (juros), de IPCA + 15% a.a sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

O saldo em 31 de dezembro de 2023 na controladora de R\$60.519 e no consolidado de R\$44.589 contempla o montante original e os juros até agosto de 2027, ambos descontados a valor presente pela taxa de 9,68% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Porto do Pecém na data de avaliação das ações.

Devido às suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro receável por satisfazerem a definição de ativo financeiro, pelo fato da Porto do Pecém não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para a Companhia, conforme determina o item 19 do CPC 39.

18 Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda

Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda são registrados nas respectivas rubricas e foram mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo, líquido das despesas de venda.

Em 2023 ocorreu a classificação dos ativos EDP Transmissão SP-MG e Mata Grande Transmissora (Nota 18.2) e da controladora indireta EDP Smart Soluções (Nota 18.3) como mantidos para venda.

Por não se qualificarem como operações descontinuadas, nenhuma alteração foi efetuada na apresentação da demonstração do resultado, com exceção das depreciações e amortizações que não são consideradas entre a assinatura do contrato de compra e venda e a conclusão da alienação, conforme previsto no CPC 31.

18.1 Coligada Porto do Pecém

A Administração da Companhia visou estrategicamente a alienação da participação no investimento da coligada Porto do Pecém. Portanto, a partir de 30 de junho de 2023, por referirem-se a ativos cuja alienação do controle foi considerada altamente provável, todos os ativos e passivos foram classificados em linha separada do balanço, apresentados nos grupos de não circulante mantidos para venda.

O montante registrado foi mensurado pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo, líquido das despesas de venda conforme nota 4.6.2.

Em 20 de setembro de 2023 a Companhia assinou o contrato de compra e venda com as empresas Mercurio GF I Fundo De Investimento em Participações em Infraestrutura e Cactos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (Nota 4.6.4).

Com a conclusão do processo de alienação de 80% da coligada em 22 de dezembro de 2023, o montante de R\$461.631 foi registrado na rubrica de Perda na alienação de investimentos e o ativo deixou de integrar o ativo mantido para venda e consequentemente o consolidado da Companhia.

O valor total da transação foi de R\$461.631 após ajuste de preço referente a variações da Dívida Líquida e de Capital de Giro. Ainda, existe a possibilidade de adicional preço de alienação com premissas e definições em cenários que, por se tratarem de condições futuras de natureza incerta e que não estão sob o controle da Companhia, não contemplam a perda, conforme definições do CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.

Assim sendo, com a conclusão da alienação e consequente perda de controle, de acordo com o CPC 36, a EDP - Energias do Brasil:

(i) desreconheceu os ativos e passivos da coligada do balanço patrimonial consolidado, incluindo a reversão da perda por imparidade reconhecida quando da classificação para ativo não circulante como mantido para venda; (ii) procedeu à remensuração da participação restante de 20%, tendo por base o valor da transação, sendo esta participação considerada para o Grupo EDP - Energias do Brasil como uma participação minoritária com influência significativa, dada a natureza da operação entre os compradores e a vendedora; e (iii) reconheceu um prejuízo de R\$44.662 no consolidado. Segue abaixo o resumo das informações financeiras relativas à coligada alienada em 31 de dezembro de 2023:

18.1.1 Balanço patrimonial

Porto do Pecém			Porto do Pecém		
	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			PASSIVO		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	256.781	1.233.100	Fornecedores	62.152	109.270
Concessionárias	170.987	146.786	Imposto de renda e Contrib. social a recolher		22.153
Imposto de renda e Contrib. social a compensar	22.572	10.652	Outros tributos a recolher	11.957	17.381
Outros tributos compensáveis	96.639	114.834	Dividendos	10.695	62.249
Títulos e valores mobiliários		1.952	Empréstimos e financiamentos	453.768	318.289
Estoques	161.178	201.677	Provisões	5.743	5.425
Outros créditos	25.957	40.424	Outras contas a pagar	15.919	23.528
Total do Ativo Circulante	734.114	1.749.425	Total do Passivo Circulante	560.234	558.295
Não circulante			Não circulante		
Imposto de renda e Contrib. social a compensar	3.392	3.392	Tributos diferidos	23	15
Tributos diferidos	238.631	267.452	Empréstimos e financiamentos	1.035.946	1.105.396
Cauções e depósitos vinculados	1.950	1.941	Provisões	18.381	22.819
Outros créditos	3.799	89	Outras contas a pagar	8.170	16.772
	247.772	272.874		1.062.520	1.145.542
Investimentos	9.582		Patrimônio Líquido		
Imobilizado	1.541.212	1.678.240	Capital social	508.505	2.368.999
Intangível	11.657	13.063	Reservas de lucros	413.078	292.601
Total do Ativo Não circulante	1.810.223	1.964.177	Outros resultados abrangentes		(1)
			Prejuízos acumulados		(651.834)
Total do Ativo	2.544.337	3.713.602	Total do passivo e patrimônio líquido	2.544.337	3.713.602

...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

19.1 Movimentação dos Investimentos e da Provisão para passivo a descoberto											
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas / Amortizações	Equivalência patrimonial	Dividendos / JSCP	Controladora		Transferência (Notas 4.6.3 e 18)	Saldo em 31/12/2023	% Participação direta	
						Outros resultados abrangentes	Outras			31/12/2023	31/12/2022
Investimentos											
EDP São Paulo	982.597			478.302	(322.061)	(33.802)			1.105.036	100,00	100,00
EDP Espírito Santo	1.369.219			376.627	(114.246)	12.783			1.644.383	100,00	100,00
Lajeado	228.828			163.679	(151.723)				240.801	55,86	55,86
Lajeado (Mais Valia)	87.494			(2.663)		17	(1.586)		83.245	55,86	55,86
Mata Grande Transmissora (Nota 18.2)	10.611	42.800		3.351				(56.762)	-	100,00	100,00
EDP Transmissão Aliança	519.116			60.491	(85.129)				494.478	90,00	90,00
EDP Transmissão SP-MG (Nota 18.2)	399.321			88.706	(28.231)			(459.796)	-	100,00	100,00
EDP Transmissão Norte 2	-	3.501		1.405	(333)				4.573	100,00	-
Enerpeixe	392.695			5.530	(2.772)				395.453	60,00	60,00
EDP Trading	389.018			148.961	(39.134)				498.845	100,00	100,00
EDP Smart Energia	58.259			31.683	(22.141)				67.801	100,00	100,00
CEJA	519.145		(100.000)	94.648	(69.178)				444.615	50,00	50,00
CEJA (Mais Valia)	147.901			(6.723)					141.178	50,00	50,00
Cachoeira Caldeirão	279.850			(2.009)					277.841	50,00	50,00
Cachoeira Caldeirão (Mais Valia)	1.359			(54)					1.305	50,00	50,00
Porto do Pecém (Nota 18.1)	1.995.413	9.546	(1.363.872)	372.634	(2.139)			(898.381)	113.201	20,00	100,00
Porto do Pecém (Mais Valia)	-								-	20,00	100,00
Pecém TM (Nota 4.6.3)	5.432		(5.554)	436	(314)				-	-	50,00
Pecém OM (Nota 4.6.3)	3.705		(3.992)	391	(104)				-	-	50,00
Resende	21.165			(18)					21.147	100,00	100,00
EDP Smart Serviços	305.210	353.750		(23.370)			769		636.359	100,00	100,00
Mabe	-								-	50,00	50,00
Celesc(*)	861.207			192.966	(75.183)	(30.291)			948.699	29,90	29,90
São Manoel	589.126			(9.601)					579.525	33,334	33,334
EDP Ventures	34.178	11.500		(22.819)					100,00	100,00	100,00
Santa Leopoldina	186.745	96.500		(46.226)			48		237.067	100,00	100,00
Energia Solar II	1								1	100,00	100,00
Energia I	1							(1)	-	100,00	100,00
Energia II	1								1	100,00	100,00
	9.387.597	517.597	(1.473.418)	1.906.327	(912.688)	(50.476)	(1.586)	(1.414.940)	7.958.413		
Direito de Concessão (Nota 19.1.1)											
EDP São Paulo	8.383		(1.457)						6.926		
Enerpeixe	1.606		(115)						1.491		
Lajeado	52.833		(5.271)						47.562		
	62.822	-	(6.843)	-	-	-	-	-	55.979		
Total dos Investimentos	9.450.419	517.597	(1.480.261)	1.906.327	(912.688)	(50.476)	(1.586)	(1.414.940)	8.014.392		
Provisão para passivo a descoberto											
Energia I	-			(27.462)				1	(27.461)	100,00	100,00
Mabe	(38)			(292)					(330)	50,00	50,00
Total de Provisão para passivo a descoberto	(38)	-	-	(27.754)	-	-	-	1	(27.791)		
Investimento líquido	9.450.381	517.597	(1.480.261)	1.878.573	(912.688)	(50.476)	(1.586)	(1.414.939)	7.986.601		

(*) O montante de R\$948.699 refere-se ao investimento na Celesc no período findo em 31 de outubro de 2023.

	Saldo em 31/12/2022		Baixas (Notas 4.6.3 e 4.16)		Equivalência patrimonial		Dividendos/ JSCP		Outros resultados abrangentes		Transferência (Nota 4.6.3)		Saldo em 31/12/2023	
Investimentos														
EDP - Energias do Brasil														
Celelesc		861.207				192.966	(75.183)		(30.291)				948.699	-
Pecém TM (Nota 4.6.3)		5.432		(5.832)		714	(314)						-	-
Pecém OM (Nota 4.6.3)		3.705		(4.074)		473	(104)						-	-
Porto do Pecém (Nota 4.6.3)											113.201		113.201	
CEJA		519.145		(100.000)		94.648	(69.178)						444.615	
CEJA (Mais Valia)		147.901				(6.723)							141.178	
Cachoeira Caldeirão		279.850				(2.009)							277.841	
Cachoeira Caldeirão (Mais Valia)		1.359				(54)							1.305	
São Manoel		589.126				(9.601)							579.525	
EDP Trading														
BBCE		1.498											1.498	
EDP Goiás														
Sicoob Juriscredcelg		532											532	
Total dos Investimentos		2.409.755		(109.906)		270.414	(144.779)		(30.291)		113.201		2.508.394	
Provisão para passivo a descoberto														
Energia I														
Blue Sol (Nota 4.18)		(4.032)				(5.336)					9.368		-	
Mabe		(38)				(292)							(330)	
		(4.070)		-		(5.628)	-		-		9.368		(330)	
Total de Provisão para passivo a descoberto														
Investimento líquido		2.405.685		(109.906)		264.786	(144.779)		(30.291)		122.569		2.508.064	

19.1.1 Direito de concessão

Conforme o ICPC 09, os Direitos de concessão são classificados como investimentos na controladora. Para fins de consolidação, estão classificados como Intangível (Nota 25.1.3).

19.2 Participação direta dos investimentos

Companhia	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)				% de participação da Companhia				Passivos		Patrimônio líquido		Resultados	
	31/12/2023				31/12/2022				Ativos totais		(Circulantes e Não circulantes)		Receitas	
	Ordinárias / Quotas	Preferenciais	Ordinárias / Quotas	Preferenciais	Capital social integralizado	Capital volante	Capital social integralizado	Capital volante	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022
EDP São Paulo	39.091.735		39.091.735		100,00	100,00	100,00	100,00	7.019.621	6.169.013	5.375.238	5.614.009	6.026.203	5.691.600
EDP Espírito Santo	5.876		5.876		100,00	100,00	100,00	100,00	7.019.621	6.169.013	5.375.238	5.614.009	6.026.203	5.691.600
Energest													206.443	129.655
Lajeado	113.690		113.690		55,86	100,00	55,86	100,00	1.482.840	1.429.438	778.936	691.049	747.889	348.890
CEJA	12.897		12.897		50,00	50,00	50,00	50,00	1.629.327	1.826.467	740.098	1.038.299	338.638	189.285
Enerpeixe	499.951		499.951		60,00	60,00	60,00	60,00	1.716.637	1.745.146	1.057.548	1.090.654	339.162	315.141
Cachoeira Caldeirão	364.000		364.000		50,00	50,00	50,00	50,00	1.379.487	1.397.133	823.803	837.430	555.884	163.746
EDP Trading	32.606		32.606		100,00	100,00	100,00	100,00	3.328.385	3.579.882	2.829.540	3.190.864	3.046.909	3.314.744
EDP Smart Energia	4.531		4.531		100,00	100,00	100,00	100,00	873.781	728.456	805.981	58.260	572.252	31.682
EDP Smart Serviços	10		10		100,00	100,00	100,00	100,00	1.407.299	764.392	770.939	459.181	363.035	132.090
Porto do Pecém (Nota 18.1)	500	79	2.368.998		33,00	5,00	20,00	100,00	2.544.337	3.713.602	1.622.754	2.009.765	953.441	1.390.778
Pecém TM (Nota 4.6.3)			1.682				50,00	50,00				10.681	25.430	23.986
Pecém OM (Nota 4.6.3)			3.527				50,00	50,00				7.301	7.802	7.845
São Manoel	803.341		803.341		33,334	33,334	33,334	33,334	3.740.269	3.812.428	2.001.728	2.045.086	446.946	418.165
Mabe	283.076		283.076		50,00	50,00	50,00	50,00	2.202	4.060	2.862	4.137	(660)	(77)
Resende	21.573		21.573		100,00	100,00	100,00	100,00	21.198	21.216	51	51	21.147	21.165
EDP Transmissão Aliança	148.051		148.051		90,00	90,00	90,00	90,00	2.550.327	2.527.678	2.000.907	1.950.882	549.420	576.796
EDP Transmissão SP-MG (Nota 18.2)	33.001		33.001		100,00	100,00	100,00	100,00	2.848.855	2.737.586	2.389.101	2.338.267	459.754	399.319
EDP Transmissão Norte 2	1		1		100,00	100,00	100,00	100,00	67.112	(34.782)	62.540	4.572	54.974	1.405
Celelesc(*)	5.141	6.391	5.141	6.391	29,90	33,11	29,90	33,11	3.417.178	3.105.004	215.987	221.882	3.201.191	2.883.176
EDP Ventures	6.501		6.501		100,00	100,00	100,00	100,00	29.861	40.355	7.002	6.176	22.859	34.179
Mata Grande Transmissora (Nota 18.2)	8.830		8.830		100,00	100,00	100,00	100,00	133.988	121.730	77.236	110.923	56.752	10.807
Santa Leopoldina	10		10		100,00	100,00	100,00	100,00	2.463.155	2.348.873	2.226.088	2.162.128	237.067	186.745

(*) Os montantes patrimoniais referem-se às informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2023 e às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 e de resultado às informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2023 e 2022 respectivamente.

19.3 Reconciliação das informações financeiras dos Investimentos

Segue abaixo a reconciliação dos principais saldos de investimento:

|--|

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Cachoeira Caldeirão
Fiscais
Ação judicial movida pela Cachoeira Caldeirão em face da Receita Federal do Brasil, na qual discute a não homologação dos pedidos de compensações de créditos de retenções na fonte (IRRF), envolvendo o montante de R\$R\$15.065 em 30 de setembro de 2023 (R\$14.074 em 31 de dezembro de 2022). Atualmente aguarda o julgamento.
São Manoel
Cíveis
A São Manoel é parte em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal - MPF, sob a alegação de supostas irregularidades no licenciamento ambiental para a construção da UHE São Manoel, quanto ao não cumprimento das condicionantes relativas ao componente indígena. Na ação o MPF requer em sede de liminar a suspensão do licenciamento. Em virtude da complexidade do pedido, não é possível estimar o valor econômico envolvido, pois os reflexos de eventual suspensão do licenciamento vão variar de acordo com o valor do investimento já realizado pela São Manoel para a construção do empreendimento. Apesar dos argumentos sólidos da defesa, a São Manoel e seus assessores jurídicos classificam a ação com risco possível em virtude da tendência protetiva da matéria ambiental. Atualmente a ação aguarda julgamento do recurso interposto pelo MPF.
Fiscais
Ação judicial movida pela São Manoel em face da Receita Federal do Brasil, na qual discute a não homologação dos pedidos de compensações de créditos de retenções na fonte (IRRF), envolvendo o montante de R\$8.749 em 31 de dezembro de 2023 (R\$8.024 em 31 de dezembro de 2022). A São Manoel aguarda o julgamento.
20.1.3 Compromissos contratuais e Garantias
20.1.3.1 Compromissos contratuais
Em 31 de dezembro de 2023, os empreendimentos controlados em conjunto apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados pelo seu montante total.
Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal de suas atividades operacionais atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente que representam a taxa média de financiamento para a construção dos empreendimentos.

	São Manoel		CEJA		Cachoeira Caldeirão	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Responsabilidades com locações operacionais					239	405
Obrigações de compra						
Compra de Energia			8.121	9.111	60.657	68.080
Encargos de conexão e Transporte de Energia	74					
Materiais e serviços	99.631	90.577	31.657	36.684	34.995	32.950
Prêmio de risco - GSF			79.694	79.694		
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.075.030	1.113.360	105.745	125.072	328.088	348.387
	1.174.735	1.203.937	225.217	250.800	423.740	449.822

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2023, ou seja, sem projeção dos índices de correção e não estão ajustados a valor presente.

	São Manoel		CEJA		Cachoeira Caldeirão	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Responsabilidades com locações operacionais					230	408
Obrigações de compra						
Compra de Energia			9.248	10.383	70.300	77.551
Encargos de conexão e Transporte de Energia	72					
Materiais e serviços	102.114	91.158	32.443	37.891	36.433	36.400
Prêmio de risco - GSF			241.616	241.616		
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.418.538	1.708.463	117.337	160.618	417.088	516.270
	1.520.724	1.799.621	400.644	450.738	523.821	630.629

20.1.3.2 Garantias

	São Manoel		CEJA		Cachoeira Caldeirão	
Garantias		Tipo de Garantias	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos		(i) Depósito Caucionado; (ii) Fiança Bancária; (iii) Fiança Corporativa; (iv) Penhor de ações; e (v) Penhor de Direitos	1.600.142	1.635.009	396.020	444.724
Debêntures		(i) Fiança Bancária; e (ii) Fiança Corporativa	305.301	304.976		
Ações judiciais		(i) Depósito caucionado; (ii) Fiança bancária; e (iii) Seguro garantia.			48.556	
Compra de energia		(i) Depósito caucionado; (ii) Fiança bancária; (iii) Fiança corporativa; (iv) Recebíveis; e (v) Seguro garantia.	823			
Executante construtor		Seguro garantia	823			
Outros		Recebíveis			1.175	1.730
	1.906.266		1.940.808	397.881	447.465	796.907
					796.907	784.851

20.2 Coligada

A Companhia detém 6.390.720 ações preferenciais, acrescidas a 5.140.868 ações ordinárias, totalizando 11.531.588 ações, que representam 29,90% do capital social total da Celesc.

A Celesc é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista que atua desde 1955 nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia. Durante esse período, consolidou-se como uma das maiores empresas do setor elétrico brasileiro, com reconhecimento nacional e internacional pela qualidade dos seus serviços e por suas ações nos campos técnico, econômico, ambiental e social. Em 2006, atendendo ao modelo preconizado pela legislação do setor elétrico nacional, a Celesc foi estruturada como *Holding*, com duas subsidiárias integrais: a Celesc Geração S.A., que conta com 12 usinas operacionais com 127,51MW de capacidade e a Celesc Distribuição S.A, que atende mais de 3,3 milhões de clientes, para 285 municípios, além de parte do município de Rio Negro, no Paraná. Além disso, possui a controlada em conjunto Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. - SCGAS que atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

As informações apresentadas abaixo representam 100% dos saldos da Celesc, extraídas das: (i) informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2023, divulgadas ao mercado em 10 de novembro de 2023; e (ii) demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, divulgadas ao mercado em 29 de março de 2023, que, na avaliação da Companhia, são considerados relevantes para divulgação. A Companhia avaliou os eventos societários divulgados ao mercado pela Celesc entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2023 e não identificou eventos relevantes a serem ajustados nas demonstrações financeiras utilizadas para cálculo da equivalência patrimonial.

20.2.1 Demonstrações financeiras individuais condensadas
Balanco Patrimonial

Ativo	30/09/2023	31/12/2022	Passivo	30/09/2023	31/12/2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	35.664	48.205	Dividendos e JCP a Pagar	219.880	157.602
Tributos a recuperar	56.052	44.331	Obrigações Fiscais	10.050	34.799
Dividendos a receber	241.147	209.296	Outros passivos circulantes	4.378	3.974
Outros ativos circulantes	686	623		234.308	196.375
	333.549	302.455			
Não circulante			Não circulante		
Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	208	217	Provisões	34.384	25.453
Outros ativos não circulantes	86.777	77.443	Outros passivos não circulantes	268	
	86.985	77.660		34.652	25.453
			Patrimônio líquido	3.187.480	2.883.176
Investimentos	3.031.850	2.720.813	Total do passivo e patrimônio líquido	3.456.440	3.105.004
Imobilizado	495	138			
Intangível	3.561	3.938			
Total do Ativo	3.456.440	3.105.004			

Demonstração do Resultado

	30/09/2023	30/09/2022
Despesas e Receitas operacionais	(16.550)	(12.489)
Resultado das participações societárias	490.913	454.942
Resultado financeiro	(5.768)	(5.176)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(523)	(87)
Resultado líquido do exercício	468.072	437.190

20.2.2 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e depósitos vinculados a litígios - Não circulante

	30/09/2023	31/12/2022
	Passivo	Ativo
	Depósito Judicial	Depósito Judicial
Trabalhistas	557	6.468
Cíveis	25.409	19.222
Fiscais	8.418	3.358
Regulatórias	34.384	25.453
Total Não circulante	86.771	77.402

20.2.2.1 Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de pagamento de horas extras, principalmente aquelas decorrentes de violação aos intervalos intrajornada e interjornadas, bem como revisão de base de cálculo de verbas salariais, adicionais, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

20.2.2.2 Cíveis

Estão relacionadas às ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, ressarcimento de danos (materiais e/ou morais) decorrentes de: suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, inscrições dos nomes dos consumidores junto aos órgãos de proteção de crédito, danos elétricos, produção de aves, acidentes envolvendo terceiros.

20.2.2.3 Fiscais

Estão relacionadas às contingências de ordem tributária na esfera federal, relativas a recolhimento de COFINS e Contribuição Previdenciária, e na esfera municipal, associadas às notificações fiscais expedidas pela Prefeitura de Florianópolis para exigência de ISS.

20.2.2.4 Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARES, ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões contratuais ou regulatórias do setor elétrico. Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Celesc D discute com outros agentes setoriais (concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação setorial.

20.3 Combinação de negócios

Blue Sol

A transação foi classificada como uma combinação de negócios e, portanto, está no alcance do escopo do CPC 15 - Combinação de negócios. A Blue Sol apresentou na aquisição, Patrimônio Líquido negativo de R\$23.420 (Nota 19.1), sendo que a Administração da Companhia considerou neste momento, o perdão dos mútuos a pagar com a própria Companhia, com a controlada EDP Ventures, e do mútuo a receber da família Colaferro, além da não realização de tributos diferidos ativos, gerando um prejuízo adicional de R\$1.412.

A situação financeira da Blue Sol foi agravada (i) pela alta taxa de juros do Brasil que atingiu em 2022 o patamar de 13,75% a.a. e se manteve elevada durante 2023, (ii) pelo advento da Lei nº 14.300 que consolidou o marco regulatório da Geração Distribuída, e (iii) pela restrição de crédito no exercício, trazendo uma redução de 70% no volume de vendas quando comparado ao ano de 2022. Assim sendo, a Administração da Companhia julgou que o *goodwill* gerado na operação de aquisição de controle societário da Blue Sol não era recuperável e, dessa forma, foi reconhecida a imparidade de R\$24.832 em 31 de dezembro de 2023 (Nota 35).

21 Ativo financeiro indenizável

	Consolidado			
	Valor líquido em 31/12/2022	Transferência dos ativos da concessão	Valor justo (Nota 21.1)	Valor líquido em 31/12/2023
Ativo financeiro indenizável	5.706.847	1.356.412	351.058 (40.683)	7.320.523
Total Não circulante	5.706.847	1.356.412	351.058 (40.683)	7.320.523

As controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo no ativo não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1). Estes ativos financeiros são avaliados a valor justo com base no Valor Novo de Reposição - VNR dos ativos vinculados à concessão, revisado a cada quatro anos por meio do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória - BRR, conforme estabelecido no contrato de concessão.

O método do VNR estabelece que cada ativo é valorado, a preços atuais, por todos os gastos necessários para sua substituição por idêntico, similar ou equivalente que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente. A aplicação deste método se dá pela utilização do Banco de Preços Referenciais, do Banco de Preços da empresa ou de Orçamento Referencial.

O Banco de Preços Referenciais representa os custos médios regulatórios, por agrupamento, de componentes menores e custos adicionais, conforme definido no Anexo V dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, submódulo 2.3.

O Banco de Preços da Empresa é definido como o banco formado com base em informações da própria empresa, podendo ser aplicado unicamente para os equipamentos principais ou também para os componentes menores e custos adicionais.

O Orçamento Referencial representa o valor de um bem ou suas partes constituintes por meio da comparação de dados de mercado relativos a outros de características similares, aplicado exclusivamente sobre Edificações, obras civis e benfeitorias.

O Ativo financeiro indenizável é ajustado: (i) por atualização do IPCA de acordo com a Resolução Normativa nº 1.003/22; e (ii) por adições e baixas de itens da infraestrutura conforme regulamentação da ANEEL.

Estes ativos serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão e os efeitos da mensuração a valor justo são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Nesse sentido, a avaliação é validada mediante fiscalização da ANEEL e ocorre a partir de inspeções em campo da infraestrutura da concessão, seguindo metodologia e critérios de avaliação de bens, considerados elegíveis, das concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, com o objetivo restabelecer o nível eficiente dos custos operacionais e da base de remuneração regulatória das concessionárias.

21.1 Valor justo

Do montante de R\$351.058 na rubrica de valor justo, refere-se: (i) R\$95.000 refere-se ao ajuste realizado por meio do laudo de avaliação, devido à revisão tarifária da concessão EDP São Paulo que homologada em 23 de outubro de 2023 (Nota 4.20), e que foi composto através da variação entre a base blindada do ciclo anterior mais a base incremental, comparada ao montante levantado pela empresa avaliadora; e (ii) R\$256.058 decorre do efeito inflacionário do exercício nas controladas de distribuição. A taxa IPCA acumulada em 2023 é de 4,40%, enquanto em 2022 foi de 5,60%.

22 Ativos da concessão

	Consolidado									
	Valor líquido em 31/12/2022	Transfêrência para o ativo financeiro	Transferência para o ativo indenizável	Adições (Nota 35)	Remuneração	Juros Capitalizados	Margem de Construção	Ganhos/Perdas da RTP e RT (Nota 4.11)	Transferência do Ativo Mantido para Venda (Nota 18.2.1)	Valor líquido em 31/12/2023
Distribuição (Nota 22.1)	1.048.666	(328.124)	(1.356.412)	1.642.842		19.520				(4.305) 1.022.187
Transmissão (Nota 22.2)	7.135.301			559.419	842.864 (704.753)		66.677	14.685	(2.801.905)	48.267 5.160.555
	8.183.967	(328.124)	(1.356.412)	2.202.261	842.864 (704.753)	19.520	66.677	14.685	(2.801.905)	43.962 6.182.742
Circulante	700.042									497.570
Não circulante	7.483.925									5.685.172

(*) R\$48.267 apresentado na coluna de Outros refere-se ao reconhecimento do PIS e COFINS que incidem nas adições dos ativos da concessão das controladas de transmissão; e R\$4.305 refere-se ao saldo de reclassificação e reversão das controladas de distribuição.

(**) RTP - Revisão Tarifária Periódica e RT - Reajuste Tarifário.

22.1 Distribuição

Referem-se ao direito contratual das concessionárias de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e na Deliberação CVM nº 101/22, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nos Ativos da concessão, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras. A taxa média mensal aplicada no exercício para determinar o montante dos encargos financeiros passíveis de capitalização foi de 1,085% para a controlada EDP São Paulo e 0,851% para a controlada EDP Espírito Santo, que representam a taxa efetiva do empréstimo conforme regras previstas do PRORET submódulo 2.4 e Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho exigida pelo CPC 47, sendo os referidos ativos bifurcados como Ativo financeiro indenizável (Nota 21) ou como Intangível (Nota 25), conforme a forma de remuneração.

22.1.1 Adições

A distribuição nos montantes de investimentos das distribuidoras estão destacadas a seguir:

	EDP Espírito Santo	EDP São Paulo
Instalação de sistemas de medição, expansão de linhas, subestações e redes de distribuição para ligação de novos clientes	48%	25%
Melhoria da rede, substituição de equipamentos e de medidores, tanto obsoletos quanto depreciados, além do recondutoramento de redes em final de vida útil	21%	16%
Telecomunicações, informática e outras atividades, tais como infraestrutura e projetos comerciais	16%	16%
Combate a perdas	15%	43%
	100%	100%

22.2 Transmissão

Os ativos da concessão de transmissão da controlada EDP Goiás estão relacionados aos contratos de concessão de serviço público e são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão.

No entanto, os bens vinculados aos contratos de uso de bem público sob o regime de produtor independente de energia elétrica são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

A depreciação é calculada sobre os bens do ativo imobilizado em serviço, pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, como determina a Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, as taxas constantes na tabela anexa à mesma Resolução, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

Para as demais transmissoras do Grupo EDP - Energias do Brasil os ativos contratuais incluem os valores a receber referentes aos serviços de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto vigente quando da formalização do contrato de concessão, conforme CPC 47. O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, as transmissoras reconhecem receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcional ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de "ativo de contrato" até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque as transmissoras ainda detêm obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela Companhia, cedidas ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

Recebimento de RAP

O recebimento de RAP refere-se à antecipação das obras.

Reajuste e Revisão tarifária

Conforme mencionado na nota 4.11, foi homologado o reajuste e revisão tarifária das controladas de transmissão.

23 Propriedades para investimentos

O montante em 31 de dezembro de 2023 refere-se, substancialmente, à controlada EDP Goiás adquirida em 2022, atinente aos Imóveis inservíveis à concessão da Celg Distribuição S.A., repassados à controlada indireta EDP Goiás, com anuência da CELGPAP, de acordo com o CPC 28 - Propriedade para Investimento, de operações realizadas anteriormente a aquisição da controlada pela Companhia.

24 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21, os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos pela Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

A taxa de depreciação considera o prazo de vida útil dos bens, entretanto, para os ativos não indenizáveis pelo Poder Concedente ao final da concessão/autorização, a depreciação é registrada considerando o prazo remanescente de concessão/autorização. No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados às usinas hidrelétricas passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

24.1 Composição do Imobilizado

Controladora							
31/12/2023				31/12/2022			
Taxa anual média	Custo	Depreciação	Valor	Taxa anual média	Custo	Depreciação	Valor
de depreciação %	histórico	acumulada	líquido	de depreciação %	histórico	acumulada	líquido
Nota							

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

24.2 Movimentação do Imobilizado											
	Controladora										
	Valor líquido em 31/12/2022		Transferência para imobilizado em serviço		Baixas (Nota 24.2.2)		Reversão em 31/12/2023		Valor líquido em 31/12/2023		
	Ingressos		Ingressos	Depreciação							
Imobilizado em serviço											
Edificações, obras civis e benfeitorias	19.541			(1.922)					17.619		
Máquinas e equipamentos	5.743		245	(1.495)					4.493		
Veículos	222			(76)					146		
Móveis e utensílios	4.803		14	(417)					4.400		
Total do Imobilizado em serviço	30.309	-	259	(3.910)			-	-	26.658		
Ativos de direito de uso											
Edificações, obras civis e benfeitorias	11.984	3.198		(1.276)			(156)		13.750		
Veículos	4.758			(1.190)					3.568		
Total Ativos de direito de uso	16.742	3.198	-	(2.466)			-	(156)	17.318		
Imobilizado em curso											
Edificações, obras civis e benfeitorias	769	10.678		(35)					11.412		
Máquinas e equipamentos	12.690	1.912		(224)			(6.100)		8.278		
Total do Imobilizado em curso	13.459	12.590		(259)			-	-	19.690		
Total do Imobilizado	60.510	15.788		-	(6.376)		(6.100)	(156)	63.666		
Consolidado											
	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos (Nota 24.2.1)	Transfe-rência para imobilizado em serviço	Transfe-rência para ativo financeiro indenizável	Baixas Depre-ciação (Nota 24.2.2)	Ativo Mantido para Venda (Nota 18)	Reclas-sificação	Re-versão	Aquisição de empresas líquido em (Nota 4.18)	Valor líquido em 31/12/2023	
Imobilizado em serviço											
Terrenos	187.045		(133)		(10.318)	(7.703)				168.891	
Reservatórios, barragens e adutoras	1.163.924		1.199	(44.553)						1.120.570	
Edificações, obras civis e benfeitorias	683.440		4.938	(39.854)		(201.167)	10.551		644	458.552	
Máquinas e equipamentos	2.037.134		146.226	(186.289)	(4.597)	(1.239.446)	(700)		65	752.394	
Veículos	2.095		379	(662)		(257)			242	1.797	
Móveis e utensílios	10.613		462	(471)	(250)	(862)	(520)		857	9.829	
Total do Imobilizado em serviço	4.084.251	-	153.071	-(271.828)	(15.165)	(1.449.435)	9.331	-	1.808	2.512.033	
Ativos de direito de uso											
Terrenos	32.289	4.319			(935)			(6.158)		29.515	
Edificações, obras civis e benfeitorias	66.706	990		(9.194)	746	(865)		251	1.260	59.894	
Equipamentos de informática	275									275	
Máquinas e equipamentos	16.384			(5.015)		(11.369)				-	
Veículos	9.575	2.111		(3.375)	(920)	(755)				6.636	
Total Ativos de direito de uso	125.229	7.420	-	-(18.519)	(174)	(12.989)	-	(5.907)	1.260	96.320	
Imobilizado em curso											
Terrenos	19.836	236	133							20.205	
Reservatórios, barragens e adutoras	-	1.199	(1.199)							-	
Edificações, obras civis e benfeitorias	852	12.775	(4.973)				2.829			11.483	
Máquinas e equipamentos	141.738	52.461	(100.362)		(6.100)	(40.720)	1.596			48.613	
Adiantamento a fornecedores	3.328					(1.104)	149			2.373	
A ratear	1.326						(400)			926	
Outros	43.077	12.567	(848)		(2.089)	(26.323)	(12.297)			14.087	
Ativos destinados a arrendamentos operacionais											
Terrenos	871						32			903	
Máquinas e equipamentos	180.734	328.646	(45.822)		(384)	(65)	17.126			480.235	
Outros	37.640					(238)	(2.590)			34.812	
Adiantamento a fornecedores	18.008	2.341					(15.565)			4.784	
Total do Imobilizado em curso	447.410	410.225	(153.071)	-	-(8.573)	(68.450)	(9.120)	-	-	618.421	
Total do Imobilizado	4.656.890	417.645	-	-(290.347)	(23.912)	(1.530.874)	211	(5.907)	3.068	3.226.774	
24.2.1 Ingressos											
O valor de ingressos no consolidado refere-se, substancialmente, em máquinas e equipamentos: (i) R\$15.781 da controlada EDP Smart Serviços relativo ao avanço das obras dos projetos de geração solar e projetos de inovação, mobilidade elétrica e aquisição de computadores; e (ii) R\$205.761 da controlada indireta EDP Smart SPE V concernente ao avanço das obras dos projetos de geração distribuída;(iii) R\$133.413 nas trezes controladas indiretas SPEs (Nota 1.1) relativo ao avanço das obras dos projetos de geração solar e projetos de inovação, mobilidade elétrica e aquisição de computadores; e (iv) R\$12.614 da controlada Enerpeixe referente aos gastos com a modernização do Sistema Digital de Supervisão e Controle (SDSC) da usina e com gastos de estruturas civis para adequação à nova legislação de segurança de barragens.											
24.2.2 Baixas											
O valor de baixas no Consolidado, refere-se: (i) à Companhia e decorre dos gastos com os projetos descontinuados das controladas Santa Leopoldina, Resende e perdas com leilões de transmissão; e (ii) na coligada Pecém referente a máquinas e equipamentos.											

25 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

As servidões permanentes estão registradas pelo custo de aquisição e não são amortizadas, com exceção da coligada Porto do Pecém, que amortiza suas servidões permanentes pelo prazo de autorização.

Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

25.1 Composição do Intangível

	Controladora										
	31/12/2023					31/12/2022					
	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	
Intangível em serviço											
Distribuição											
Direito de concessão - Infraestrutura	25.1.1	4,65	5.254.429	(3.965.106)	1.289.323	4,65	5.011.504	(3.675.520)	1.335.984		
Direito de concessão - Outros	25.1.3	3,82	38.143	(31.219)	6.924	3,82	38.143	(29.758)	8.385		
		5.292.572	-(3.996.325)	1.296.247		5.049.647	-(3.705.278)	1.344.369			
Geração e Transmissão											
Software	22,63	2.129	(1.565)	564	16,73	2.465	(336)	(1.307)	822		
Servidão permanente	38,23	1.224	(517)	707	38,23	1.224	(270)	954			
Direito de concessão - Licenças ambientais	15,81	58.990	(36.679)	22.311	22,16	75.243	(54.876)	20.367			
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	25.1.2	3,27	241.526	(111.928)	129.598	3,27	241.526	(102.773)	138.753		
Direito de concessão - Outros	25.1.3	3,64	1.512.230	(793.123)	719.107	3,64	1.590.559	(78.329)	(732.585)	779.645	
		1.816.099	-(943.812)	872.287		1.911.017	(78.665)	(891.811)	940.541		
Sistema de Transmissão de Conexão											
Software											
Servidão permanente	21		-	-	21	3,22	1.151	(365)	786		
	21		-	-	21		1.151	-	(365)	786	
Administração											
Software	14,87	119.871	(57.071)	62.800	18,95	71.079	(47.891)	23.188			
Outros	3,31	26.183	(3.161)	23.022	3,31	33.154	(8.856)	24.298			
		146.054	-(60.232)	85.822		104.233	-(56.747)	47.486			
Transmissão											
Software	20,00	2.316	(942)	1.374	20,00	691	(645)	46			
Direito de concessão - Outros	25.1.3	4,20	1.117.714	(99.415)	1.018.299	4,20	1.117.714	(46.966)	1.070.748		
		1.120.030	-(100.357)	1.019.673		1.118.405	-(47.611)	1.070.794			
Total do Intangível em serviço		8.374.776	-(5.100.726)	3.274.050		8.184.453	(78.665)	(4.701.812)	3.403.976		
Intangível em curso											
Geração		17.787		17.787		17.785		17.785			
Administração		86.232		86.232		102.262		102.262			
Total do Intangível em curso		104.019	-	-	104.019	120.047	-	-	120.047		
Atividades não vinculadas à concessão											
Ágio na incorporação de sociedade controladora	25.1.4	4,23	940.511	(768.329)	172.182	4,23	940.511	(726.091)	214.420		
(-) Provisão para manutenção de dividendos	25.1.4	4,23	(940.511)		768.329	(172.182)	4,23	(940.511)		726.091	(214.420)
Goodwill	25.1.5										
Blue Sol		22.477	(22.477)	-	22.477				22.477		
EDP Smart Soluções		6.148		6.148		37.952	(31.804)		6.148		
		28.625	(22.477)	-	6.148	60.429	(31.804)	-	28.625		
Total do Intangível		8.507.420	(22.477)	(5.100.726)	3.384.217	8.364.929	(110.469)	(4.701.812)	3.552.648		

27 Debêntures
27.1 Composição do saldo de Debêntures

												Controladora									
												31/12/2023					31/12/2022				
												Encargos		Principal			Encargos		Principal		
Agente Fiduciário	Empresa	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
Moeda Nacional																					
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 160/22	48.066	1	48.066	3ª Série da 4ª emissão em 15/09/2015	15/09/2015 a 15/09/2024	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,2608% a.a. até 14/03/2016 IPCA + 8,7608% a.a. a partir de 15/03/2016 (ii)	Amortizações anuais a partir de setembro de 2022 e juros semestral		3.064		22.260		25.324	3.571		18.800	26.013	48.384
(-) Custos de emissão	EDP - Energias do Brasil				(16.347)		15/09/2015 a 15/09/2024			Amortização mensal				(27)		(27)			(63)	(28)	(91)
Total												3.064	-	22.233	-	25.297	3.571	-	18.737	25.985	48.293

...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

													Consolidado											
													31/12/2023				31/12/2022							
													Encargos		Principal				Encargos		Principal			
													Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total		
Agente Fiduciário	Empresa	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	circulante	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Circulante	circulante	Total			
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 160/22	190.000	1	190.000	7ª emissão em 15/08/2018	15/08/2018 a 15/07/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 5,91%	Principal anual a partir de agosto/2023 e juros semestral		5.742		133.662	29.792	169.196	6.791		82.239	112.463	201.493			
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(2.941)		15/08/2018 a 15/07/2025			Amortização mensal				(271)	(103)	(374)			(807)		(807)			
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 160/22	300.000	1	300.000	8ª emissão em 30/03/2019	09/04/2019 a 30/03/2024	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	106,90% do CDI a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		12.720		300.000		312.720	10.267		300.000		310.267			
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo						09/04/2019 a 30/03/2024			Amortização mensal				(55)		(55)			(268)		(268)			
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 160/22	500.000	1	500.000	10ª emissão em 12/02/2021	12/02/2021 a 15/07/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 3,26%	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		8.833		580.539	589.372	8.586			577.179		585.765			
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(9.559)		12/02/2021 a 15/07/2025			Amortização mensal				(2.883)	(2.883)				(4.796)		(4.796)			
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 160/22	400.000	1	400.000	11ª emissão em 04/08/2021	04/08/2021 a 15/07/2025	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,25% a.a.	Principal no final do contrato e juros semestral		24.612		400.000	424.612	26.575			400.000		426.575			
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(1.399)		04/08/2021 a 15/07/2025			Amortização mensal				(554)	(554)				(904)		(904)			
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 160/22	270.000	1	270.000	12ª emissão em 25/05/2022	25/05/2022 a 25/05/2027	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,20% a.a.	Principal anual a partir de maio/2025 e juros semestral		3.089		270.000	273.089	3.760			270.000		273.760			
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(1.399)		25/05/2022 a 25/05/2027			Amortização mensal				(570)	(570)				(806)		(806)			
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	260.000	1	260.000	9ª emissão em 15/08/2018	15/08/2018 a 15/08/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 5,91%	Principal anual a partir de agosto/2023 e juros semestral		18.063		206.041	14.054	238.158	19.513		178.670	140.404	338.587			
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(3.948)		15/08/2018 a 15/08/2025			Amortização mensal				(734)	(138)	(872)			(1.138)		(1.138)			
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	200.000	1	200.000	10ª emissão em 30/03/2019	09/04/2019 a 30/03/2024	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	106,60% do CDI a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		4.700		200.000	204.700	6.825			200.000		206.825			
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo						09/04/2019 a 30/03/2024			Amortização mensal				(44)		(44)			(215)		(215)			
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	700.000	1	700.000	11ª emissão em 12/02/2021	12/02/2021 a 15/01/2026	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 3,91%	Principal anual a partir de janeiro/2025 e juros semestral		14.622		817.617	832.239	14.393			750.932		765.325			
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(4.001)		12/02/2021 a 15/01/2026			Amortização mensal				(991)	(991)				(1.615)		(1.615)			
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	350.000	1	350.000	12ª emissão em 04/08/2021	04/08/2021 a 20/07/2026	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,25% a.a.	Amortizações anuais a partir de julho de 2024 e juros semestral		20.914		116.668	233.333	370.915	22.649		350.000		372.649			
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.234)		04/08/2021 a 20/07/2026			Amortização mensal				(266)	(223)	(489)			(798)		(798)			
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	450.000	1	450.000	13ª emissão em 20/12/2021	20/12/2021 a 20/12/2026	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,38% a.a.	Amortizações anuais a partir de dezembro de 2024 e juros semestral		1.330		150.000	300.000	451.330	2.002		450.000		452.002			
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.944)		20/12/2021 a 20/12/2026			Amortização mensal				(1.017)	(1.017)				(1.479)		(1.479)			
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	450.000	1	450.000	14ª emissão em 25/05/2022	25/05/2022 a 25/05/2027	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,20% a.a.	Principal anual a partir de maio/2025 e juros semestral		5.149		450.000	455.149	6.267			450.000		456.267			
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.944)		25/05/2022 a 25/05/2027			Amortização mensal				(917)	(917)				(1.237)		(1.237)			
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 160/22	600.000	1	600.000	15ª emissão em 15/09/2023	15/09/2023 a 25/09/2028	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,25% a.a.	Principal anual a partir de setembro/2026 e juros semestral		17.273		600.000	617.273				-		-			
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.347)					Amortização mensal				(950)	(950)				-		-			
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 160/22	48.066	1	48.066	3ª Série da 4ª emissão em 15/09/2015	15/09/2015 a 15/09/2024	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,2608% a.a. até 14/03/2016 IPCA + 8,7608% a.a. a partir de 15/03/2016 (ii)	Amortizações anuais a partir de setembro de 2022 e juros semestral		3.064		22.260	25.324	3.571		18.800	26.013	48.384				
(-) Custos de emissão	EDP - Energias do Brasil				(16.347)		15/09/2015 a 15/09/2024			Amortização mensal				(27)		(27)			(63)	(28)	(91)			
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado	Instrução CVM nº 160/22	150.000	1	150.000	5ª emissão em 21/06/2021	21/06/2021 a 17/06/2024	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 1,05% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		2.689		150.000	152.689	901		150.000		150.901				
(-) Custos de emissão	Lajeado				(608)		21/06/2021 a 17/06/2024			Amortização mensal				(99)	(99)				(296)		(296)			
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado	Instrução CVM nº 160/22	200.000	1	200.000	6ª emissão em 05/05/2022	05/05/2022 a 05/05/2025	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 1,45% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		1.749		200.000	201.749	4.327		200.000		204.327				
(-) Custos de emissão	Lajeado						05/05/2022 a 05/05/2025			Amortização mensal				(290)	(290)				(494)		(494)			
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Enerpeixe	Instrução CVM nº 160/22	255.000	1	255.000	3ª emissão em 23/11/2018	23/11/2018 a 23/11/2023	Alongamento da dívida.	112,48% do CDI a.a.	Principal em parcela única em novembro/2023 e juros semestral		3.278		255.000	258.278	3.962		255.000		258.962				
(-) Custos de emissão	Enerpeixe				(510)		23/11/2018 a 23/11/2023			Amortização mensal				(259)	(259)			(93)		(93)				
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Enerpeixe	Instrução CVM nº 160/22	275.000	1	275.000	4ª emissão em 30/03/2021	30/03/2021 a 20/03/2026	Capital de giro	CDI + 1,75% a.a.	Principal anual a partir de março/2025 e juros semestral		10.078		275.000	285.078	11.307		275.000		286.307				
(-) Custos de emissão	Enerpeixe				(1.084)		30/03/2021 a 20/03/2026			Amortização mensal				(408)	(408)				(651)		(651)			
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	EDP Transmissão Aliança	Instrução CVM nº 160/22	1.200.000	1	1.200.000	1ª emissão em 15/10/2018	15/10/2018 a 15/10/2028	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 21 do leilão 05/2016-ANEEL	IPCA + 6,7200% a.a.	Principal semestral a partir de abril/2023 e juros semestral	a. Fianças Corporativas da EDP - Energias do Brasil e da Celesc proporcionais às suas participações acionárias; b. Depósitos caucionados.	24.492	67.938	1.462.569	1.554.999	23.063		92.163	1.425.340	1.540.566				
(-) Custos de emissão	EDP Transmissão Aliança				(56.660)		15/10/2018 a 15/10/2028			Amortização mensal			(6.706)	(14.256)	(20.962)			(6.863)	(20.962)	(27.825)				
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Transmissão SP-MG	Instrução CVM nº 160/22	800.000	1	800.000	2ª emissão em 15/07/2019	15/07/2019 a 15/07/2039	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 18 do leilão 05/2016-ANEEL	IPCA + 4,45% a.a.	Principal semestral a partir de julho/2022 e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	-	26.019				60.841	1.025.714	1.112.574					
(-) Custos de emissão	EDP Transmissão SP-MG				(56.278)		15/07/2019 a 15/07/2039			Amortização mensal			-				(4.247)	(37.138)	(41.385)					
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Transmissão SP-MG	Instrução CVM nº 160/22	525.000	1	525.000	3ª emissão em 05/11/2021	05/11/2021 a 05/11/2023	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 18 do leilão 05/2016-ANEEL	CDI + 1,10% a.a.	Principal no final e juros semestral	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	-	11.088				525.000		536.088					
(-) Custos de emissão	EDP Transmissão SP-MG				(1.266)		05/11/2021 a 05/11/2023			Amortização mensal			-				(558)		(558)					
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Santa Leopoldina	Instrução CVM nº 160/22	700.000	1	700.000	1ª emissão em 19/01/2022	19/01/2022 a 17/01/2024	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora	CDI + 1,52% a.a.	Principal e juros no final	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	210.310		700.000	910.310		93.285	700.000		793.285				
(-) Custos de emissão	Santa Leopoldina				(404)		19/01/2022 a 17/01/2024			Amortização mensal			(16)	(16)					(210)		(210)			
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Goiás	Instrução CVM nº 160/22	366.666	1	366.666	1ª emissão em 22/12/2023	22/12/2023 a 22/12/2028	Os recursos obtidos pela Emissora por meio das Debêntures serão utilizados para (i) investimentos em Capex e/ou (ii) refinanciamento e alongamento do prazo médio de seu passivo e/ou (iii) reforço de caixa e usos gerais corporativos	CDI + 1,20%															

(i) Conforme cláusula 4.2.3.2. da escritura da emissão, que prevê um aumento de 0,3% na taxa anual face um rebaixamento de pelo menos dois níveis no *rating* da emissora frente ao da data da emissão. Em 25 de fevereiro de 2016 o *rating* da EDP Espírito Santo foi rebaixado pela agência Moody's da nota "Aa1.br" em escala local e "Baa3" em escala global para a nota "Aa2.br" em escala local e "Ba2" em escala global.

(ii) Conforme cláusula 9.1. da escritura da emissão, que prevê um aumento de 0,5% no *spread* anual face um rebaixamento de pelo menos dois níveis no *rating* da emissora frente ao da data da emissão. Em 25 de fevereiro de 2016 o *rating* da Companhia foi rebaixado pela agência Moody's da nota "Aa3.br" em escala local e "Ba2" em escala global para a nota "A2.br" em escala local e "Ba3" em escala global.

...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As debêntures são demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, a exceção das 10ª e 11ª emissões da EDP Espírito Santo e EDP São Paulo respectivamente, que estão mensuradas a valor justo considerando opção irrevogável de mensuração no reconhecimento inicial decorrente de contratação de derivativo de *swap*, com a finalidade de evitar descasamento de mensuração entre os instrumentos financeiros e das 7ª e 9ª emissões das controladas de distribuição, mensuradas a valor justo considerando expediente de aplicação de *hedge* de valor justo. Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financeiro na demonstração de fluxo de caixa. O valor total referente às garantias das debêntures mencionados acima em 31 de dezembro de 2023 na Companhia é de R\$2.860.077 (R\$3.828.458 em 31 de dezembro de 2022) e no consolidado R\$4.677.443 (R\$3.982.513 em 31 de dezembro de 2022).

27.2 Movimentação das debêntures

	Controladora					Valor líquido em 31/12/2023
	Valor líquido em 31/12/2022	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Varição monetária e cambial	
Circulante						
Principal	18.800	(24.499)	26.088		1.871	22.260
Juros	3.571	(3.917)	(75)			3.064
Custo de transação	(63)		(28)			(27)
	22.308	(28.416)	3.485	25.985	64	1.871
Não circulante						
Principal	26.013		(26.013)			-
Custo de transação	(28)		28			-
	25.985	-	-	(25.985)	-	-
	Consolidado					
	Transferência para Passivo					Valor líquido em 31/12/2023
	Valor líquido em 31/12/2022	Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor de mercado	Amortização do custo de transação	
Circulante						
Principal	1.212.713	(833.054)	1.681.772	(60.372)	145.035	2.146.094
Juros	211.866	(792.450)	96.976	(30.528)		392.975
Custo de transação	(11.824)	(132)	108	(22.730)	18.771	(9.339)
	1.412.755	(132)	(1.625.504)	1.756.018	18.771	145.035
Não circulante						
Principal	7.803.045	1.675.000	(1.685.463)	51.907	(1.570.966)	6.338.379
Juros	93.285	(73.842)	(93.285)			-
Custo de transação	(28.755)	(28.755)	22.730	53.808		(26.059)
	7.822.488	1.646.245	-	(1.756.018)	51.907	6.312.320

27.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	Controladora	Consolidado
Circulante		
2024	25.297	2.529.730
	25.297	2.529.730
Não circulante		
2025		3.309.987
2026		1.421.104
2027		608.363
2028		920.624
2029		26.092
2030 até 2042		26.150
	-	6.312.320
Total	25.297	8.842.050

As emissões realizadas pela Companhia e suas controladas não são conversíveis em ações. As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto a totalidade das cláusulas pode ser consultada no prospecto ou na escritura da emissão: Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia e as controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Lajeado, Enerpeixe, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP-MG, Santa Leopoldina e EDP Goiás encontram-se em pleno atendimento de todas as obrigações previstas no contrato de emissão de debêntures.

EDP - Energias do Brasil

- Para a 4ª emissão:
 - (i) Descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;
 - (ii) Descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;
 - (iii) Pedido de autofalência;
 - (iv) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, decretação de falência, liquidação ou dissolução da Companhia ou pelas Controladas Relevantes - EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Enerpeixe, ou qualquer controlada cuja receita represente mais de 20% da receita consolidada da Companhia, bem como pedido de falência não elidido no prazo legal;
 - (v) Descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro da Dívida Líquida Consolidada em relação ao EBITDA Consolidado nas datas de apuração, qual seja 31 de dezembro de cada ano, não superior a 3,5;
 - (vi) Protesto de título contra a Emissora e/ou suas Controladas Relevantes, cujo valor individual, ou agregado, ultrapasse R\$75.000, desde que não tenha sido comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário, que foi contestado de boa-fé e/ou não tenha sido sanado em 30 dias contados de sua intimação;
 - (vii) Arresto, sequestro, penhora ou qualquer outra constrição de bens e/ou direitos, ou vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, com valor, individual ou agregado, superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas;
 - (viii) Fusão, liquidação, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária (inclusive incorporação e/ou incorporação de ações) da Emissora, salvo se: (a) divulgado pela Emissora por meio de fato relevante ou comunicado ao mercado até a data da Escritura de Emissão; (b) por determinação legal ou regulatória; (c) concedida anuência prévia dos titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas - AGD especialmente convocada para tal finalidade; ou (d) não provocar alteração do *rating* da Emissão para uma nota inferior a: (aa) "AA-" (duplo A menos) pela Standard & Poors Ratings do Brasil Ltda.; (bb) "Aa3.br" pela Moody's; ou (cc) "AA-" (duplo A menos) pela Fitch Ratings Brasil Ltda.;
 - (ix) Notificação de pagamento oriunda de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva contra a Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, com valor, individual ou agregado, superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas; e
 - (x) Venda, cessão, locação ou qualquer forma de alienação ou promessa de alienação total ou parte relevante de ativos da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$75.000, sem aprovação prévia dos titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação, reunidos em AGD especialmente convocada para tal finalidade, ressalvada a alienação de ativos ou projetos, individualmente considerados, desde que não tenha sido divulgado pela Emissora por meio de fato relevante ou comunicado ao mercado e que tenham capacidade instalada individual, atual ou futura, de até 70MW, e de forma que afete substancial e adversamente a condição econômica e/ou financeira da Emissora.

Controladas

EDP São Paulo

- (i) EDP São Paulo (9ª e 10ª emissões): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado¹, não superior a 3,5 na data de apuração, que é 31 de dezembro de cada ano;
- (ii) EDP São Paulo (11ª emissão): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado^(*), não superior a 3,5 na data de apuração, que é 31 de dezembro de cada ano, para os anos de 2021, 2022, 2023 e 2024; e não superior a 4,0 na data de apuração, de 2025 até o vencimento;
- (iii) EDP São Paulo (12ª, 13ª e 14ª emissões): Descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida ajustada²/EBITDA ajustado, em 31 de dezembro de cada ano, e não superior a 4,0 na data de apuração; e

- (iv) EDP São Paulo (11ª emissão) celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a R\$200.000.

EDP Espírito Santo

- (i) EDP Espírito Santo (7ª e 8ª emissões): descumprimento, pela Emissora, da manutenção do índice financeiro Dívida líquida em relação ao EBITDA ajustado^(*) na data de apuração, 31 de dezembro de cada ano, sendo não superior a 3,5;
- (ii) EDP Espírito Santo (10ª e 11ª emissões): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida ajustada²/EBITDA ajustado¹, não superior a 4,0 na data de apuração, que é 31 de dezembro de cada ano;
- (iii) EDP Espírito Santo (10ª emissão): celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a R\$200.000; e
- (iv) EDP Espírito Santo (12ª emissão): A companhia deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento delas ("Resgate Antecipado Obrigatório"), caso o Poder Concedente não tenha se manifestado formalmente sobre a prorrogação do Contrato de Concessão da Emissora até 17 de outubro de 2024 (inclusive) ("Não Renovação da Concessão"), sendo certo que o prazo máximo para realização do Resgate Antecipado Obrigatório será até 17 de janeiro de 2025.

EDP São Paulo e EDP Espírito Santo

- (i) EDP São Paulo (12ª e 13ª emissões) e EDP Espírito Santo (11ª emissão): celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a R\$100.000;
- (ii) EDP São Paulo (14ª emissão) e EDP Espírito Santo (12ª emissão): celebrar contratos de mútuos pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas de, no mínimo, 2/3 das debêntures em circulação, com quaisquer sociedades, em valor individual ou agregado superior a (a) até 31 de dezembro de 2025 (inclusive), R\$ 100.000 e (b) após 31 de dezembro de 2025 (exclusive), R\$ 200.000 (duzentos milhões de reais); e
- (iii) EDP São Paulo (14ª emissão) e EDP Espírito Santo (12ª emissão): não atendimento, pela Emissora, em qualquer momento durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro obtido pela divisão Dívida Líquida / EBITDA Ajustado menor ou igual a 4,0 (quatro inteiros) ("Índice Financeiro"), a ser acompanhado em 31 de dezembro de cada ano.

Enerpeixe

- (i) Enerpeixe (3ª e 4ª emissões): não observância, pela Emissora, do índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,5 vezes, a ser apurado anualmente, em 31 de dezembro de cada ano;
- (ii) Enerpeixe (4ª emissão): redução de capital social da controlada para valor inferior a R\$50.000 até 2022, para valor inferior a R\$ 30.000 a partir de 2023 e para valor inferior a R\$ 10.000 a partir de 2025, exceto se para absorção de prejuízos ou em caso de aprovação pelos Debenturistas; e
- (iii) Enerpeixe (4ª emissão): declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora no mercado local ou internacional em montante superior a R\$85.000.

Lajeado

- (i) Lajeado (5ª emissão): descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro da Dívida Líquida em relação ao EBITDA, não superior a 3,5 vezes nas datas de apuração, qual seja 31 de dezembro de cada ano;
- (ii) Lajeado (5ª emissão): descumprimento de sentença condenatória final transitada em julgado em ação judicial cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$75.000, sem que esteja em curso eventual ajuntamento, de boa-fé, pela controlada de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos;

- (iii) Lajeado (5ª emissão): inadimplemento de sentença judicial, ou decisão administrativa, e/ou decisão arbitral contra a controlada cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$75.000, considerando o período de doze meses anteriores ao respectivo inadimplemento, sem que esteja em curso eventual ajuntamento de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão administrativa, ou decisão arbitral; e
- (iv) Lajeado (6ª emissão): inadimplemento de sentença judicial, ou decisão administrativa, e/ou decisão arbitral contra a companhia cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$100.000, considerando o período de doze meses anteriores ao respectivo inadimplemento, sem que esteja em curso eventual ajuntamento de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos da referida sentença judicial ou decisão administrativa, ou decisão arbitral.

EDP Transmissão Aliança

- (i) EDP Transmissão Aliança (1ª emissão): manutenção de Dívida Líquida por EBITDA igual ou inferior a 3,5 vezes da EDP - Energias do Brasil, apurado semestralmente nos meses de junho e dezembro.

EDP Transmissão SP-MG

- (i) EDP Transmissão SP-MG (2ª emissão): manutenção de Dívida Líquida por EBITDA igual ou inferior a 3,5 vezes da EDP - Energias do Brasil, apurado anualmente em dezembro.

- (ii) EDP Transmissão SP-MG (4ª emissão): manutenção de Dívida Líquida por EBITDA igual ou inferior a 3,5 vezes da EDP - Energias do Brasil, apurado anualmente em dezembro ou (3) após a Exoneração da Fiança, quando a Emissora estiver em descumprimento do ICSD Ajustado mínimo de 1,20;
- (iii) EDP Transmissão SP-MG (4ª emissão): vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou da Garantidora de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais local ou internacional), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$95.00.

EDP Transmissão Aliança e EDP Transmissão SP-MG

- (i) EDP Transmissão Aliança (1ª emissão) e EDP Transmissão SP-MG (2ª emissão): vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da emissora ou da interveniente garantidora cujo valor individual ou agregado ultrapasse R\$75.000, caso não sanado em 10 dias, ou caso protesto foi efetuado por erro ou má-fé, ou tenha sido cancelado, ou teve sua exigibilidade suspensa por medida judicial.

Santa Leopoldina

- (i) Santa Leopoldina (1ª emissão): não atendimento, pela Emissora, em qualquer momento durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro obtido pela divisão Dívida Líquida / EBITDA Ajustado menor ou igual a 4,0 (quatro inteiros), a ser acompanhado em 31 de dezembro de cada ano.

EDP Goiás

- (i) EDP Goiás (1ª emissão): enquanto a Fiança estiver em vigor, não observância, pela Garantidora, do índice financeiro resultante da divisão Dívida Líquida / EBITDA indicado abaixo ("Índice Financeiro"), a ser apurado pela Garantidora anualmente a partir das Demonstrações Financeiras da Garantidora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e acompanhado pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Cláusula 9.1 abaixo, inciso (ii), alínea (a), tendo por base as Demonstrações Financeiras anuais da Garantidora.

Índice Financeiro/Período

- Menor ou igual a 3,50x Do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024
- Menor ou igual a 4,00x Do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2027
- Menor ou igual a 4,25x Do exercício social findo em 31 de dezembro de 2028 até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2030
- Menor ou igual a 4,50x Do exercício social findo em 31 de dezembro de 2031 em diante
- Após a liberação da Fiança, não observância, pela Emissora, do Índice Financeiro menor ou igual a 4,50x, a ser apurado pela Emissora anualmente a partir das Demonstrações Financeiras da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro do ano correspondente ao ano da liberação da Fiança;

- (ii) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da companhia e/ou, enquanto a Fiança estiver em vigor, da Garantidora de um ou mais instrumentos financeiros (incluindo, mas sem limitação, aqueles decorrentes de operações nos mercados financeiro e/ou de capitais local ou internacional), cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a (a) para a Emissora, R\$120.000, ou seu equivalente em outras moedas; e (b) para a Garantidora, R\$200.000.

- (iii) enquanto a Fiança estiver em vigor, término antecipado da concessão de qualquer Controlada da Garantidora pelo Poder Concedente, em relação ao qual não caiba mais qualquer recurso administrativo ou judicial, que implique, em todos os casos aqui previstos, no término definitivo da concessão de qualquer Controlada da Garantidora, que individualmente ou em conjunto, representem mais de 30% da receita líquida consolidada da Garantidora no último exercício social e desde que cause um Efeito Adverso Relevante na Garantidora;
- (iv) se a Garantidora, enquanto a Fiança estiver em vigor, deixar de ser titular, direta ou indiretamente, de cumulativamente (a) no mínimo, 50% mais 1 ação do capital votante da companhia; e (b) participação societária que lhe assegure o direito de eleger a maioria dos membros do conselho de administração ou diretoria da companhia ("Alteração de Controle"), exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando: (A) em primeira convocação, no mínimo, 50% mais 1 das Debêntures em Circulação; e (B) em segunda convocação, (a) no mínimo, 50% mais 1 das Debêntures em Circulação; ou (b) no mínimo, 50% mais uma das Debêntures em Circulação presentes na Assembleia Geral de Debenturistas desde que estejam presentes, no mínimo, 30% das Debêntures em Circulação, sendo o item (b) aplicável exclusivamente no caso em que as Debêntures em Circulação sejam detidas por, no mínimo, 250 Debenturistas (CPF's ou CNPJs distintos);

¹ O EBITDA ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais".

² A Dívida Líquida ajustada não considera em seu cálculo as operações de mútuos com partes relacionadas.

28 Empréstimos, financiamentos e encargos de divisas

28.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de divisas

Instituição	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Controladora										
											31/12/2023				31/12/2022						
											Encargos		Principal		Encargos		Principal				
											Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	
Moeda nacional																					
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP - Energias do Brasil	600.000	27/10/2023	600.000	27/10/2023 a 28/02/2024	Capital de Giro	Dívida líquida em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5, apurado anualmente	CDI + 1,25% a.a.	Principal e juros no final		13.090		600.000		613.090					-	
											13.090	-	600.000	-	613.090			-	-	-	-
											Consolidado										
											31/12/2023				31/12/2022						
											Encargos		Principal		Encargos		Principal				
											Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	
Moeda nacional																					
BNDES - FINEM / N° 14.2.1238.1	EDP São Paulo	296.785	28/12/2014	253.733	28/12/2014 a 16/12/2024	Programa de investimentos de 2013 a 2015	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP a TJLP + 3,05% a.a., IPCA + TR(iii) + 3,05% a.a., e Pré de 6,00% a.a.	Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal. Principal e juros anuais. (iv)	a. Depósitos caucionados; b. Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil.	59		11.353		11.412	59	12.332	10.433	22.824		
(-) Custo de transação	EDP São Paulo		28/12/2014	(1.134)	28/12/2014 a 16/12/2024				Amortização mensal do custo de transação				(3)		(3)		(8)	(3)	(11)		
Notas Promissórias (5ª Emissão)	EDP São Paulo	300.000	19/07/2019	300.000	19/07/2019 a 17/07/2024	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.	Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	106,58% do CDI	Principal e juros com parcela única ao final do contrato		128.087		300.000		428.087		75.637	300.000	375.637		
(-) Custo de transação	EDP São Paulo		19/07/2019	(507)	19/07/2019 a 17/07/2024				Amortização mensal do custo de transação				(58)		(58)			(158)	(158)		
BNDES - FINEM / N° 17.2.0295.1	EDP São Paulo	399.733	05/09/2017	158.600	05/09/2017 a 15/06/2025	Programa de investimentos no triênio de 2016 a 2018	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP + 2,96% a.a. IPCA + 3,23% a.a.	a)Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal; b)Principal e juros anuais.	a. Cessão fiduciária de no mínimo 130% do valor do saldo devedor; b. Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	2.114		42.954	27.851	72.919	2.969	40.909	67.292	111.170		
(-) Custo de transação	EDP São Paulo		05/09/2017	(3.498)	05/09/2017 a 15/06/2025				Amortização mensal do custo de transação				(144)	(31)	(175)		(265)	(177)	(442)		
BNDES - FINEM / N° 14.2.1237.1	EDP Espírito Santo	270.924	28/12/2014	249.593	28/12/2014 a 16/12/2024	Programa de investimentos de 2013 a 2015	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP a TJLP + 3,05% a.a., IPCA + TR(iii) + 3,05% a.a., e Pré de 6,00% a.a.	Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal. Principal e juros anuais. (iv)	a.Depósitos caucionados; b. Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil	29		11.382		11.411	58	10.019	12.746	22.823		
(-) Custo de transação	EDP Espírito Santo		28/12/2014	(1.390)	28/12/2014 a 16/12/2024				Amortização mensal do custo de transação				(2)		(2)				-		
BNDES - FINEM / N° 17.2.0296.1	EDP Espírito Santo	354.078	05/09/2017	174.093	05/09/2017 a 15/06/2025	Programa de investimentos no triênio de 2016 a 2018	Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP + 2,96% a.a. IPCA + 3,23% a.a.	a)Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal; b)Principal e juros anuais.	a. Cessão fiduciária de no mínimo 130% do valor da prestação vincenda do mês subsequente; b. Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	2.838		41.361	34.871	79.070	3.832	41.523	75.378	120.733		
(-) Custo de transação	EDP Espírito Santo		05/09/2017	(2.676)	05/09/2017 a 15/06/2025				Amortização mensal do custo de transação				(113)	(28)	(141)		(211)	(114)	(325)		
MFUG - Cédula de Câmbio	EDP Espírito Santo	300.000	15/01/2021	300.000	15/01/2021 a 17/01/2023	Capital de Giro	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,13% a.a.	Principal em parcela única no final e Juros em parcelas semestrais		Nota Promissória			-	19.904		300.000		319.904		
Notas Promissórias (2ª Emissão)	EDP Espírito Santo	350.000	30/11/2021	350.000	30/11/2021 a 30/11/2023	Capital de Giro	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 4,0, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,20% a.a.	Principal e juros com parcela única ao final do contrato					-	51.463		350.000		401.463		
(-) Custo de transação	EDP Espírito Santo		30/11/2021	(734)	30/11/2021 a 30/11/2023				Amortização mensal do custo de transação					-			(310)		(310)		
Notas Comerciais (1ª Emissão)	Porto do Pecém	1.500.000	20/09/2022	1.500.000	20/09/2022 a 11/07/2027	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e usos gerais corporativos	Dívida líquida em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,0, apurado semestralmente	CDI + 2,40% a.a.	Principal e juros mensais	a. Cessão fiduciária de recebíveis e conta vinculada b. Caixa mínimo seja igual ou superior ao montante total de R\$75.000.000,00 apurado semestralmente c. Manter Conta Reserva de 1 PMT			-	12.360		309.882	1.112.070	1.434.312			
(-) Custo de transação	Porto do Pecém	(10.714)	20/09/2022	(10.714)	20/09/2022 a 11/07/2027				Amortização mensal do custo de transação					-			(3.953)	(6.134)	(10.087)		
Ações recebíveis cumulativa (v)	Investco					Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C"			Dividendos anuais e pagamento do principal ao término da concessão			7.224	22.428		38.009	67.661	7.550	20.396	43.678	71.624	
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Smart Serviços	82.000	20/08/2018	82.000	20/08/2018 a 22/08/2023	Capital de Giro	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado trimestralmente em Março, Junho, Setembro e Dezembro.	CDI + 0,45% a.a.	Principal semestral a partir de agosto/2020 e juros semestral	a. Nota Promissória e b. Aval EDP - Energias do Brasil			-	1.134		23.428		24.562			

...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Instituição	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Consolidado									
											31/12/2023					31/12/2022				
											Encargos		Principal		Total	Encargos		Principal		Total
											Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	200.000	05/04/2021	200.000	05/04/2021 a 08/03/2024	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Divida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,24% a.a.	Principal no final e juros parcelas anuais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	23.207		200.000		223.207	21.211			200.000	221.211
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	100.000	09/09/2021	100.000	09/09/2021 a 09/03/2023	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Divida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 0,99% a.a.	Principal a partir setembro/2022 em parcelas semestrais e juros parcelas semestrais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	5.802		50.000		55.802	2.175		50.000		52.175
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	250.000	12/11/2021	250.000	12/11/2021 a 08/03/2024	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Divida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,165% a.a. até 12/11/2023 e CDI + 1,25% a.a. a partir 13/11/2023	Principal no final e juros parcelas anuais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	4.147		250.000		254.147	4.728		250.000		254.728
BNDES / Nº 21.2.0390.1	EDP Trading	250.000	30/11/2021	75.000	30/11/2021 a 15/12/2035	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Da EDP - Divida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5 de 2021 até 2024, 4,00 de 2025-2027, 4,25 de 2028-2030, 4,50 de 2031-2035, apurado anualmente em Dezembro.	IPCA + 5,927366% a.a.	Juros no período de carência trimestral até 08/2022 , após segue mensal. Principal e juros mensais a partir de 09/2022	a.Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil	263		11.068	61.521	72.852					-
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	50.000	08/03/2022	50.000	08/03/2022 a 08/03/2024	Capital de Giro	Divida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,24% a.a.	Principal no final e juros parcelas anuais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	-				-	5.825			50.000	55.825
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	25.000	09/11/2023	25.000	09/11/2023 a 08/03/2024	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Divida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,25% a.a.	Principal e juros no final	Aditivo à Opr. nº 2435 - Fiança Corporativa da EDP Energias	439		25.000		25.439					-
(-) Custo de transação	EDP Trading	2.611	30/11/2021	2.611	30/11/2021 a 15/12/2035				Amortização mensal do custo de transação				(378)	(2.031)	(2.409)					-
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP - Energias do Brasil	600.000	27/10/2023	600.000	27/10/2023 a 28/02/2024	Capital de Giro	Divida líquida em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5, apurado anualmente	CDI + 1,25% a.a	Principal e juros no final	Sem garantia	13.090		600.000		613.090					-
CCB BRASIL - 511600554	EDP Goiás	53.581	26/09/2018	53.387	26/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,225%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	304		5.664	27.386	33.354	379		4.853	33.037	38.269
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(547)	26/09/2018	(547)	26/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação				(48)	(271)	(319)			(45)	(323)	(368)
CCB BRASIL - 511600555	EDP Goiás	9.132	26/09/2018	7.414	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	18		411	2.398	2.827	32		411	2.808	3.251
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(125)	26/09/2018	(125)	28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação				(7)	(41)	(48)			(7)	(50)	(57)
CCB BRASIL - 511600556	EDP Goiás	6.260	26/09/2018	4.521	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	30		674	3.931	4.635	53		674	4.607	5.334
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(85)	26/09/2018	(85)	28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação				(10)	(61)	(71)			(10)	(73)	(83)
CCB BRASIL - 511600557	EDP Goiás	8.309	26/09/2018	7.923	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,225%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	28		720	4.202	4.950	56		720	4.922	5.698
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(113)	26/09/2018	(113)	28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação				(9)	(55)	(64)			(9)	(68)	(77)
CCB BRASIL - 511600561	EDP Goiás	8.508	28/09/2018	8.038	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	32		731	4.263	5.026	57		731	4.993	5.781
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(116)	28/09/2018	(116)	28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação				(10)	(56)	(66)			(10)	(69)	(79)
CCB BRASIL - 511600569	EDP Goiás	13.383	28/03/2019	13.207	28/03/2019 a 01/04/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,694%	Juros trimestrais até abril/2020 a partir de maio/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	26		571	3.618	4.215	48		571	4.190	4.809
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(183)	28/03/2019	(183)	28/03/2019 a 01/04/2031				Amortização mensal do custo de transação				(7)	(46)	(53)			(7)	(55)	(62)
CCB BRASIL - 511600670	EDP Goiás	6.406	28/03/2019	6.284	28/03/2019 a 01/04/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,694%	Juros trimestrais até maio/2020 a partir de maio/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	54		1.201	7.604	8.859	100		1.201	8.805	10.106
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(87)	28/03/2019	(87)	28/03/2019 a 01/04/2031				Amortização mensal do custo de transação				(15)	(96)	(111)			(15)	(115)	(130)
CCB BRASIL - 511600682	EDP Goiás	7.004	09/04/2019	6.968	09/04/2019 a 01/05/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,454%	Juros trimestrais até maio/2020 a partir de junho/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	28		633	4.065	4.726	53		633	4.636	5.322
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(96)	09/04/2019	(96)	09/04/2019 a 01/05/2031				Amortização mensal do custo de transação				(7)	(46)	(53)			(8)	(60)	(68)
CCB BRASIL - 511600785	EDP Goiás	11.992	27/06/2019	10.282	27/06/2019 a 01/07/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,356%	Juros trimestrais até mai/2020 a partir de out/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	42		948	6.248	7.238	82		993	7.227	8.302
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(164)	27/06/2019	(164)	27/06/2019 a 01/07/2031				Amortização mensal do custo de transação				(12)	(92)	(104)			(14)	(109)	(123)
Empréstimos diversos	Blue Sol	16.501	a partir de 01/03/2022	16.401	01/03/2022 a 31/05/2027	Capital de Giro		de 31,21% a.a. até 18,86% a.a. e CDI + 10,95% a.a. até CDI + 7,00% a.a.	Principal e juros mensais	Direito Creditórios e conta vinculada			13.917		13.917					-
Total moeda nacional											187.861	22.428	1.567.765	223.113	2.001.167	134.128	96.033	1.394.008	1.939.314	3.563.483
Moeda estrangeira																				
4131 Itaú - SWAP	EDP Smart Serviços	25.565 USD	08/04/2022	25.565 USD	08/04/2022 a 25/03/2023	Capital de Giro	Divida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 3,733% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final	a. Aval EDP - Energias do Brasil e b. Cessão Fiduciária do Swap	-				-	3.679		133.989		137.668
4131 Scotiabank - SWAP	Santa Leopoldina	150.000 USD	14/01/2022	150.000 USD	14/01/2022 a 16/01/2024	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora	Divida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 1,6175% a.a.	Principal no final e Juros anual	a. Nota Promissória e b. Aval EDP - Energias do Brasil	-				-	12.308			732.050	744.358
4131 Itaú - SWAP	Santa Leopoldina	64.941 USD	01/02/2022	64.941 USD	01/02/2022 a 16/01/2024	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora	Divida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 2,933% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final	a. Aval EDP - Energias do Brasil e b. Cessão Fiduciária do Swap	16.756		311.920		328.676		8.593		351.091	359.684
4131 Scotiabank - SWAP	Santa Leopoldina	172.413 USD	08/12/2023	172.413 USD	08/12/2023 a 08/12/2025	Refinanciamento do Funding de aquisição	Divida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 6,27% a.a.	Principal no final e Juros semetral	Fiança Corporativa da EDP Energias	3.053			834.707	837.760					-
4131 Itaú - SWAP	EDP Espírito Santo	83.318 USD	18/07/2023	83.318 USD	18/07/2023 a 07/07/2025	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida	Divida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 4,0, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 6,788% a.a.	Juros semestral e Principal parcela única no final		12.473			405.738	418.211					-
4131 Scotiabank - SWAP	EDP Espírito Santo	60.815 USD	30/08/2023	60.815 USD	30/08/2023 a 14/07/2025	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida	Divida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 4,0, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 7,0570% a.a.	Juros semestral e Principal parcela única no final		6.984			297.557	304.541					-
4131 Scotiabank - SWAP	EDP Espírito Santo	61.287 USD	29/11/2023	61.287 USD	29/11/2023 a 29/11/2024	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida	Divida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 4,0, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 6,659% a.a.	Principal no final e Juros semetral	Sem garantia	1.646		296.709		298.355					-
Total moeda estrangeira											40.912	-	608.629	1.538.002	2.187.543	15.987	8.593	133.989	1.083.141	1.241.710
Total geral											228.773	22.428	2.176.394	1.761.115	4.188.710	150.115	104.626	1.527.997	3.022.455	4.805.193

Para melhor apresentação, os saldos de derivativos estão demonstrados na nota 39.1.3.

(i) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais".

(ii) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais" e com outras rubricas não operacionais que tenham efeito no caixa.

(iii) Equivalerá ao resultado da interpolação linear das taxas internas de retorno observadas no mercado secundário das Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B), aplicável ao prazo médio de amortização de cada parcela dos Subcréditos B e D.

(iv) Os subcréditos A, C, E e F possuem juros e amortizações mensais, e os subcréditos B e D possuem juros e amortizações anuais.

(v) Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela controlada indireta Investco no montante original de R\$157.335, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º do estatuto social da Investco, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos. O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$105.629 (R\$111.833 em 31 de dezembro de 2022) contempla o montante original e os juros até 2035 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações. Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

32.1.2.1 Trabalhistas

EDP - Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, EDP São Paulo, EDP Goiás, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Smart Serviços

Referem-se a diversas ações que, de maneira geral, versam sobre horas extras, equiparação salarial, responsabilidade subsidiária/solidária envolvendo empresas prestadoras de serviços, indenização por danos morais/materiais decorrentes de doenças/acidentes de trabalho, dentre outros.

32.1.2.2 Cíveis

EDP - Energias do Brasil

• Processo nº 1109675-81.2014.8.26.0100, em trâmite na 20ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, movido pela Montcalm Montagens Industriais S.A. contra as empresas MABE Construção e Administração de Projetos LTDA, Pecém II Geração de Energia S.A., Eneva S.A. e EDP - Energias do Brasil, que discute suposto desequilíbrio contratual em subcontratação realizada pela MABE, para prestação de serviços de montagem de equipamento relacionados à implantação da UTE Pecém II, empresa do grupo econômico da Eneva S.A. A Montcalm, alega que as empresas possuem responsabilidade subsidiária pelos inadimplimentos contratuais, em razão de suposta sucessão contratual e sucessão empresarial. Atualmente o processo encontra-se em fase pericial. O valor estimado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$85.770 (R\$73.248 em 31 de dezembro de 2022).

Investco

• Referem-se, em sua grande maioria, às ações descritas na nota 32.1.1.2 - Indenizações e Desapropriações, no montante em 31 de dezembro de 2023 de R\$85.227 (R\$131.748 em 31 de dezembro de 2022). A redução refere-se, principalmente, à decisão favorável à Companhia em um processo de ação indenizatória de mineração, que foi estimado em R\$34.383 em dezembro de 2022.

EDP Espírito Santo e EDP São Paulo

• Ação civil pública nº 26725-92.2009.4.01.3800, em trâmite na 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte, movida pela Associação de Defesa de Interesses Coletivo - ADIC, que pleiteia indenização por danos materiais em razão de reajuste tarifário (Parcela "A"). Nesta demanda, foi proferida decisão que determinou a exclusão das concessionárias do polo passivo da ação, sendo mantida tão somente a ANEEL. O processo encontrava-se suspenso até que, em 27 de novembro de 2013, o STJ considerou o Juízo da 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte como competente para julgar todas as demandas coletivas que discutem a questão da Parcela "A". Em 05 de abril de 2017, foi proferida sentença extinguindo o feito também em relação a ANEEL. Após julgamento que extinguiu o processo sem resolução do mérito, atualmente aguarda-se decisão do recurso da parte autora. A ação tramita apenas em face da ANEEL. O valor estimado em 31 de dezembro de 2023 da EDP Espírito Santo é de R\$151.283 (R\$129.197 em 31 de dezembro de 2022) e da EDP São Paulo é de R\$339.954 (R\$290.324 em 31 de dezembro de 2022).

• Mandado de segurança nº 0002173-26.2014.4.01.3400, em trâmite na 22ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, impetrado por Santo Antônio Energia S.A. - SAESA contra ato da Diretoria da ANEEL, objetivando suspender as obrigações de recomposição de lastro e potência e de pagamento dos encargos pelo uso do sistema de transmissão, bem como a aplicação de eventuais penalidades pelo descumprimento do cronograma da obra. Em 26 de fevereiro de 2014 foi deferido em parte o pedido de antecipação de tutela, que gerou impactos às distribuidoras de energia. Em face da referida decisão, as controladas, por meio da ABRADEE, ajuizaram o pedido de suspensão da decisão perante o STJ, que foi deferido. Atualmente aguarda-se decisão de recurso. O valor estimado em 31 de dezembro de 2023 da EDP Espírito Santo é de R\$28.237 (R\$24.114 em 31 de dezembro de 2022) e da EDP São Paulo é de R\$31.310 (R\$26.738 em 31 de dezembro de 2022).

EDP Espírito Santo, EDP São Paulo, Lajeado, Investco e Eneperxe

• Ação Ordinária nº 0028271-48.2014.4.01.3400, em trâmite na 13ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, também proposta pela SAESA contra a ANEEL com pedido de liminar para não aplicação, durante o período de motorização da UHE Santo Antônio, do Mecanismo de Redução de Energia Assegurada - MRA. A liminar não foi concedida em primeira instância. Em sede de agravo, o TRF deferiu o pedido de antecipação de tutela formulado pela SAESA, conferindo efeito retroativo, que passou a ter eficácia desde o início de março de 2012. As controladas e a ANEEL protocolaram junto ao STJ pedidos de Suspensão de Liminar os quais foram deferidos. Em 18 de março de 2015 o recurso proposto pela SAESA foi rejeitado pela corte especial do STJ. Em 26 de setembro de 2018 foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos da SAESA. Atualmente aguarda-se decisão de recurso. O valor estimado consolidado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$41.297 (R\$35.268 em 31 de dezembro de 2022).

EDP Espírito Santo

• Ação de Repetição de Indébito nº 0031324-59.2008.8.08.0024 proposta pela Vale do Rio Doce - CVRD em que se pleiteia a condenação da EDP Espírito Santo e da Empresa Luz e Força Santa Maria S/A a devolução do valor correspondente à majoração tarifária instituída pelas Portarias nº 38/86 e nº 45/86 do DNAMEE, durante o período do congelamento, qual seja, de fevereiro a novembro de 1986, bem como dos supostos reflexos de tal aumento nas tarifas posteriores. Após a realização de perícia, em 12 de junho de 2014 foi proferida sentença julgando a ação extinta em relação à Empresa Luz e Força Santa Maria S/A e procedente em relação à EDP Espírito Santo, condenando esta última a restituir os valores pagos pela companhia Vale do Rio Doce no período de congelamento de preços. Em face da referida decisão, foram interpostos recursos de Apelação pelas partes ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Os recursos da EDP Espírito Santo e da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. foram providos, e o recurso da companhia Vale do Rio Doce foi rejeitado. A companhia Vale do Rio Doce então interps Recursos Especial ao Superior Tribunal de Justiça, com posterior interposição de Agravo, o qual aguarda admissão e julgamento. O valor estimado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$33.126 (R\$28.290 em 31 de dezembro de 2022).

EDP São Paulo

• Ação de Cobrança nº 0187728-40.2007.8.26.0100, ajuizada pela EDP São Paulo no ano de 2007 visando: (i) a condenação da RTR a restituir R\$11.260 arrecadados e não repassados; (ii) a desconsideração da personalidade jurídica da RTR para condenar seus sócios e seus administradores, solidariamente à RTR, ao pagamento da mencionada quantia; (iii) a inclusão do Lemon Bank no polo passivo da ação; e (iv) consequentemente, a declaração de responsabilidade solidária do Lemon Bank quanto aos atos ilícitos praticados, condenando-o a devolver, solidariamente, a quantia acima mencionada. O valor acrescido de juros e correção monetária ultrapassa os R\$12.500. Em 2014, a EDP São Paulo firmou acordo com o Lemon Bank, atual Banco Bracce, no qual as partes concordaram em (i) autorizar o levantamento do valor de R\$9,9 milhões em favor da distribuidora; (ii) autorizar o levantamento do saldo remanescente do depósito judicial em favor do Lemon Bank; e (iii) extinguir a ação em relação ao Lemon Bank e prosseguir a demanda tão somente em face da RTR Serviços Financeiros e seus sócios. Em 13 de outubro de 2020, foi proferida sentença julgando a ação improcedente. Aguarda-se julgamento do recurso de apelação protocolado, tendo em vista o prognóstico de reversão de julgamento de mérito em favor da controlada. O valor estimado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$138.066 (R\$117.909 em 31 de dezembro de 2022).

• Ação Anulatória de ato administrativo nº 1031550-21.2017.8.26.0577, em trâmite perante a 10ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na qual pretende a EDP São Paulo a anulação dos atos de infração originários dos processos administrativos nº 119354/2014 e nº 119464/2014, bem como declarar a inconstitucionalidade das leis municipais nº 7.451/2007 e nº 8.766/2012, caso os pleitos anteriores não sejam atendidos a redução das multas para R\$ 10. Em 29 de outubro de 2018 foi proferida sentença que julgou procedente a demanda para declarar incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 1º, §2º, §3º e §4º, da Lei Municipal nº 7.451/2007, com as correlatas alterações posteriores pelas Leis nº 8.766/2012 e nº 9.559/2017, bem como declarar a nulidade dos atos de infração mencionados na inicial e o julgamento dos recursos apresentados nos processos administrativos nº 119354/2014 e nº 119364/2014. Irresignados, a Prefeitura de São José dos Campos, quanto a procedência da ação, e a EDP São Paulo, quanto ao valor dos honorários fixados, apresentaram recursos de apelação, sendo que estes foram tempestivamente contra-razoados. Ato contínuo, o processo foi remetido e acabou por julgar procedente, por votação unânime, os apelos, reduzindo apenas o valor da multa e majorando o valor dos honorários advocatícios.

A EDP São Paulo apresentou os competentes Recursos Especiais e Extraordinários sendo que estes foram inadmitidos, razão pela qual interpusemos os competentes Agravos de Instrumento de Despacho Denegatório de Recurso Especial e Extraordinário que após terem sido remetidos ao STJ, seguem conclusos com o Ministro Relator para julgamento. Houve uma redução no valor, uma vez que o acórdão da Apelação, que inicialmente reformou a sentença, reduziu a multa para 1/3 do valor inicialmente arbitrado. Quanto ao valor, o AREXT da controlada provido para determinar o retorno dos autos ao TJSP para julgar a Apelação de acordo com o entendimento do STF, favorável à EDP São Paulo (inconstitucionalidade da Lei Municipal, que fundamentou a atuação da Concessionária). O valor estimado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$116.124 (R\$106.610 em 31 de dezembro de 2022).

32.1.2.3 Fiscais

EDP - Energias do Brasil (Controladora e Consolidado)

• A Companhia possui discussão administrativa relativa à não homologação de compensações diversas e ao não reconhecimento pela Receita Federal do Brasil - RFB de saldo negativo de IRPJ, apurado nos anos calendariais de 1999/2001, originado de empresa incorporada (Magistra Participações S.A.), que totalizam em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$25.072 (R\$23.989 em 31 de dezembro de 2022). O processo aguarda julgamento na esfera administrativa.

EDP São Paulo e EDP Espírito Santo

Ação Judicial objetivando assegurar o direito da inclusão de débitos de PIS e COFINS dos períodos de 2015 e 2017 para a EDP São Paulo e inclusão de débitos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL dos períodos de 2015 e 2016 para a EDP Espírito Santo, no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Receita Federal do Brasil, os quais estão sendo regularmente pagos. Contudo, não constavam no sistema no momento da consolidação realizada em dezembro de 2018, envolvendo o montante em 31 de dezembro de 2023 de R\$40.809 (R\$37.912 em 31 de dezembro de 2022) para a EDP São Paulo e R\$164.520 para a EDP Espírito Santo (R\$153.527 em 31 de dezembro de 2022). Atualmente aguardam o julgamento.

EDP São Paulo

• Autos de infração lavrados pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL do exercício de 2017, incidentes sobre as perdas não técnicas de energia elétrica. O montante atualizado até 31 de dezembro de 2023 é de R\$142.408 (R\$129.066 em 31 de dezembro de 2022). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda o julgamento.

• Discussão na esfera judicial sobre créditos de ICMS utilizados pela companhia no período de julho a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica" no montante atualizado em 31 de dezembro de 2023 de R\$141.364 (R\$132.741 em 31 de dezembro de 2022). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda julgamento. O valor em risco sobre acréscimo expressivo em razão dos critérios de atualização da Lei Estadual nº 13.918/09 além dos honorários exigidos pela Procuradoria Estadual na fase judicial.

• Discussões administrativas e judiciais relativas à utilização de crédito de ICMS, com origem no estorno de débito de notas fiscais canceladas (2007, 2012 e 2015) e credimento de ativo imobilizado (2014 a 2019). Em dezembro de 2022 e 2021 houve novas adições de auto de infração, referente a novas autuações recebidas objetivando a cobrança de ICMS relativa à utilização de crédito de ICMS pela aquisição de bens integrados ao ativo imobilizado, com base no coeficiente de credimento e forma de escrituração das notas (2016 a 2020) totalizando o montante de R\$212.750 em 31 de dezembro de 2023 (R\$222.585 em 31 de dezembro de 2022). A redução da contingência se deu em razão do encerramento com êxito, de um dos processos judiciais. Os demais casos, a EDP São Paulo apresentou as defesas e aguarda o julgamento.

• Discussões administrativas relativas à suposta isenção indevida de ICMS nas futuras dos clientes classificados como rurais (2013, 2014) em 31 de dezembro de 2023 o valor é de R\$11.491 (R\$10.646 em 31 de dezembro de 2022). A EDP São Paulo apresentou as defesas e aguarda o julgamento.

• Discussão Judicial em face da Receita Federal, objetivando o cancelamento dos débitos originários do processo administrativo nº 19515.720336/2014-24, o qual manteve a cobrança dos débitos compensados com crédito decorrente de saldo negativo de CSLL da empresa cidndida (Eletropaulo) do exercício de 2011, envolvendo o montante de R\$38.944 em 31 de dezembro de 2023 (R\$36.512 em 31 de dezembro de 2022). A EDP São Paulo aguarda o julgamento da ação judicial.

• Discussão judicial decorrente de execução fiscal ajuizada pela União Federal, objetivando a cobrança de CSLL, relativa ao ano-calendário de 2009, que foi compensada com saldo de base negativa de CSLL de exercícios anteriores, acumulada pela empresa cidndida AES Eletropaulo, que envolve o montante atualizado em 31 de dezembro de 2023 de R\$45.753 (R\$41.480 em 31 de dezembro de 2022). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda o julgamento.

• Discussões administrativas envolvendo o montante atualizado até 31 de dezembro de 2023 de R\$103.370 (R\$111.285 em 31 de dezembro de 2022), referentes às compensações não homologadas de créditos decorrentes de pagamento a maior efetuados em 2001 com relação ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/02 (impostos sobre RTE). A EDP São Paulo apresentou as defesas, tendo incluído alguns dos processos no Programa de redução de litigiosidade fiscal da Receita Federal, que resultou na redução da contingência. Os demais casos aguardam julgamento.

• Medida judicial relativa à COFINS do período de 1993 a 1995, em litisconsórcio com a Eletropaulo. A questão versa sobre o direito ao aproveitamento da anistia trazida pelas Medidas Provisórias nºs 1858-6 e 1858-8, concedida aos contribuintes que deixaram de recolher tributos por entendê-los indevidos. No julgamento de 2ª Instância, foi confirmado parcialmente o direito à anistia, excluindo-se a parcela atinente aos encargos do Decreto-Lei nº 1.025/69. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$81.313 (R\$79.266 em 31 de dezembro de 2022). Atualmente o processo aguarda julgamento do recurso nos Tribunais Superiores.

• Autuações de prefeituras que exigem o pagamento de multa por suposto descumprimento de obrigações acessórias relacionadas à instalação de postes de energia elétrica bem como taxas de fiscalização de obras em logradouros públicos e preço público. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2023 é de R\$93.943 (R\$134.301 em 31 de dezembro de 2022). A redução no valor da contingência se deu em razão da alteração de risco para remoto de alguns processos, os quais discutem a taxa de fiscalização de obras, em razão de decisões favoráveis. A EDP São Paulo apresentou as defesas, as quais aguardam julgamento.

• Discussões administrativas relativas à não homologação pela Receita Federal, dos créditos decorrentes de saldo negativo de IRPJ e CSLL, relativos aos ano-calendários de 2016 e 2017, envolvendo o montante em 31 de dezembro de 2023 de R\$15.972 (R\$14.631 em 31 de dezembro de 2022). A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda o julgamento.

• Processo administrativo relativo a homologação parcial pela Receita Federal, dos créditos decorrentes do Mandado de Segurança nº 0001568-45.2012.4.03.6100, que por decisão definitiva assegurou a possibilidade de deduzir, do lucro tributável, as despesas decorrentes do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), afastando o limite imposto pelo Decreto nº 5/91, envolvendo o montante em 31 de dezembro de 2023 de R\$18.353. A EDP São Paulo apresentou defesa e aguarda julgamento.

• Ação Judicial objetivando assegurar o direito da inclusão de débitos de PIS e COFINS dos períodos de 2015 e 2017, no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Receita Federal do Brasil, os quais estão sendo regularmente pagos, contudo, não constavam no sistema no momento da consolidação realizada em dezembro de 2018, envolvendo o montante de R\$40.809 em 31 de dezembro de 2023 (R\$37.912 em 31 de dezembro de 2022). A EDP São Paulo aguarda o julgamento.

EDP Espírito Santo

• Discussão administrativa relativa ao auto de infração lavrado pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL dos períodos de 2014 e 2015, incidentes sobre as perdas não técnicas de energia elétrica. O montante do processo atualizado até 31 de dezembro de 2023 é de R\$185.465 (R\$200.269 em 31 de dezembro de 2022). A EDP Espírito Santo apresentou defesa e aguarda julgamento.

• A fiscalização do INSS lavrou notificações de cobrança da contribuição previdenciária versando sobre: (i) a desconsideração de autônomos e também de outras pessoas jurídicas, argumentando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a controlada EDP Espírito Santo; e (ii) a sua incidência sobre pagamentos realizados aos segurados empregados a título de PLR e bolsa de estudos. Devido o encerramento de dois processos houve uma redução no montante, essas notificações atualizadas até 31 de dezembro de 2023 importam em R\$9.009 (R\$8.955 em 31 de dezembro de 2022) e atualmente aguardam decisão administrativa.

• Diversas Prefeituras: A controlada EDP Espírito Santo discute administrativa e judicialmente a cobrança de INSS supostamente incidente sobre os serviços relacionados à atividade de fornecimento de energia elétrica. Inclui também a exigência do pagamento sobre o espaço ocupado pelo sistema de posteamento das redes de energia elétrica e iluminação pública. Esses processos atualizados até 31 de dezembro de 2023 totalizam o montante de R\$15.643 (R\$124.401 em 31 de dezembro de 2022). Deste montante, destaca-se o valor de R\$105.469 (R\$99.898 em 31 de dezembro de 2022) decorrente da lavratura de 122 autos de infração pelo município de Vitória objetivando a cobrança do ISSQN do período de março de 2011 a fevereiro de 2016. A EDP Espírito Santo apresentou as defesas administrativas e judiciais, as quais aguardam julgamento.

• Discussões administrativas e judiciais relativas às compensações não homologadas pela Receita Federal, com respaldo em créditos reconhecidos judicialmente, bem como de saldo negativo de IRPJ e CSLL, e decorrentes de pagamento a maior de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS efetuados em 2001 em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/02 (impostos sobre RTE), que somam em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$20.796 (R\$95.798 em 31 de dezembro de 2022). A redução da contingência se deu em razão da alteração do prognóstico de risco em razão de decisões desfavoráveis. Adicionalmente, a EDP Espírito Santo apresentou as defesas e aguarda julgamento.

• Auto de infração lavrado pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS e COFINS em razão dos créditos utilizados como insumos no período de 2017 e 2018. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$4.688 (R\$4.417 em 31 de dezembro de 2022). A EDP Espírito Santo apresentou defesa e aguarda o julgamento.

Adicionalmente, o saldo apresentado em Depósito Judicial em 31 de dezembro de 2023 deve-se, principalmente, ao processo nº 2009.50.01.010131-6, no valor de R\$69.807 (R\$63.246 em 31 de dezembro de 2022), referente a execução Fiscal que visa a cobrança de débitos de COFINS referente aos meses de março a outubro de 2001, que foram compensados com crédito advindo do recolhimento indevido de FINSOCIAL. Após decisão nos autos de Agravo de Instrumento da Fazenda Nacional, foi determinada a liquidação da Carta de Fiança Bancária apresentada nos autos da Execução, resultando no depósito judicial.

EDP Trading

Discussão administrativa acerca da cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente aos exercícios de 2004 a 2006, decorrentes da não homologação da compensação com créditos dos mesmos tributos. O valor atualizado desses processos em 31 de dezembro de 2023 é de R\$4.620 (R\$13.327 em 31 de dezembro de 2022). A EDP Trading obteve decisões favoráveis resultando em redução do montante. Atualmente os demais processos aguardam julgamento.

Discussão administrativa decorrente de Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, objetivando a cobrança de multa por suposta informação incorreta nas obrigações acessórias (EFD ICMS/IPI e EFD Contribuições) do período de 2016, envolvendo o montante de R\$3.950 em 31 de dezembro de 2023 (R\$26.862 em 31 de dezembro de 2022). A EDP Trading obteve reconhecimento favorável de parte do montante, resultando na alteração do prognóstico parcial. Atualmente o processo aguarda julgamento.

Lajeado

Discussões nas esferas administrativa e judicial decorrente da atuação da Receita Federal do Brasil - RFB em 2014, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL em decorrência da glosa de despesas com ágio gerado na aquisição de participação societária. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2023 é de R\$69.440 (R\$154.431 em 31 de dezembro de 2022). A redução da contingência se deu em razão da decisão favorável, a qual cancelou a cobrança da multa majorada, encerrando a discussão na esfera administrativa, além da exclusão da multa de ofício com os juros e encargos incidentes sobre ela, referente à discussão judicial. Atualmente, a Lajeado aguarda o julgamento na esfera judicial dos demais valores em cobrança (principal atualizado com acréscimo dos encargos da Procuradoria).

Discussão judicial objetivando o cancelamento da multa isolada no importe de 75% sobre o crédito não homologado pela Receita Federal do período de 2003 a 2004, o montante atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$15.570. A Lajeado apresentou defesa e aguarda o julgamento.

Discussão administrativa federal, relativa à compensação de IRPJ e CSLL não homologada pela RFB do período de 2013, e aplicação de multa isolada de 50% sobre essa compensação, o montante atualizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$5.253. A Lajeado apresentou defesa e aguarda o julgamento.

Discussão na esfera administrativa relativa à não homologação pela Receita Federal, dos créditos de saldo negativo de IRPJ do ano-calendário de 2014, envolvendo o montante em 31 de dezembro de 2023 de R\$9.311 (R\$8.568 em 31 de dezembro de 2022). A Lajeado apresentou defesa e aguarda o julgamento.

Enerpeixe

Discussões administrativas relativas às compensações de PIS e COFINS não homologadas pela RFB, nos períodos de 2012 a 2015, por suposta falta de crédito em razão das DCTFs retilificadas não terem sido analisadas pela RFB, totalizando em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$210.700 (R\$178.497 em 31 de dezembro de 2022). As cobranças de multa isolada vinculadas às referidas compensações não homologadas tiveram o prognóstico alterado em razão do entendimento favorável, em repercussão geral, proferido pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 736). A Enerpeixe apresentou as defesas e aguarda julgamento.

Discussão na esfera administrativa de atuação da RFB, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL apurados nos períodos de 2014 a 2016 por suposta falta de recolhimento. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2023 é de R\$72.986 (R\$66.642 em 31 de dezembro de 2022). A Enerpeixe apresentou defesa administrativa e aguarda julgamento.

Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Estadual do Tocantins, objetivando a cobrança de multa por supostas divergências de informações constantes nos registros do período de 2014. A contingência foi quitada com benefício econômico, em razão da inclusão do débito no Programa de Regularização Fiscal Estadual (RFS-504 em 31 de dezembro de 2022). A Enerpeixe quitou o débito e, em 31 de dezembro de 2023, aguarda o encerramento do processo.

Discussões na esfera administrativa, relativas à não homologação pela Receita Federal, dos créditos de saldo negativo de IRPJ dos exercícios de 2003 a 2006. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2023 é de R\$6.442. A Enerpeixe apresentou as defesas e aguarda julgamento.

32.1.2.4 Regulatórias

EDP Espírito Santo

Refere-se à penalidade por ultrapassagem dos Montantes de Uso do Sistema de Transmissão - MUST nos anos de 2011 e 2013. A contratação do MUST foi realizada conforme recomendação do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contudo, em razão de restrições sistêmicas, pela ausência de rede física para escoar a geração no SIN, em 2011 o escoamento elevou a utilização do ponto de conexão de Mascarenhas e, em 2013, ocorreu a inversão de fluxo no ponto de Mascarenhas resultando em ultrapassagem no ponto de conexão de Campos. Atualmente, o processo encontra-se judicializado com liminar suspendendo as cobranças até a avaliação do mérito.

32.1.3 Risco de perda remota

Atualmente, existem processos de natureza trabalhista, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações, o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2023 na Controladora é de R\$3.646 (R\$2.736 em 31 de dezembro de 2022) e nas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Enerpeixe, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul, EDP Transmissão Norte, EDP Transmissão Norte 2, EDP Smart Serviços, Investco, EDP Trading e EDP Goiás é de R\$97.956 (R\$132.378 em 31 de dezembro de 2022).

32.2 Licenças Ambientais

O montante em 31 de dezembro de 2023 no Circulante e Não circulante de R\$49.003 (R\$74.082 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação das UHEs, UTE e LTs, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes.

Os custos relativos às Licenças ambientais estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IPCA.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação dos empreendimentos, consequentemente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens (usinas hidrelétricas) ou das máquinas e equipamentos (usinas térmicas), conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil desses imobilizados. Já as licenças de operação, obtidas para a entrada em operação comercial das usinas, são reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência das licenças.

As controladas de geração, distribuição e transmissão de energia estão sujeitas a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra as mesmas por eventual inobservância da legislação.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares, além de permitirem ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

A Companhia mantém compromisso e processos de melhoria contínua no que diz respeito às questões ambientais, buscando excelência e embaçamento sólido para o planejamento de suas ações, estando alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. A EDP mantém, ainda, metas nos horizontes 2022 e 2025 com relação direta com 9 dos 17 ODS, incluindo objetivos diretamente ligados a temática ambiental, como o ODS 13 que trata de alterações climáticas e o ODS 15, sobre proteção da vida útil terrestre. Para fazer a gestão do tempo, contamos com uma Política de Sistemas de Gestão e Sustentabilidade e Sistemas de Gestão Ambiental (SGA), em linha com a Norma ISO 14.001, com atividades conduzidas pelas áreas locais de Meio Ambiente das unidades de negócio.

A Companhia e suas controladas desenvolvem projetos que consolidam também seu engajamento nos esforços de restauração e preservação da biodiversidade, sendo eles:

(i) Água e fluentes: Com foco na preservação e uso eficiente de recursos hídricos, a Companhia e suas controladas contam com sistema de captação de água pluvial nos telhados dos Centros de Serviços da Distribuição (CSD), Poá (SP), Carapina (ES), São Mateus (ES), Linhares (ES), Cachoeiro (ES) e na sede da EDP São Paulo em São José dos Campos.

(ii) Resíduos: Além de buscar a diminuição do consumo de materiais, a Companhia e suas controladas segregam, armazenam, tratam e descartam seus resíduos de forma ambientalmente adequada, respeitando os requisitos legais aplicáveis. As distribuidoras utilizam óleo vegetal nos transformadores de distribuição que são adquiridos e reformados, e possuem contrato de recuperação de transformadores que ajudam na redução do consumo de recursos naturais para a fabricação de novos equipamentos, incentivando a economia circular.

(iii) Biodiversidade: A Companhia e suas controladas estabelecem, em sua política ambiental, os compromissos relativos à biodiversidade e serviços ecossistêmicos e à gestão dos impactos de suas atividades e ao longo de sua cadeia de valor. As principais iniciativas desenvolvidas continuamente incluem o acompanhamento aéreo e fluvial das represas das usinas, monitoramento de fauna e flora das áreas de usina e das faixas de servidão (linhas e redes) em zona rural da distribuição e transmissão. Na Distribuição são realizadas análises durante o planejamento de projetos, a partir de geoprocessamento e visitas em campo, para que seja avaliada a presença de unidades de conservação, reservas legais, áreas de preservação permanente e vegetação nativa nos processos de implantação de linhas. As análises têm como objetivo encontrar alternativas com o menor impacto possível ou soluções para mitigá-las.

(iv) Atualmente a Companhia mantém o Plano Estratégico Climático 2021-2025 (PEC 21-25). Esse plano visa dar maior clareza sobre as ações de mitigação que serão feitas para cumprir as metas climáticas do Grupo, um aprofundamento nos cenários climáticos e estratégicos para gestão dos riscos e oportunidades climáticas e planos de ação para melhoria da performance em índices de sustentabilidade relacionados com o tema. A Companhia possui metas de redução das emissões aprovadas pela ciência (SBTi targets).

Os desdobramentos relacionados ao licenciamento ambiental ocorridos no exercício foram de R\$34.314 (R\$16.090 em 2022)

33 Patrimônio Líquido

33.1 Capital social

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE, realizada em 11 de abril de 2023, deliberou aumento de capital social no montante de R\$500.000, mediante capitalização de parte da reserva de retenção de lucros, sem a emissão de novas ações, com a consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

A Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 30 de agosto de 2023, deliberou o resgate e posterior cancelamento de até a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia remanescentes em circulação no mercado, sem modificação do capital social da Companhia (Nota 4.7). Em decorrência da deliberação foi aprovado: (i) a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para alterar o número total de ações de emissão da Companhia em decorrência do cancelamento das 21.494.341 ações; e (ii) Consolidação do Estatuto Social da Companhia de forma a refletir a alteração indicada no item (i) e o cancelamento das 14.570.809 ações ordinárias de emissão da Companhia, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração - RCA realizada em 9 de agosto de 2023.

O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$6.002.716 (R\$5.502.716 em 31 de dezembro de 2022), totalmente subscrito e integralizado, representado por 545.100.118 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, com as principais características, a saber:

• O Capital social está representado exclusivamente por ações ordinárias e cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia;

• As ações são indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio;

• Fica vedada a emissão de partes beneficiárias da Companhia;

• A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.000.000.000 novas ações ordinárias independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização;

• A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado; e

• A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A composição do capital social está demonstrada a seguir:

	31/12/2023		31/12/2022	
Acionista	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
EDP International Investments and Services, S.L. (1)	402.515.447	73,84	183.141.323	31,51
EDP IS - Investimentos e Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda (1)	142.584.671	26,16	142.584.671	24,53
Conselheiros e Diretores			261.954	0,05
Ações em tesouraria (2)			15.186.053	2,62
Ações em circulação			239.991.267	41,29
Total	545.100.118	100,00	581.165.288	100,00

(1) Empresa de controle estrangeiro.

(2) As ações em tesouraria não têm direitos patrimoniais.

33.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

A Companhia tinha por política, conforme deliberado pela 120ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 5 de março de 2008, propor o pagamento de um valor mínimo equivalente a 50% do lucro líquido ajustado, calculado em conformidade com os artigos 189 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser reduzido quando assim exigido por disposição legal ou regulamentar ou, ainda, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou perspectivas futuras da Companhia.

A Companhia, conforme Fato Relevante divulgado ao mercado em 28 de agosto de 2020, passou, por política, a propor a distribuição, à título de dividendo e/ou de JSCP, a partir da Assembleia Geral Ordinária que aprovou as contas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, do maior entre os seguintes valores: (a) 25% do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do artigo 31 do Estatuto Social da Companhia; (b) 50% do Lucro Líquido Ajustado calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e por resultados com realização em Caixa a Longo Prazo; ou (c) R\$1,00 (um real) por ação, calculado em conformidade com os artigos 189 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser reduzido quando assim exigido por disposição legal ou regulamentar ou, ainda, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou perspectivas futuras da Companhia.

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Lucro a ser destinado			
Lucro líquido apurado no exercício		1.172.585	1.021.437
Constituição da reserva legal - 5%	33.3	(58.629)	(51.072)
		1.113.956	970.365

Destinação do lucro

Dividendos intermediários - JSCP

Dividendos complementares obrigatórios

Reserva de lucros

Dividendo adicional proposto

	14	278.499	651.239
	33.3	432.955	166.669
	33.3	402.512	152.457
		1.113.956	970.365

33.3 Reservas

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Reservas de capital			
Resultado na alienação de ações em tesouraria	33.3.1	53.802	58.540
Opções de ações outorgadas	33.3.2		3.764
Ágio na incorporação de sociedade controladora		35.351	35.351
Outras Reservas de Capital		28.135	29.720
		117.288	127.375

Reservas de lucros

Reserva de lucros

Retenção adicional proposto

	33.3.3	4.190.414	5.076.558
	14 e 33.3.4	402.512	152.457
		5.376.486	5.953.946

33.3.1 Resultado na alienação de ações em tesouraria

A variação no exercício de R\$7.898 é decorrente do efeito da apuração de perdas na outorga das ações.

33.3.2 Opções de ações outorgadas

A Companhia oferece a seus administradores e a alguns colaboradores indicados pelo Conselho de Administração plano de opção de compra de ações da Companhia. As opções são

Eneperxe

Discussões administrativas relativas às compensações de PIS e COFINS não homologadas pela RFB, nos períodos de 2012 a 2015, por suposta falta de crédito em razão das DCTFs retificadoras não terem sido analisadas pela RFB, totalizando em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$210.700 (R\$178.497 em 31 de dezembro de 2022). As cobranças de multa isolada vinculadas às referidas compensações não homologadas tiveram o prognóstico alterado em razão do entendimento favorável, em repercussão geral, proferido pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 736). A Eneperxe apresentou as defesas e aguarda julgamento.

Discussão na esfera administrativa de autuação da RFB, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL apurados nos períodos de 2014 a 2016 por suposta falta de recolhimento. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2023 é de R\$72.986 (R\$66.642 em 31 de dezembro de 2022). A Eneperxe apresentou defesa administrativa e aguarda julgamento.

Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Estadual do Tocantins, objetivando a cobrança de multa por supostas divergências de informações constantes nos registros do período de 2014. A contingência foi quitada com benefício econômico, em razão da inclusão do débito no Programa de Regularização Fiscal estadual (R\$5.504 em 31 de dezembro de 2022). A Eneperxe quitou o débito e, em 31 de dezembro de 2023, aguarda o encerramento do processo.

Discussões na esfera administrativa, relativas à não homologação pela Receita Federal, dos créditos de saldo negativo de IRPJ dos exercícios de 2003 a 2006. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2023 é de R\$6.442. A Eneperxe apresentou as defesas e aguarda julgamento.

32.1.2.4 Regulatórias

EDP Espírito Santo

Refere-se à penalidade por ultrapassagem dos Montantes de Uso do Sistema de Transmissão - MUST nos anos de 2011 e 2013. A contratação do MUST foi realizada conforme recomendação do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contudo, em razão de restrições sistêmicas, pela ausência de rede básica para escoar a geração no SIN, em 2011 o escoamento elevou a utilização da conexão de Mascarenhas e, em 2013, ocorreu a inversão de fluxo no ponto de Mascarenhas resultando em ultrapassagem no ponto de conexão de Campos. Atualmente, o processo encontra-se judicializado com liminar suspendendo as cobranças até a avaliação do mérito.

32.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações, o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2023 na Controladora é de R\$3.646 (R\$2.736 em 31 de dezembro de 2022) e nas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Eneperxe, EDP Transmissão Alança, EDP Transmissão Litoral Sul, EDP Transmissão Norte, EDP Transmissão Norte 2, EDP Smart Serviços, Investco, EDP Trading e EDP Goiás é de R\$97.956 (R\$132.378 em 31 de dezembro de 2022).

32.2 Licenças Ambientais

O montante em 31 de dezembro de 2023 no Circulante e Não circulante de R\$49.003 (R\$74.082 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação das UHEs, UTE e LTS, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes.

Os custos relativos às Licenças ambientais estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reforçamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IPCA.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação dos empreendimentos, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens (usinas hidrelétricas) ou das máquinas e equipamentos (usinas térmicas), conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil desses imobilizados. Já as licenças de operação, obtidas para a entrada em operação comercial das usinas, são reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência das licenças.

As controladas de geração, distribuição e transmissão de energia estão sujeitas a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra as mesmas por eventual inobservância da legislação.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares, além de permitirem ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

A Companhia mantém compromisso e processos de melhoria contínua no que diz respeito às questões ambientais, buscando excelência e embasamento sólido para o planejamento de suas ações, estando alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. A EDP mantém, ainda, metas nos horizontes 2022 e 2025 com relação direta com 9 dos 17 ODS, incluindo objetivos diretamente ligados a temática ambiental, como o ODS 13 que trata de alterações climáticas e o ODS 15, sobre proteção da vida terrestre. Para fazer a gestão do tema, contamos com uma Política de Sistemas de Gestão e Sustentabilidade e Sistemas de Gestão Ambiental (SGA), em linha com a Norma ISO 14.001, com atividades conduzidas pelas áreas locais de Meio Ambiente das unidades de negócio.

A Companhia e suas controladas desenvolvem projetos que consolidam também seu engajamento nos esforços de restauração e preservação da biodiversidade, sendo eles:

(i) Água e fluentes: Com foco na preservação e uso eficiente de recursos hídricos, a Companhia e suas controladas contam com sistema de captação de água pluvial nos telhados dos Centros de Serviços da Distribuição (CSD), Poá (SP), Carapina (ES), São Mateus (ES), Linhares (ES), Cachoeiro (ES) e na sede da EDP São Paulo em São José dos Campos.

(ii) Resíduos: Além de buscar a diminuição do consumo de materiais, a Companhia e suas controladas segregam, armazenam, tratam e descartam seus resíduos de forma ambientalmente adequada, respeitando os requisitos legais aplicáveis. As distribuidoras utilizam óleo vegetal nos transformadores de distribuição que são adquiridos e reformados, e possuem contrato de recuperação de transformadores que ajudam na redução do consumo de recursos naturais para a fabricação de novos equipamentos, incentivando a economia circular.

(iii) Biodiversidade: A Companhia e suas controladas estabelecem, em sua política ambiental, os compromissos relativos à biodiversidade e serviços ecossistêmicos e à gestão dos impactos de suas atividades e ao longo de sua cadeia de valor. As principais iniciativas desenvolvidas continuamente envolvem o acompanhamento aéreo e fluvial das represas das usinas, monitoramento de fauna e flora das áreas de usina e das faixas de serviço (linhas e redes) em zona rural da distribuição e transmissão. Na Distribuição são realizadas análises durante o planejamento de projetos, a partir de geoprocessamento e visitas em campo, para que seja avaliada a presença de unidades de conservação, reservas legais, áreas de preservação permanente e vegetação nativa nos processos de implantação de linhas. As análises têm como objetivo encontrar alternativas com o menor impacto possível ou soluções para mitigá-las.

(iv) Atinentemente à Companhia mantém o Plano Estratégico Climático 2021-2025 (PEC 21-25). Esse plano visa dar maior clareza sobre as ações de mitigação que serão feitas para cumprir as metas climáticas do Grupo, um aprofundamento nos cenários climáticos e estratégias para gestão dos riscos e oportunidades climáticas e planos de ação para melhoria da performance em índices de sustentabilidade relacionados com o tema. A Companhia possui metas de redução das emissões aprovadas pela ciência (SBTi targets).

Os desdobramentos relacionados ao licenciamento ambiental ocorridos no exercício foram de R\$34.314 (R\$16.090 em 2022)

33 Patrimônio Líquido

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nos casos de desligamento por iniciativa da Companhia e/ou das Controladas sem justa causa ou por aposentadoria dos beneficiários dos programas durante o período de carência, fizeram jus a um número de ações de incentivo e/ou de ações de retenção, conforme o caso, proporcional ao número de meses do período de carência transcorridos até a data de desligamento, restando o direito ao recebimento das demais ações outorgadas não plenamente adquiridas automaticamente extinto, de pleno direito, independentemente de prévio aviso ou notificação, e sem direito a qualquer indenização. Segue abaixo o resumo e a movimentação dos planos de remuneração no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Planos	Data da aquisição	Qtde. de ações adquiridas		Preço unitário (R\$)	Valor total das ações	
		pełos colaboradores			adquiridas	
Plano de remuneração II	junho/2017	44.113		13,37	590	
Plano de remuneração II	agosto/2017	27.747		14,26	396	
Plano de remuneração III	junho/2018	83.240		13,75	1.144	
Plano de remuneração IV	junho/2019	57.892		18,68	1.081	
Plano de remuneração V	junho/2020	71.256		16,71	1.191	
Plano de remuneração V	junho/2020	12.000		16,71	201	
Plano de remuneração VI	agosto/2021	71.256		18,69	1.339	
Total		367.893				

Quantidade de ações em 31/12/2022

Baixa

Exercidas

33.3.2.2

66.743 (3.270)

(63.473)

Quantidade de ações em 31/12/2023

Baixa

Exercidas

-

10.176 (10.176)

-

Quantidade de ações em 31/12/2022

Baixa

Exercidas

33.3.2.3

92.631 (10.387)

(82.244)

Quantidade de ações em 31/12/2022

Baixa

Exercidas

33.3.2.4

107.004 (14.440)

(92.564)

Quantidade de ações em 31/12/2023

Baixa

Exercidas

-

133.074 (11.968)

(121.106)

Quantidade de ações em 31/12/2023

Baixa

Exercidas

-

159.295 (29.849)

(129.446)

Quantidade de ações em 31/12/2023

Baixa

Exercidas

-

441.683 (64.720)

(376.963)

33.3.2.2 Plano de remuneração III

Para o Plano de remuneração III foram concedidas aos beneficiados 189.884 ações pelo preço de exercício a R\$22,61. As ações foram outorgadas antecipadamente devido ao cumprimento do regulamento da OPA (Nota 4.7), e exercidas no dia 16 de maio de 2023.

33.3.2.3 Plano de remuneração V

Para o Plano de remuneração V foram concedidas aos beneficiados 203.350 ações pelo preço de exercício a R\$22,61. As ações foram outorgadas antecipadamente devido ao cumprimento do regulamento da OPA (Nota 4.7), e exercidas no dia 16 de maio de 2023.

33.3.2.4 Plano de remuneração VI

Para o Plano de remuneração VI foram concedidas aos beneficiados 222.010 ações pelo preço de exercício a R\$22,61. As ações foram outorgadas antecipadamente devido ao cumprimento do regulamento da OPA (Nota 4.7), e exercidas no dia 16 de maio de 2023.

33.3.3 Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos às Assembleias Gerais Ordinárias.

A variação no exercício refere-se, principalmente: (i) R\$500.000 decorrente da efetivação do aumento de capital da Companhia, conforme deliberado em AGOE; e (ii) R\$819.099 decorrente do cancelamento das ações em tesouraria (Nota 33.1).

33.3.4 Dividendos adicionais propostos

Esta reserva refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberado em Assembleia Geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPSC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

O montante de R\$152.457 deliberado na AGOE da Companhia foi pago em maio de 2023 (Nota 14).

33.3.5 Outros resultados abrangentes

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2022	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2023
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias			
Ganhos e (Perdas) com subsidiárias e coligadas	(546.220)	(50.476)	(596.696)
	(546.220)	(50.476)	(596.696)

33.4 Ações em tesouraria

A recompra de ações próprias são classificadas na rubrica de Ações em tesouraria e reconhecidas ao custo de aquisição como dedução no patrimônio líquido. Quando essas ações forem alienadas, seu ganho ou perda na operação serão transferidos para Reservas de Capital.

Em 07 de março de 2023 a Companhia comunicou ao mercado o encerramento do Programa de recompra (Nota 4.8).

O Programa de Recompra teve como objetivo aplicar recursos disponíveis para maximizar a geração de valor para os acionistas, uma vez que, na visão da administração da Companhia, o valor de negociação das ações da Companhia não refletia o real valor dos seus ativos combinado com a perspectiva de rentabilidade e geração de resultados futuros.

A Companhia recomprou 15.287.400 ações ordinárias de emissão da Companhia, por meio do Programa de Recompra.

33.5 Participações de não controladores

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$1.164.240 (R\$1.169.848 em 31 de dezembro de 2022) refere-se à participação que outros acionistas detêm sobre as controladas (Nota 19.1).

A participação total dos não controladores no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 é composta por: (i) R\$565.738 correspondente à Lajeado; (ii) R\$387.706 correspondente à Investo; (iii) R\$265.859 correspondente à Enerpeixe; e (iv) R\$55.773 correspondente à EDP Transmissão Aliança. As informações sintéticas de fluxo de caixa das controladas que possuem participação dos não controladores, estão apresentadas a seguir:

	Investo	Enerpeixe	Lajeado	EDP Transmissão Aliança	Total
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	120.577	121.475	384.550	222.299	848.901
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(6.874)	(14.710)	61.225	(3.294)	36.347
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(111.445)	(78.871)	(354.314)	(239.209)	(783.839)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.258	27.894	91.461	(20.204)	101.409

O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$1.164.240 (R\$1.169.848 em 31 de dezembro de 2022) inclui R\$451.376 referente às partes beneficiárias emitidas pela Lajeado e de titularidade da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, conforme detalhado abaixo.

33.6 Partes beneficiárias

A Lajeado, em AGE de 15 de fevereiro de 2006, aprovou a alteração no Estatuto, criando: (i) 53.210.337 ações preferenciais nominativas não conversíveis, sem direito a voto e que terão direito ao recebimento de dividendos 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e (ii) 10.000 partes beneficiárias, sem valor nominal, negociáveis e estranhas ao Capital social, conferindo aos seus titulares direito de crédito eventual contra a Lajeado, no montante equivalente a 10% do lucro anual apurado pela Lajeado, observado o disposto na Lei nº 6.404/76.

Essas ações, bem como as partes beneficiárias, foram integralmente subscritas e adquiridas, na plena data, pela Eletrobras.

O prazo de duração das partes beneficiárias é até 31 de outubro de 2032, quando serão, caso não tenham sido resgatadas, automaticamente convertidas em ações preferenciais Classe "A" (Artigo 14 do Estatuto) correspondente a 5,084% do total das ações emitidas pela Lajeado (Artigo 14, Parágrafos 1º e 2º do Estatuto). O resgate pode ocorrer a qualquer tempo por deliberação da Lajeado até o término do prazo de duração das partes beneficiárias. O instrumento denominado partes beneficiárias cumpre com os itens 16C e 16D do CPC 39, e como tal, é classificado como um instrumento patrimonial.

Além do exposto, o item AG26 do CPC 39 descreve que, quando as distribuições aos acionistas das ações preferenciais, cumulativas ou não, ocorre de acordo com o critério do emissor, as ações são instrumentos patrimoniais.

Assim, consideramos que ações ordinárias, ações preferenciais e partes beneficiárias devem ser classificadas como o mesmo tipo de instrumento, ou seja, patrimonial, pois possuem basicamente as mesmas características.

Durante a análise do CPC 48, no item 35, a Administração da Lajeado entendeu que a distribuição deste instrumento patrimonial deve ser registrada diretamente no Patrimônio Líquido.

34 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados para os clientes, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados para o cliente ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia e suas controladas, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia e suas controladas reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

As receitas da Companhia e suas controladas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

Distribuição

• **Fornecimento - Faturado:** São reconhecidos por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela distribuidora. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas com base na tarifa vigente homologada pelo órgão regulador.

• **Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado:** São reconhecidas pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos), sendo o valor justo da contraprestação calculado conforme tarifa de uso do sistema, a qual é definida pelo órgão regulador.

• **Não faturado:** Refere-se a energia fornecida e/ou ao uso do sistema de distribuição que ainda não foram faturados correspondentes ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento das demonstrações financeiras. É estimada e reconhecida como receita não faturada considerando-se como base a carga real de energia distribuída no mês, o índice de perda anualizado e a tarifa vigente.

• **Resultados de ativos financeiros setoriais:** É reconhecido mensalmente pela diferença entre os custos pertencentes à Parcela "A" efetivamente incorridos no resultado, daqueles reconhecidos na receita de operações com energia elétrica previstos na tarifa vigente pela ANEEL.

• **Suprimento - Faturado:** Refere-se a energia elétrica fornecida para outra concessionária, segundo condições contratuais. O montante da contraprestação é determinado pela quantidade de energia entregue multiplicada pela tarifa vigente estabelecida pelo órgão regulador.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

• **Receita de construção:** O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições aos Ativos da concessão, não sendo incorporada margem nesta atividade de construção assim classificada conforme a aplicação da ICPSC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados por meio do método de insumo, de acordo com o CPC 47. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida a Custo com construção da infraestrutura em igual montante (Nota 35).

• **Subvenções vinculadas ao serviço concedido:** É reconhecida quando da efetiva aplicação de descontos nas tarifas de unidades consumidoras beneficiadas por subsídios governamentais (Nota 16.1) pela diferença entre a tarifa de referência da respectiva classe de consumo daquela efetivamente aplicada a consumidores beneficiados e o valor da tarifa de referência.

• **Arrendamentos e alugueis:** A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e são reconhecidas em bases mensais conforme os contratos de arrendamento.

Geração

• **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A controlada poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

Transmissão

• **Receita de construção da infraestrutura de construção**
A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescidos de margem na construção e de PIS e COFINS.
As margens da obrigação de performance de construção e melhoria para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2023 está entre -23,72% e 44,71%, sobre o custo real incorrido de construção no resultado.

A referida margem é estimada pelas transmissoras levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado e suas possíveis eficiências, considerando o prazo regulatório para entrega da obra. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término da Linha de Transmissão são reconhecidas no resultado do exercício da efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL.

Conforme o modelo praticado pelas transmissoras, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão.

• **Receita de Operação e Manutenção (O&M)**
A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data que a companhia está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem.
As margens da obrigação de performance de O&M para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2023 equivalem a 5,00% a 218,00%.

Conforme o modelo de negócios praticado pelas transmissoras, que trabalham com faixa de *mark up* para precificação que deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta faixa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão. A receita de O&M é ajustada mensalmente com o resultado da RAP efetivamente permitida para cobrança pelo ONS.

• **Remuneração dos Ativos da concessão**
O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos da Concessão. O Ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento. As taxas de remuneração dos Ativos da Concessão das transmissoras representam de 5,00% a 13,65% a.a. para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento das transmissoras, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos. As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

Comercialização

A receita é reconhecida com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE. Os contratos de compromisso futuro são classificados como Instrumentos Financeiros, reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado conforme orientação do CPC 48 - Instrumentos Financeiros (Nota 15).

Clientes

• **Vendas à vista e vendas financiadas**
A receita é reconhecida quando da conclusão do projeto, em caso de venda à vista e financiadas. Para o caso de venda a prazo, o ajuste a valor presente é diferido no prazo do contrato.

• **Vendas reconhecidas por transferência de controle faseada**
As vendas reconhecidas por transferência de controle faseada tem seu reconhecimento da receita diretamente associado à medição da prestação de serviços e de outros custos diretamente alocados, por meio do método de insumo, de acordo com o CPC 47. Determinados contratos possuem componente de financiamento significativo, os quais são reconhecidos proporcionalmente ao longo do contrato utilizando a taxa de financiamento que seria refletida em uma transação separada entre as partes.

• **Arrendamentos financeiros e operacionais**
Para os arrendamentos financeiros, as receitas referentes ao componente de financiamento dos contratos são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício no decorrer do exercício contratual, sendo seu reconhecimento inicial no início do arrendamento. Já para os arrendamentos operacionais, as contraprestações do contrato são reconhecidas como receitas na demonstração do resultado linearmente e em consonância com a depreciação dos respectivos ativos arrendados, durante o exercício do arrendamento.

Controladora

RS

Nº de consumidores

MWh

RS

Nota

2023

2022

2023

2022

2023

2022

2023

2022

Fornecimento

Residencial

Industrial

Comercial

Rural

Poder público

Iluminação pública

Serviço público

Consumo próprio

Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado

Consumidores cativos

Residencial

Industrial

Comercial

Rural

Poder público

Iluminação pública

Serviço público

Consumidores livres

Não faturado

Fornecimento

Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição

Resultados de ativos financeiros setoriais

CVA

Itens financeiros - RTE

Itens financeiros - Outros

PIS/COFINS

Suprimento - Faturado

Energia de curto prazo

Comercialização

Receita de construção

Remuneração dos Ativos da concessão

Atualização do ativo financeiro indenizável

Receita de Operação e Manutenção (O&M)

Serviços cobráveis

Subvenções vinculadas ao serviço concedido

Arrendamentos e alugueis

Compromissos futuros

Parcela Variável - IPCA

Outras receitas operacionais

Receita operacional bruta

(-) Deduções à receita operacional

Tributos sobre a receita

ICMS

PIS/COFINS

ISS

Encargos do consumidor

P&D

CDE

RGR

PROINFA - Consumidores Livres

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH

Outros encargos

Receita

34.1 Fornecimento - Faturado

A variação observada no exercício refere-se, principalmente, às controladas de distribuição: (i) ao preço da energia que em 2022 foi impactado pela bandeira tarifária de escassez hídrica, enquanto em 2023 a bandeira vigente é a verde (Nota 34.8); (ii) impacto na tarifa de energia em relação a 2022 devido ao processo tarifário nas controladas; (iii) impacto da aplicação da LC nº 194/2022 (Nota 4.3); e (iv) impacto da Micro e Mini Geração distribuída na rede.

34.2 Fornecimento - Não faturado

A variação observada no exercício refere-se principalmente: (a) controlada EDP São Paulo; (ii) o preço da energia foi impactado pela oscilação da bandeira tarifária em 2022, enquanto que em 2023 a bandeira foi verde durante todo o exercício; (iii) a diminuição também se deve aos MWh apurados, sendo que em 31 de dezembro de 2023 foi positivo em 26.664MWh contra um saldo negativo de 10.855MWh no ano anterior; e (b) na EDP Espírito Santo a variação é decorrente do aumento da receita no exercício devido ao volume de MWh de Micro e Mini Geração distribuída - MMGD que em 2023 foi de 26.334MWh comparado a 2022 de 7.220MWh. Em ambas controladas de distribuição, pela alteração dos métodos de cálculo do Não Faturado (Nota 4.3) em dezembro de 2023, que passou a ser feito por calendarização e ocasionou mudança no MWh do Não Faturado no referido exercício.

34.3 Consumidores livres

A variação refere-se a controlada EDP Espírito Santos que apresentou aumento de 13,0% no número de clientes livres em função das migrações de diversos clientes cativos para o mercado livre da controlada. Adicionalmente, no mês de dezembro de 2023 houve um impacto positivo de 2,1% no aumento de clientes livre na classe comercial.

34.4 Suprimento - Faturado

A redução de R\$1.406.075 de suprimento faturado deve-se, substancialmente: (i) à controlada Enerpeixe decorrente da redução do preço médio dos contratos de venda entre os períodos no ACL, ocasionando o impacto financeiro, mesmo com um volume de energia maior em relação ao exercício anterior; (ii) à controlada EDP Espírito Santo devido à redução da quantidade de energia comercializada em 2023 quando comparado ao mesmo exercício em 2022, atrelado ao preço que em 2023 e de R\$69,84 (R\$277,04 em 2022); (iii) à controlada EDP São Paulo decorrente da redução da comercialização de energia no MVE

34.5 Comercialização

O aumento refere-se a controlada EDP Trading e decorre do panorama geral dos preços de energia, os quais atingiram patamares altos durante o exercício, provenientes da continuidade do cenário hidrológico favorável no Sistema Interligado Nacional - SIN e níveis de reservatórios elevados.

34.6 Transmissoras - Receita de Operação e Manutenção (O&M)

O aumento de R\$70.896 observado na rubrica de Receita de O&M refere-se, principalmente, às transmissoras que no exercício de 2023 estão em operação total desde o início do ano, enquanto para o exercício anterior a operação era parcial, sendo a controlada EDP Transmissão Aliança no montante de R\$14.214, controlada EDP Transmissão SP-MG no montante de R\$18.543, controlada EDP Transmissão Litoral Sul no montante de R\$12.657 além do reconhecimento das receitas de O&M da controlada indireta EDP Goiás que em 2022 foi a partir de fevereiro. Adicionalmente, houve o impacto do reajuste anual que ocorreu em julho de 2023 e permaneceu válida no referido exercício (Nota 4.11).

34.7 Outras receitas operacionais

A redução observada no exercício refere-se, principalmente, à coligada Porto do Pecém pela venda do carvão para a EDP Espanha em maio de 2022.

34.8 Bandeiras tarifárias e Subvenções vinculadas ao serviço concedido

O Sistema de Bandeiras Tarifárias é o mecanismo que tem como objetivo sinalizar aos consumidores os custos da geração de energia elétrica de cada mês, sendo dividido em 4 bandeiras: verde, amarela, vermelha patamar 1 e vermelha patamar 2.

A definição das faixas de acionamento observa limitações de risco hidrológico definidos segundo o histórico operativo do Sistema Interligado Nacional - SIN. A métrica de acionamento considera a definição de custo do risco hidrológico, onde há relação indireta entre a profundidade do déficit de geração hidráulica (GSF) e o preço da energia elétrica de curto prazo (PLD). A composição dessas duas variáveis, em sistemática de galitão, faz com que a arrecadação prevista com as bandeiras tarifárias se aproxime mais dos custos incorridos. Este acionamento das Bandeiras Tarifárias é definido mensalmente pela ANEEL, por meio de Despacho da Superintendência de Gestão Tarifária - SGT.

O saldo relativo às bandeiras tarifárias refere-se aos valores a repassar à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, gerida pela CCEE, provenientes da diferença entre os valores faturados líquidos de ICMS e os valores estimados não faturados, a título de bandeiras tarifárias, deduzidos de parte dos sobrecustos de energia e encargos. Esses recursos são alocados para a cobertura de custos não previstos nas tarifas das diversas distribuidoras do país. O valor homologado mensalmente pela ANEEL a repassar ou a ressarcir é a diferença entre o montante cobrado dos clientes e os sobrecustos referentes a: (i) Segurança Energética do Encargo de Serviço do Sistema - ESS; (ii) despacho térmico; (iii) risco hidrológico; (iv) cotas de Itaipu; (v) exposição ao mercado de curto prazo; e (vi) excedente da Conta de Energia de Reserva - CONER. Os eventuais custos não cobertos pela receita são considerados no processo tarifário subsequente.

As faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 são:

(i) Bandeira Verde: condições favoráveis de geração de energia. Tarifa não sofre nenhum acréscimo;

(ii) Bandeira Amarela: R\$2,989 a cada 100 kWh;

(iii) Bandeira Vermelha no patamar 1: R\$6,50 a cada 100 kWh; e

(iv) Bandeira Vermelha no patamar 2: R\$9,795 a cada 100 kWh.

As bandeiras tarifárias aplicadas em 2023 e 2022 foram:

	2023											
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Bandeira Tarifária	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
PLD galitão (**)	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04	69,04

	2022											
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Bandeira Tarifária	Escassez	Escassez	Escassez	Escassez	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
PLD galitão (**)	hidrica (*)	hidrica (*)	hidrica (*)	hidrica (*)	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
	69,85	55,70	55,70	55,70	55,70	55,70	97,48	56,78	55,70	55,70	55,70	55,70

(*) Exceto para os clientes inscritos na Tarifa Social de Energia - TSEE, que permanecem na Bandeira Vermelha - patamar 2.

(**) PLD galitão: Valor em reais / MWh utilizado como base de PLD médio mensal para o acionamento do patamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE.

35 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e suas controladas classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço de energia elétrica vinculados a concessão e também os gastos vinculados à geração de energia, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, amortização do direito de concessão da infraestrutura, gastos relacionados ao atendimento comercial, operação e manutenção da concessão, e gastos com matéria prima para a produção de energia; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia e de suas controladas representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com créditos de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas. Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Controladora						2022					
	Despesas Operacionais			Despesas Operacionais			Despesas Operacionais			Despesas Operacionais		
	Gerais e	Gerais e	Gerais e	Gerais e	Gerais e	Gerais e	Gerais e	Gerais e	Gerais e	Gerais e	Gerais e	Gerais e
Nota	administrativas	Outras	Total	administrativas	Outras	Total	administrativas	Outras	Total	administrativas	Outras	Total
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	35.4	64.329	64.329	67.538		67.538						
Material		886	886	459		459						
Serviços de terceiros	35.5	57.818	57.818	50.876		50.876						
Depreciação e impairment - Imobilizado em serviços	35.6	3.909	577.195	581.104		3.997						
Depreciação - Ativos de direito de uso		2.545	2.545	2.580		2.580						
Amortização		12.579	12.579	10.958		10.958						
Provisões civis, fiscais e trabalhistas			1.201	1.201		3.457						
Arrendamentos e alugueis		(135)	(135)	(943)		(943)						
Ganhos e perdas na aquisição de investimentos			38.193	38.193		29.415						
Outras		12.158	12.158	12.825		12.825						
Total		154.089	616.589	770.678		148.290		32.872	181.162			

Consolidado							
2023							
Nota	Custos			Despesas operacionais			
	Da	De	De	Da	De	De	
	energia elétrica	produção	operação	energia elétrica	produção	operação	
Energia elétrica comprada para revenda	35.1	7.025.547					7.025.547
Encargos de uso da rede elétrica	35.2	1.554.069					1.554.069
Custo da matéria prima consumida	35.3		133.261				133.261
Compromissos futuros		18.823					18.823
Arrendamentos financeiro	15	1.009					1.009
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	35.4	459.775	6.105	201.640			667.520
Material		61.262	2.877	7.774			71.913
Serviços de terceiros	35.5	379.279	17.594	252.175			649.048
Depreciação e impairment - Imobilizado em serviços		243.145	3.511	(45.623)			778.228
Depreciação - Ativos de direito de uso		2.585		2.580			2.580
Amortização		380.050		133.053			538.390
PECLD / perdas líquidas			161.235				161.235
PROVISÕES civis, fiscais e trabalhistas		2.591					56.068
Arrendamentos e alugueis							

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Consolidado					
		2022					
		Custos		Despesas operacionais			
		Com energia elétrica	Da produção	De Prestado a terceiros	PECLD	administrativas	Outras
Energia elétrica comprada para revenda	35.1	6.916.376					6.916.376
Encargos de uso da rede elétrica	35.2	1.290.764					1.290.764
Custo da matéria prima consumida	35.3		318.786				318.786
Recuperação de custo com GSF - Direito de Concessão		(3.269)					(3.269)
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	35.4		440.573	6.783		203.426	650.782
Material			48.994	13.268		8.269	70.531
Serviços de terceiros	35.5		336.852	10.957		235.876	583.685
Depreciação e impairment - Imobilizado em serviços	35.6		287.652	4.815		39.462	1.204.486
Depreciação - Ativos de direito de uso						8.563	13.218
Amortização			258.701	400		174.825	78.665
PECLD / perdas líquidas					159.814		512.591
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas							159.814
Arrendamentos e alugueis			5.869	(45)		(695)	52.637
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens							5.129
Custo com construção da infraestrutura	22	5.200	608	45.346	1.987.620		133.527
Outras					73.028	46.808	10.910
Total		8.209.071	319.394	1.428.642	2.096.826	159.814	14.410.506

35.1 Energia elétrica comprada para revenda	Nota	Consolidado	
		2023	2022
		35.1.1	1.796.792
Contratos de compra de energia por disponibilidade			1.071.711
Contratos de compra de energia por quantidade PROINFA			1.222.854
Contratos de compra de energia por cotas			150.700
Energia de curto prazo		35.1.2	567.259
Energia de Itaipu Binacional		35.1.3	65.429
Encargo de Energia de Reserva - EER		35.1.4	679.311
Encargos de Serviço do Sistema - ESS		35.1.5	363.222
Contratos de comercialização de energia		35.1.6	60.810
Outros		35.1.7	2.770.967
(-) Ressarcimentos CCEE/CONER		35.1.8	27.148
(-) Créditos de PIS/COFINS			(6.083)
			(10.562)
			(672.862)
			(669.048)
			7.025.547
			6.916.376

O aumento observado no montante de compra de energia por disponibilidade refere-se, substancialmente, às controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, deve-se, principalmente, ao reajuste na receita de venda dos contratos por disponibilidade e início de suprimento das usinas do 26º Leilão de Energia Nova em janeiro 2023, associado ao aumento dos custos relativos às exposições dos vendedores ao mercado de curto prazo da CCEE, que são assumidos pelos compradores participantes desta modalidade de contrato.

A redução observada no montante de compra de energia por cotas refere-se, substancialmente, às controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, e decorre das condições favoráveis de geração de energia hídrica ocasionada pela maior incidência de chuvas e aumento da produção das hidrelétricas, associado à descolização das usinas da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE após a privatização.

A redução observada na rubrica de energia de curto prazo refere-se, principalmente, às controladas EDP Espírito Santo e EDP São Paulo decorrente do encerramento em 2022 das sessões de compra no MCSD de Energia Nova e de Operações de MVE.

A variação decorre, substancialmente, das controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, principalmente, à redução na tarifa de repasse da potência contratada de Itaipu Binacional que foi de US\$ 16,19/kW ao mês em 2023 (US\$24,73/kW ao mês em 2022), associada à redução dos montantes correspondentes às cotas-partes a serem consideradas no rateio de energia elétrica, quando comparado a 2022.

O EER representa todos os custos decorrentes da contratação da energia de reserva, entendida como aquela destinada a aumentar a segurança no fornecimento de energia elétrica ao SIN, proveniente de usinas especialmente contratadas mediante leilões para este fim, incluindo os custos administrativos, financeiros e tributários, que são rateados entre os usuários finais de energia elétrica do SIN. Nas controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, no exercício de 2023, levando em consideração o comportamento da estimativa do PLD e da geração das usinas vencedoras em Leilões de Energia de Reserva - LER, houve a necessidade do recolhimento do EER visando o contínuo equilíbrio financeiro do fundo, de modo a assegurar a cobertura das próximas obrigações vinculadas à conta. A complementação da Conta de Energia de Reserva (CONER) ocorre por meio do pagamento das controladas.

A redução do ESS no exercício deve-se, principalmente, ao acionamento de usinas térmicas fora da ordem de mérito e importação de energia oriunda da Argentina e Uruguai pelo baixo nível dos reservatórios, elevando o custo do ESS para os agentes que possuem consumo atendido pelo SIN, nos primeiros meses de 2022.

A variação refere-se à controlada EDP Trading que apresentou uma redução nos contratos de comercialização de energia em montantes negociados, em razão da melhora do cenário hidrológico atual, quando comparado ao exercício de 2022.

A variação do saldo observado na rubrica refere-se, principalmente, à controlada EDP São Paulo decorrente da cobrança dos valores da Redução Voluntária de Consumo conforme DSP ANEEL nº 397/22.

O aumento no exercício deve-se, principalmente, ao reajuste da tarifa TUST na controlada EDP São Paulo, que passou por revisão tarifária do agente regulador em julho de 2023.

A redução na rubrica refere-se, substancialmente, à coligada Porto do Pecém, ocasionada pela baixa de estoque da venda de carvão em maio de 2022 e da provisão de perda estimada na realização dos estoques em 2023.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Pessoal				
Remuneração	21.829	22.408	299.634	282.501
Encargos	8.615	7.355	108.917	101.234
Previdência privada - Corrente	857	703	14.334	13.039
Despesas rescisórias	(2.243)	6.022	17.691	24.447
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	4.943	5.187	53.745	55.511
Outros benefícios - Corrente	6.315	6.168	114.277	112.240
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	(136)	(105)	1.349	1.729
(-) Créditos de tributos recuperáveis			(5.957)	
Outros	1.339	1.281	9.957	17.301
	41.519	49.019	613.975	608.002
Administradores				
Honorários e encargos	15.507	12.792	38.875	34.230
Benefícios dos administradores	7.303	5.727	14.670	8.550
	22.810	18.519	53.545	42.780
	64.329	67.538	667.520	650.782

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Serviços de consultoria	54.129	53.892	107.666	87.696
Serviços comerciais			158.943	142.332
Serviços de manutenção	1.332	872	156.148	133.675
Serviços de limpeza e vigilância	935	966	34.129	27.442
Serviços de informática	18.161	18.773	87.560	82.209
Serviços de publicação e publicidade	3.664	9.027	8.838	20.357
Serviços de transporte	4.106	3.980	18.164	15.746
Serviços Compartilhados	(34.650)	(47.264)	5	2
(-) Crédito de PIS/COFINS			(29.699)	(23.133)
Outros	10.141	10.630	107.294	97.359
	57.818	50.876	649.048	583.685

A variação na rubrica de Depreciação e Impairment - Imobilizado em serviço refere-se, principalmente pelo o impacto de R\$577.195, decorrente da redução ao valor recuperável do ativo não circulante mantido para venda referente à coligada Porto do Pecém, conforme CPC 31 que, em regra geral, determina que a Companhia deve avaliar os ativos classificados como mantidos para venda pelo menor entre o valor contábil e o valor justo líquido de custos de venda (Notas 4.6.2 e 18.1).

36 Resultado financeiro

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras					
Juros e variações monetárias					
Renda de aplicações financeiras e cauções	5 e 13	111.840	46.530	339.988	343.572
Energia vendida				155.509	176.039
Depósitos judiciais	13	1.285	795	42.509	27.185
Contratos de mútuo	11	56.971	37.563	174	
Ativos/ passivos financeiros setoriais	8			8.710	4.339
Juros e multa sobre tributos	9	11.910	4.655	46.042	85.854
Remuneração das ações preferenciais		6.619	5.465		
Arrendamentos e alugueis	16.8			24	
Outros juros e variações monetárias				5.212	967
Operações de swap e hedge	39.1.3		8.918		8.918
Variações em moeda estrangeira	39.1.3	894		79.099	87.388
Ajustes a valor presente	36.2			122.539	749
(-) Juros capitalizados	22	(46.686)	(43.977)	(84.299)	(57.064)
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		185	571	10.238	18.776
Outras receitas financeiras		143.018	60.520	725.745	666.223
Despesas financeiras					
Encargos de dívida					
Empréstimos e financiamentos	28.2	(13.090)	(4.094)	(632.521)	(374.439)
Debêntures	27.2	(5.420)	(19.139)	(1.187.788)	(1.095.581)
Variações em moeda estrangeira	39.1.3		6.973		6.973
Operações de swap e hedge	39.1.3			(248.589)	(331.216)
Ajustes a valor presente	28.2			(15.405)	(5.261)
(-) Juros capitalizados	22			19.520	17.003
Juros e variações monetárias					
Juros e multa sobre tributos	9	(586)	(834)	(33.185)	(50.169)
Ativos/ passivos financeiros setoriais	8			(24.889)	(1.159)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	32.1.1	(14.136)	(4.241)	(154.773)	(94.181)
Uso do bem público	36.1			(13.379)	(57.064)
Benefícios pós-emprego	29.1.1 e 29.2.1			(73.276)	(73.201)
Arrendamentos e alugueis	16.8	(2.003)	(2.060)	(13.612)	(15.477)
Energia Livre				(1.003)	(2.263)
Outros juros e variações monetárias		393		(8.303)	(8.799)
Variações em moeda estrangeira				670	(1.656)
Operações de swap e hedge	39.1.3		(8.918)		(8.918)
Ajustes a valor presente				(57)	(2.790)
Outras despesas financeiras		(3.979)	(1.095)	(28.776)	(34.626)
Total		(38.821)	(33.408)	(2.415.366)	(2.132.824)
		104.197	27.112	(1.689.621)	(1.466.601)

A variação na rubrica do Uso do bem público - UBP refere-se, principalmente, ao indexador IGP-M, que foi de 3,36% negativo no acumulado em 2023 (5,45% positivo em 2022) nas controladas Enerpeixe e Investco.

A variação refere-se, principalmente, pelo reconhecimento inicial da "PNB" da coligada Porto do Pecém (Nota 4.15).

Nas controladas EDP Smart Soluções, EDP Smart SPE V, Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte, EDP Transmissão Norte 2 e EDP Transmissão Litoral Sul o imposto de renda e a contribuição social registrados no resultado referem-se ao regime de tributação de lucro presumido, cujas bases de cálculo foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Para a Companhia e demais controladas, o imposto de renda corrente é calculado conforme sistemática do lucro real com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais e a contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis, por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável. As despesas com imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido. Em 2023, houve alteração do regime de apuração de Lucro Real trimestral para anual das controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo (Nota 4.5).

Nota	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Alíquota	1.073.305	1.019.050	1.916.395	1.950.764
IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
Ajustes para refletir a alíquota efetiva	(364.924)	(346.477)	(651.573)	(663.259)
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				
Doações	(3.000)	(2.411)	(3.983)	(3.971)
Perdas indedutíveis	(79)	(1)	(188)	(283.417)
Resultados de equivalência patrimonial	647.158	286.432	(90.027)	(56.787)
Juros sobre o capital próprio	(134.128)	76.477	(20.072)	231.776
Juros sobre as ações preferenciais	3.212	(787)	(6.841)	(40.100)
Outras	(3.024)	(787)	(6.841)	(40.100)
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	37.1	(47.264)	142.275	30.900
(Adição) Reversão de diferenças permanentes				5.279
Efeito tributário de créditos extemporâneos		1.329	17.193	9.108
Ajuste lucro presumido			22.925	(13.244)
Incentivos fiscais				
SUDAM / SUDENE	37.3		59.246	41.741
Outras			5.552	7.635
Despesa de IRPJ e CSLL				
Alíquota efetiva			99.280	2.387
			-0,23%	27,72%
			(531.288)	(738.037)
				37,83%

O aumento na rubrica refere-se, principalmente, à provisão de perda na coligada Porto do Pecém onde a Companhia não constituiu os impostos diferidos ativos.

A variação no consolidado refere-se substancialmente a coligada Porto do Pecém, decorrente da baixa de tributos diferidos sobre o montante de R\$85.795, devido ao reconhecimento do imparidade (Nota 4.24).

A controlada EDP Espírito Santo e a coligada Porto do Pecém são contempladas junto à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% da alíquota do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração relativo aos municípios da região norte do estado, integrantes da área de atuação da SUDENE, por um período de 10 anos, protocolado na Unidade da Receita Federal do Brasil - RFB, com jurisdição sobre o município de sua sede.

Já a controlada Enerpeixe obteve junto a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM o Laudo Constitutivo nº 23/17, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% da alíquota do Imposto de Renda e Adicionais não Restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, também por um período de 10 anos.

Segue abaixo a relação dos exercícios abrangidos por tais incentivos:

	Período
EDP Espírito Santo	2018 a 2027
Enerpeixe	2017 a 2026
Porto do Pecém	2016 a 2025

Essas subvenções governamentais são reconhecidas no resultado do exercício. Em atendimento ao que determina a Portaria 2.091-A de 28 de dezembro de 2007 do Ministério da Integração Nacional, órgão que regulamenta o benefício, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, tendo sido transferido para a rubrica de incentivos fiscais na reserva de lucro, o qual somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social.

Os incentivos fiscais mencionados acima estão registrados nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas conforme requerido pelo CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamentais.

O resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por ação.

A Companhia instituiu Plano de Remuneração Baseado em Ações, plano este que concede outorga futura de ações da Companhia aos seus beneficiários. Assim, para o cálculo do resultado por ação diluído, foram considerados os valores estimados destas outorgas na data de encerramento destas demonstrações financeiras.

O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	1.172.585	1.021.437
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas (mil) (*)	565.979	565.979
Resultado básico por ações (reais/ação)	2,07178	1,80473
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	1.172.585	1.021.437
Ajuste ao lucro (prejuízo) líquido do exercício disponível para as ações considerando o potencial incremento das ações		
Ordinárias como resultado dos planos de incentivo e retenção	11.617	2.011
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas ajustado	1.184.202	1.023.448
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas (mil) (*)	565.979	565.979
Potencial incremento nas ações ordinárias em função dos planos de incentivo e retenção a longo prazo	691	712
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas ajustado (mil) (*)	566.670	566.691
Resultado diluído por ações (reais/ação)	2,08976	1,80601

(*) O número de ações ordinárias de 2022 não contempla as ações em tesouraria.

39 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciais nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, de entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, de entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

39.1.1.1 Contrato de compromisso futuro
Em 2023, a Companhia e suas controladas alteraram a classificação de valor justo dos compromissos futuros do Nível 3 para o Nível 2 considerando estabilidade dos dados observáveis nas curvas de mercado, como cotações de preços futuros da energia da DCIDE(R).

39.1.1.2 Ativos financeiros
Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia e suas controladas avaliam os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.
Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

- **Custo amortizado**
Se a Companhia e as controladas, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**
Se a Companhia e as controladas, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
- **Valor justo por meio do resultado (VJR)**
Se a Companhia e as controladas possuem um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando se desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

39.1.1.3 Passivos financeiros
Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.
Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.
A Companhia e suas controladas também poderão classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) se desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração.

39.1.2 Valor justo
Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.
Para apuração do valor justo, a Companhia e suas controladas projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia, das controladas e das contrapartes, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.
No caso dos Empréstimos e financiamentos (Nota 28), de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente aos contratos com o BNDES, uma vez que estes contratos possuem características próprias.
As operações com instrumentos financeiros da Companhia e das controladas que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, Debêntures, Empréstimos e financiamentos, Uso do Bem Público, Arrendamento e aluguéis e Licenças ambientais diferem do seu valor contábil.
As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:
(i) Aplicações financeiras: são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço e, conforme o caso, baseado nas cotações de mercado do papel ou

informações de mercado que possibilitem tal cálculo e trazidos a valor presente pelo risco de crédito da instituição financeira correspondente;
(ii) Debêntures e Empréstimos e financiamentos em moeda nacional: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;
(iii) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual das controladas;
(iv) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; e
(v) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil;

39.1.2.1 Mensuração a valor justo
A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia e às controladas. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia e suas controladas:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

39.1.3 Instrumentos financeiros derivativos
Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que: (i) seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro; (ii) não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares; e (iii) sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.
Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas registrados em Outros resultados abrangentes no Patrimônio líquido.
As operações com derivativos nas controladas EDP Trading e EDP Smart Energia referem-se a operações de compra e venda de energia, sendo transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em montante financeiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o CPC 48 e são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, sendo reavaliado a valor justo na data do balanço. As controladas não efetuaram transações de caráter especulativo em instrumentos derivativos no exercício.
Em 31 de dezembro de 2023, as operações com derivativos no consolidado referem-se a Controladora e às controladas EDP Smart Serviços, EDP Espírito Santo, EDP São Paulo e Santa Leopoldina. Segue abaixo o quadro contendo as principais informações a respeito destes derivativos:

										Controladora							
										31/12/2023		2023		31/12/2022		2022	
Companhia	Contraparte	Operação	Vigência	Posição	Nocional USD	Nocional BRL	Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	Efeito Resultado	Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	Efeito Resultado			
NDF																	
EDP - Energias do Brasil	Itaú	Compra	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	75.020	430.879	-	-	-	-	(8.918)	-	(8.918)	-	(8.918)		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente I S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	11.536	66.255	-	-	-	-	1.427	-	1.427	-	1.427		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente II S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	11.536	66.255	-	-	-	-	1.427	-	1.427	-	1.427		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente III S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	11.536	66.255	-	-	-	-	1.427	-	1.427	-	1.427		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente IV S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	11.536	66.255	-	-	-	-	1.427	-	1.427	-	1.427		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente V S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.978	74.537	-	-	-	-	1.605	-	1.605	-	1.605		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente VI S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.978	74.537	-	-	-	-	1.605	-	1.605	-	1.605		
EDP - Energias do Brasil	Itaú	Compra	29/11/2023 a 15/01/2024	BRL/USD 5,8000	8.471	49.131	(4.132)	(4.132)	(4.132)	(4.132)	-	-	-	-	-		
EDP - Energias do Brasil	Itaú	Compra	29/11/2023 a 15/01/2024	BRL/USD 5,845	15.024	87.816	(14.889)	(14.889)	(14.889)	(14.889)	-	-	-	-	-		
EDP - Energias do Brasil	Itaú	Compra	29/11/2023 a 31/01/2024	BRL/USD 5,925	4.866	28.832	(5.110)	(5.110)	(5.110)	(5.110)	-	-	-	-	-		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente I S.A.	Venda	29/11/2023 a 31/01/2024	BRL/USD 5,80	924	5.359	947	947	947	947	-	-	-	-	-		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente I S.A.	Venda	29/11/2023 a 15/01/2024	BRL/USD 5,8450	7.916	46.268	7.845	7.845	7.845	7.845	-	-	-	-	-		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente II S.A.	Venda	29/11/2023 a 15/01/2024	BRL/USD 5,8450	6.199	36.233	6.143	6.143	6.143	6.143	-	-	-	-	-		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente VI S.A.	Venda	29/11/2023 a 15/01/2024	BRL/USD 5,8450	909	5.315	901	901	901	901	-	-	-	-	-		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente II S.A.	Venda	29/11/2023 a 22/01/2024	BRL/USD 5,880	2.202	12.951	2.238	2.238	2.238	2.238	-	-	-	-	-		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente VI S.A.	Venda	29/11/2023 a 22/01/2024	BRL/USD 5,880	932	5.481	947	947	947	947	-	-	-	-	-		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente I S.A.	Venda	29/11/2023 a 31/01/2024	BRL/USD 5,9250	1.663	9.851	1.746	1.746	1.746	1.746	-	-	-	-	-		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente II S.A.	Venda	29/11/2023 a 31/01/2024	BRL/USD 5,9250	3.204	18.982	3.364	3.364	3.364	3.364	-	-	-	-	-		
Total NDF							24.131 (24.131)		-		- 8.918 (8.918)		-		-		

										Consolidado							
										31/12/2023		2023		31/12/2022		2022	
Companhia	Contraparte	Operação	Vigência	Posição	Nocional USD	Nocional BRL	Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	Efeito Resultado	Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	Efeito Resultado			
Swap de dívida																	
EDP São Paulo	Safra		12/02/2021 a 15/01/2026	IPCA + 3,91% a.a./CDI + 1,50% a.a.		700.000	832.422 (750.796)	81.626	(10.378)	765.325 (755.701)	9.624	-	(25.778)	-	(25.778)		
EDP Espírito Santo	Itaú		12/02/2021 a 15/07/2025	IPCA + 3,26% a.a. / CDI + 1,15% a.a.		500.000	589.371 (534.535)	54.836	(9.492)	539.910 (537.552)	2.358	-	(18.422)	-	(18.422)		
EDP Smart Serviços	Scotiabank Brasil S/A Banco Múltiplo		07/04/2021 a 12/04/2022	USD + 0,62% a.a. / CDI + 0,79% a.a.	17.986	100.000	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.487)		
Mata Grande Transmissora	Scotiabank Brasil S/A Banco Múltiplo		16/08/2021 a 16/08/2022	USD + 0,95% a.a. / CDI + 0,45% a.a.	16.284	85.000	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.716)		
Mata Grande Transmissora	Scotiabank Brasil S/A Banco Múltiplo		16/08/2022 a 16/11/2022	USD + 3,18% a.a. / CDI + 1,00% a.a.	16.284	85.000	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.044)		
Santa Leopoldina	Itaú BBA		01/02/2022 a 16/01/2024	USD + 2,20% a.a. / CDI + 1,25% a.a.	64.941	350.000	330.635 (451.875)	(121.240)	(62.097)	337.717 (396.860)	(59.143)	-	(59.143)	-	(59.143)		
Santa Leopoldina	Scotiabank Brasil S/A Banco Múltiplo		14/01/2022 a 16/01/2024	USD + 1,6175% a.a. / CDI + 0,85% a.a.	150.000	849.870	-	-	(118.376)	766.325 (962.266)	(195.941)	-	(195.941)	-	(195.941)		
Santa Leopoldina	Scotiabank Brasil S/A Banco Múltiplo		08/12/2023 a 08/12/2025	USD + 6,2700% a.a. / CDI + 1,23% a.a.	172.414	845.000	835.801 (856.249)	(20.448)	(20.448)	-	-	-	-	-	-		
EDP Smart Serviços	Itaú BBA		08/04/2022 a 29/03/2023	USD + 3,733% a.a. / CDI + 1,59% a.a.	25.565	120.000	-	-	(4.948)	137.668 (133.123)	4.545	-	4.545	-	4.545		
EDP São Paulo	XP Investimentos		15/06/2022 a 15/08/2025	IPCA + 5,91% a.a./CDI + 0,15% a.a.		329.605	236.760 (230.005)	6.755	(582)	330.858 (332.212)	(1.354)	-	(1.354)	-	(1.354)		
EDP Espírito Santo	XP Investimentos		15/06/2022 a 15/07/2025	IPCA + 5,91% a.a. / CDI + 0,19% a.a.		240.865	172.963 (168.164)	4.799	604	241.737 (242.954)	(1.217)	-	(1.217)	-	(1.217)		
EDP Espírito Santo	Itaú BBA		18/07/2023 a 07/07/2025	USD + 6,788% a.a. / CDI + 1,30% a.a.	83.318	400.000	418.241 (426.234)	(7.993)	(7.993)	-	-	-	-	-	-		
EDP Espírito Santo	Scotiabank Brasil S/A Banco Múltiplo		29/11/2023 a 29/11/2024	USD + 6,6590% a.a. / CDI + 1,15% a.a.	61.287	300.000	304.492 (313.769)	(9.277)	(9.277)	-	-	-	-	-	-		
EDP Espírito Santo	Scotiabank Brasil S/A Banco Múltiplo		30/08/2023 a 14/07/2025	USD + 7,057% a.a. / CDI + 1,18% a.a.	60.815	300.000	298.374 (303.976)	(5.602)	(9.277)	-	-	-	-	-	-		
Total swap de dívida							4.019.059 (4.035.603)		(16.544)		(252.264) 3.119.540 (3.360.668)		(241.128)		(330.557)		
NDF																	
Porto do Pecém	Bradesco	Compra	11/10/2022 a 30/06/2023	BRL/USD 5,4855	38	207	-	-	-	-	(1)	-	(1)	-	-		
EDP Smart Serviços	Safra	Compra	01/10/2021 a 31/05/2022	BRL/USD 5,6315	608	3.424	-	-	-	-	-	-	-	-	(77)		
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	27/12/2021 a 31/03/2022	BRL/USD 5,8600	85	497	-	-	-	-	-	-	-	-	(75)		
EDP Smart Serviços	Safra	Compra	30/08/2022 a 05/09/2022	BRL/USD 5,1810	399	6.854	-	-	-	-	-	-	-	-	(507)		
EDP Smart Serviços	Safra	Compra	03/10/2022 a 28/02/2023	BRL/USD 5,3855	2.146	11.555	-	-	-	-	(84)	-	(84)	-	-		
EDP Smart Serviços	BR Partners	Compra	27/10/2022 a 02/05/2023	BRL/USD 5,5380	460	2.548	-	-	-	-	(58)	-	(58)	-	-		
EDP Smart Serviços	XP Investimentos	Compra	27/10/2022 a 02/05/2023	BRL/USD 5,4825	13.968	76.577	-	-	-	-	(1.011)	-	(1.011)	-	-		
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	27/10/2022 a 02/05/2023	BRL/USD 5,5187	907	5.006	-	-	-	-	(97)	-	(97)	-	-		
EDP Smart Serviços	BR Partners	Compra	07/11/2022 a 03/04/2023	BRL/USD 5,2460	212	1.110	-	-	-	-	28	-	28	-	-		
EDP Smart Serviços	Itaú	Compra	30/11/2023 a 05/01/2024	BRL/USD 4,9377	5.614	27.722	(40)	(40)	(40)	(40)	-	-	-	-	-		
EDP - Energias do Brasil	Itaú	Compra	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	75.020	430.879	-	-	-	-	(8.918)	-	(8.918)	-	(8.918)		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente I S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	11.536	66.255	-	-	-	-	1.427	-	1.427	-	1.427		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente II S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	11.536	66.255	-	-	-	-	1.427	-	1.427	-	1.427		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente III S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	11.536	66.255	-	-	-	-	1.427	-	1.427	-	1.427		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente IV S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	11.536	66.255	-	-	-	-	1.427	-	1.427	-	1.427		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente V S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.978	74.537	-	-	-	-	1.605	-	1.605	-	1.605		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente VI S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.978	74.537	-	-	-	-	1.605	-	1.605	-	1.605		
EDP - Energias do Brasil	Itaú	Compra	29/11/2023 a 30/11/2023	BRL/USD 5,8000	8.471	49.131	(4.132)	(4.132)	(4.132)	(4.132)	-	-	-	-	-		
EDP - Energias do Brasil	Itaú	Compra	29/11/2023 a 30/11/2023	BRL/USD 5,845	15.024	87.816	(14.889)	(14.889)	(14.889)	(14.889)	-	-	-	-	-		
EDP - Energias do Brasil	Itaú	Compra	29/11/2023 a 30/11/2023	BRL/USD 5,925	4.866	28.832	(5.110)	(5.110)	(5.110)	(5.110)	-	-	-	-	-		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente I S.A.	Venda	29/11/2023 a 27/12/2023	BRL/USD 5,80	924	5.359	947	947	947	947	-	-	-	-	-		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente I S.A.	Venda	29/11/2023 a 15/01/2024	BRL/USD 5,8450	7.916	46.268	7.845	7.845	7.845	7.845	-	-	-	-	-		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente II S.A.	Venda	29/11/2023 a 15/01/2024	BRL/USD 5,8450	6.199	36.233	6.143	6.143	6.143	6.143	-	-	-	-	-		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente VI S.A.	Venda	29/11/2023 a 15/01/2024	BRL/USD 5,8450	909	5.315	901	901	901	901	-	-	-	-	-		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente II S.A.	Venda	29/11/2023 a 22/01/2024	BRL/USD 5,880	2.202	12.951	2.238	2.238	2.238	2.238	-	-	-	-	-		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente VI S.A.	Venda	29/11/2023 a 22/01/2024	BRL/USD 5,880	932	5.481	947	947	947	947	-	-	-	-	-		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente I S.A.	Venda	29/11/2023 a 31/01/2024	BRL/USD 5,9250	1.663	9.851	1.746	1.746	1.746	1.746	-	-	-	-	-		
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente II S.A.	Venda	29/11/2023 a 31/01/2024	BRL/USD 5,9250	3.204	18.982	3.364	3.364	3.364	3.364	-	-	-	-	-		
Total NFD							24.131 (24.171)		(40)		- 8.946 (10.169)		(1.223)		(659)		
Total geral							4.043.190 (4.059.774)		(16.584)		(252.264) 3.128.486 (3.370.837)		(242.351)		(331.216)		

brasil.edp.com

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2022	Liquidação	Patrimônio Líquido	Efeito no resultado		Saldo em 31/12/2023
				Juros provisionados	Juros provisionados	Ajuste a valor de mercado
Swap						
Risco de taxa de juros e moeda						
Empréstimos	(4.545)	(403)		4.648		300
Debêntures	(9.411)	(158.453)		140.742		(120.894)
Risco cambial						
Empréstimos	255.084	(314.317)		165.651	5.501	52.641
	241.128	(473.173)	-	311.041	5.501	(67.953)
						16.544
Hedge de fluxo de caixa						
Risco de taxa de juros e moeda						
NDFs	1.222	(17)	(1.165)			40
Risco cambial						
NDFs	1		(1)			-
	1.223	(17)	(1.166)	-	-	40
Total	242.351	(473.190)	(1.166)	311.041	5.501	(67.953)

39.1.3.1 Contratos de swap
Os contratos de swap são utilizados como *hedge*, com o objetivo de reduzir riscos e de dar mais previsibilidade para diferentes agentes do mercado.

Santa Leopoldina
Em 14 de janeiro de 2022, a controlada Santa Leopoldina contratou instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo no resultado do exercício, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial e da taxa de juros em *USD* do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank Brasil, que tem vigência até 16 de janeiro de 2024. Essa operação foi liquidada antecipadamente.

Em 1º de fevereiro de 2022, a controlada Santa Leopoldina contratou instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial e da taxa de juros CDI do financiamento contratado junto ao Banco Itaú (Nota 27).

Em 8º de dezembro de 2023, a controlada Santa Leopoldina contratou instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio do seu valor justo no resultado do exercício, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial e da taxa de juros em *USD* do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank Brasil, que tem vigência até 08 de dezembro de 2025.

EDP Espírito Santo e EDP São Paulo
Em 12 de fevereiro de 2021, as controladas contrataram instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos de inflação (IPCA) através da troca dos fluxos de pagamentos, de IPCA + *Spread* para taxa de juros CDI + *Spread* da 10ª emissão de debêntures da controlada EDP Espírito Santo e da 11ª emissão de debêntures da controlada EDP São Paulo (Nota 27). O *swap* foi declarado como *hedge* de Valor Justo, de acordo com o CPC 48, considerado como instrumento de proteção da 7ª emissão de debêntures, que, por consequência, está mensurada a valor justo por meio de resultado para evitar descasamento contábil com a mensuração deste derivativo em procedimento optativo do CPC 48.

Em 15 de junho de 2022, as controladas contrataram instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos de inflação (IPCA) através da troca dos fluxos de pagamentos, de IPCA + *Spread* para taxa de juros CDI + *Spread* da 7ª emissão de debêntures da controlada EDP Espírito Santo e da 9ª emissão de debêntures da controlada EDP São Paulo (Nota 27). O *swap* foi declarado como *hedge* de Valor Justo, de acordo com o CPC 48, considerado como instrumento de proteção da 7ª emissão de debêntures, que, por consequência, está mensurada a valor justo por meio de resultado.

EDP Smart Serviços
Em 06 de abril de 2022, a controlada contratou instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial através da troca dos fluxos de pagamentos, de dólar americano de dólar americano à taxa de juros Libor para real brasileiro à taxa de juros CDI, do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank (Nota 28). A controlada liquidou o derivativo no dia 29 de março de 2023.

EDP Espírito Santo
Em 18 de julho de 2023, a controlada EDP Espírito Santo contratou instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial através da troca dos fluxos de pagamentos, de dólar americano para taxa de juros CDI, do financiamento contratado junto ao Banco Itaú (Nota 27).

Em 30 de agosto de 2023, a EDP Espírito Santo contratou instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial através da troca dos fluxos de pagamentos, de dólar americano para taxa de juros CDI, do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank (Nota 27).

Em 29 de novembro de 2023, a companhia contratou instrumento financeiro derivativo classificado como *Swap*, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial através da troca dos fluxos de pagamentos, de dólar americano para taxa de juros CDI, do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank (Nota 16).

39.1.3.2 Non-Deliverable Forward - NDF - hedge accounting
Os contratos de NDFs - *hedge accounting* são instrumentos financeiros de cobertura do risco de taxa de juros e variação cambial. Os derivativos que não se qualificam como de cobertura são registrados como para negociação.

EDP Smart Serviços
Desde 2020, a controlada adotou metodologia de *hedge accounting*, registrado por meio de seu valor justo com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial nas aquisições de mercadoria em moeda estrangeira. Por se tratar de *hedge accounting* classificado como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação do MIM, líquido dos juros provisionados, são reconhecidas diretamente no Patrimônio líquido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial quando considerado efetivo. A diferença entre o valor justo e a taxa fixada é a parcela inefetiva e, por consequência, é reconhecida no resultado.

39.1.3.3 Contabilidade de hedge (hedge accounting)
Os derivativos de cobertura são registrados ao valor justo e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo da contabilidade de cobertura adotado e, para isso, os seguintes requisitos foram atendidos:
(i) para a data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
(ii) existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
(iii) a eficácia da cobertura possa ser mensurada de forma contável;
(iv) a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período da vida útil da estrutura de *hedge accounting*; e
(v) em relação a cobertura de uma transação prevista, esta deve ser altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia, em última análise, afetar o resultado.

• **Cobertura de fluxos de caixa**
A parte efetiva das variações do valor justo dos derivativos designados e que se qualifiquem como cobertura de fluxos de caixa é reconhecida no Patrimônio líquido - na rubrica Outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas da parcela inefetiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida no resultado do exercício, no momento em que ocorre a inefetividade.

Os valores acumulados no Patrimônio líquido transitam pelo resultado nos exercícios em que o item coberto afeta o resultado, entretanto, quando a transação prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registrados no Patrimônio líquido são reconhecidos, por contrapartida, do custo inicial do ativo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registrado em Patrimônio líquido na data mantêm-se em Patrimônio líquido até que a transação prevista seja reconhecida em resultado. Quando já não é esperado que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registrados por contrapartida de Patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.

• **Efetividade**
Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, a controlada executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura e em cada data de balanço, e de modo a demonstrar a sua efetividade e que as alterações no valor justo do item coberto são compensadas por alterações no valor justo do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecida no resultado no momento em que ocorre.

39.2 Gestão de riscos
O Grupo EDP - Energias do Brasil adota normativos de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, que define a taxonomia de riscos ("Taxonomia") e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e no Procedimento de Riscos Corporativos. A Política foi atualizada em 2021, enquanto a Norma e Procedimento foram atualizados em 2023, aprovados pelos devidos órgãos competentes e possuem revisão e atualização periódica pré-definida em normativo específico. Importante destacar que o processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e Norma ABNT NBR ISO 31.000:2018 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e Compliance, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão do Riscos, contempla a Diretoria de Riscos e Eficiência.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela Diretoria de Riscos e Eficiência e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A Diretoria de Riscos e Eficiência realiza o gerenciamento integrado dos riscos e oportunidades aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de Governança, Riscos e Compliance ("GRC"), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia e suas controladas sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria Executiva, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios da Companhia e suas controladas. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Riscos e Eficiência, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP - Energias de Portugal).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz Corporativa de Riscos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro pilares: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

39.2.1 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. As Debêntures e os Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas, apresentados nas notas 27 e 28, possuem regras contratuais para os passivos financeiros, fundamentalmente atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas possuem risco de mercado associado ao CDI, TJLP, IPCA, Dólar e variação cambial. Deve-se considerar que a Companhia e suas controladas estão expostas à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.

Um dos objetivos da Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente, no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, de índices de preços e de moedas.

Em relação aos indexadores de dívida CDI, IPCA e TJLP os mesmos refletem direta ou indiretamente aos efeitos inflacionários. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas das controladas também estão relacionados à variação da inflação (IGP-M e IPCA). Desta forma, as variações das dívidas contratadas com os referidos indexadores tendem a estar protegidas pelas variações das receitas.

As controladas Santa Leopoldina, EDP Espírito Santo e EDP Smart Serviços possuem exposições à variação cambial (Dólar Norte Americano) e juros (CDI) atreladas a dívidas em moeda estrangeira, entretanto, possuem derivativos de *swap* e NDF com o objetivo de *hedge* econômico, para controlar todas as exposições à variação cambial e juros para essas obrigações.

As controladas EDP São Paulo e a EDP Espírito Santo estão expostas ao risco de variação cambial, atrelado ao Dólar Norte Americano, por meio dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, contudo, as alterações de variação cambial são repassadas integralmente ao consumidor na tarifa, por meio do mecanismo da CVA.

A captação e manutenção de empréstimos atrelados ao Dólar são considerados favoráveis, dadas as taxas de juros ofertadas no mercado externo serem inferiores ao mercado interno. Adicionalmente a esse cenário, pondera-se o risco cambial às operações com moedas estrangeiras onde, em uma economia na qual a oscilação das taxas de câmbio é muito agressiva, essa exposição é um fator relevante na análise de viabilidade de uma operação.

A controlada EDP Trading, decorrente da sua atividade de comercialização de energia, encontra-se exposta ao risco de preço de mercado associado a compromissos futuros resultantes de contratos bilaterais de compra e venda de energia (Nota 15). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o resultado destes contratos é determinado como o diferencial, para cada prazo, entre os preços dos contratos bilaterais de compra e venda de energia e a respectiva valorização por marcação a mercado utilizando curvas de preço *forward*. O resultado de contratos de compromisso futuro apresenta volatilidade associada à flutuação do preço de energia, gerando risco de preço de mercado.

A controlada EDP Smart Energia, decorrente de sua atividade de comercialização de energia e serviços, encontra-se exposta o risco de preço de mercado associado a compromissos futuros resultantes de contratos bilaterais de compra e venda de energia. Entretanto, como forma de gerenciamento e concentração de riscos, sendo tanto a controlada EDP Smart Energia quanto a EDP Trading, são controladas integrais do Grupo EDP - Energias do Brasil, o risco da controlada EDP Smart Energia é transferido, em suas operações realizadas no mercado, para a controlada EDP Trading, através do espelhamento dessas mesmas operações. Assim sendo, a gestão do risco de preço de mercado é realizada através da determinação e monitorização diária do risco respeitando os limites aprovados pela Administração da Companhia e enquadrados na Política de Gestão de Risco do Grupo EDP - Energias do Brasil, para compra e venda de energia utilizando uma metodologia estabelecida na Norma de Risco Energético. A metodologia adotada é

um VaR (*Value at Risk*) com 95% de confiança (*Value at Risk*) que considera uma curva *forward* de preços de mercado, a exposição do portfólio (diferença entre compra e venda) e a volatilidade e liquidez observadas no mercado livre para cada período.

39.2.1.1 Análise de sensibilidade
A Companhia e suas controladas efetuam a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e das controladas da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia e suas controladas, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Controladora					
		31/12/2023		31/12/2022		31/12/2021	
		Até 1 ano	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP
Aplicação financeira - CDB	CDI	313.558	2.333	2.333	2.333	2.333	2.333
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	1.412.360	137.122	137.122	137.122	137.122	137.122
Títulos e valores mobiliários	CDI	4.392	268	1.225	6.704	8.197	3.580
Empréstimos a receber	CDI	338.573	27.269	28.929	56.198	15.053	30.525
Instrumentos financeiros ativos	CDI	2.068.883	166.992	30.154	6.704	203.850	53.348
Empréstimos e financiamentos - CCB	CDI	(613.090)	(11.631)			(11.631)	(2.176)
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(613.090)	(11.631)			(11.631)	(2.176)
Debêntures	IPCA	(25.324)	(1.801)			(1.801)	(129)
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	(25.324)	(1.801)	-	-	(1.801)	(129)

Operação	Risco	Consolidado					
		31/12/2023		31/12/2022		31/12/2021	
		Até 1 ano	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP
Aplicação financeira - CDB	CDI	1.559.700	61.598	61.598	61.598	61.598	61.598
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	1.497.153	137.801	137.801	137.801	137.801	137.801
Cauções e depósitos vinculados	CDI	24.486	901	175	1.076	266	531
Títulos e valores mobiliários	CDI	24.079	1.077	1.936	6.704	9.717	3.795
Instrumentos financeiros ativos	CDI	3.105.418	201.377	2.111	6.704	210.192	53.787
Debêntures	CDI	(5.468.160)	(425.332)	(471.336)	(5.832)	(902.500)	(186.736)
Empréstimos e financiamentos	CDI	(1.599.772)	(49.114)			(49.114)	(622)
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(7.067.932)	(474.446)	(471.336)	(5.832)	(951.614)	(187.358)
Swap - Ponta Passiva	CDI	(4.035.603)	(694.078)	(1.826.481)		(2.520.559)	(133.801)
Instrumentos financeiros derivativos	CDI	(4.035.603)	(694.078)	(1.826.481)	-	(2.520.559)	(133.801)

Operação	Risco	Consolidado					
		31/12/2023		31/12/2022		31/12/2021	
		Até 1 ano	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP
Aplicação financeira - CDB	CDI	1.559.700	61.598	61.598	61.598	61.598	61.598
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	1.497.153	137.801	137.801	137.801	137.801	137.801
Cauções e depósitos vinculados	CDI	24.486	901	175	1.076	266	531
Títulos e valores mobiliários	CDI	24.079	1.077	1.936	6.704	9.717	3.795
Instrumentos financeiros ativos	CDI	3.105.418	201.377	2.111	6.704	210.192	53.787
Debêntures	CDI	(5.468.160)	(425.332)	(471.336)	(5.832)	(902.500)	(186.736)
Empréstimos e financiamentos	CDI	(1.599.772)	(49.114)			(49.114)	(622)
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(7.067.932)	(474.446)	(471.336)	(5.832)	(951.614)	(187.358)
Swap - Ponta Passiva	CDI	(4.035.603)	(694.078)	(1.826.481)		(2.520.559)	(133.801)
Instrumentos financeiros derivativos	CDI	(4.035.603)	(694.078)	(1.826.481)	-	(2.520.559)	(133.801)

Operação	Risco	Consolidado					
		31/12/2023		31/12/2022		31/12/2021	
		Até 1 ano	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	(116.423)	(3.279)	(301)	(3.580)	(600)	(1.191)
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(116.423)	(3.279)	(301)	-	(3.580)	(600)
Compromissos futuros	PLD	1.664.611	(544.110)	742.970	198.860	(518.032)	(1.033.165)
Instrumentos financeiros ativos	PLD	1.664.611	(544.110)	742.970	-	198.860	(518.032)
Compromissos futuros	PLD	(1.228.563)	544.110	(505.979)	38.131	442.892	886.559
Instrumentos financeiros passivos	PLD	(1.228.563)	544.110	(505.979)	-	38.131	442.892
Swap - Ponta Ativa	Dólar	(2.187.543)	745.513	1.749.578	2.495.091	623.757	1.247.527
Instrumentos financeiros derivativos	Dólar	2.187.543	745.513	1.749.578	-	2.495.091	623.757

Operação	Risco	Consolidado					
		31/12/2023		31/12/2022		31/12/2021	
		Até 1 ano	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP
Empréstimos e financiamentos - BNDES	IPCA	(108.418)	(20.187)	(24.712)	(17.957)	(62.856)	(7.663)
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(75.830)	(6.690)	(15.829)	(2.647)	(25.166)	(3.494)
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	(3.593.536)	(356.757)	(415.820)	(20.604)	(793.181)	(87.568)
Swap - Ponta Ativa	IPCA	1.831.516	(187.772)	(110.332)	(298.104)	(34.303)	(69.161)
Instrumentos financeiros derivativos	IPCA	1.831.516	(187.772)	(110.332)	-	(298.104)	(34.303)

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP, Dólar e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia e das controladas. Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 8,0% e 11,7% a.a.; TJLP entre 6,3% e 6,9% a.a.; Dólar entre R\$2,42 e R\$7,26 e IPCA entre 3,6% e 8,7% a.a.

Para a análise de sensibilidade do PLD da controlada EDP Trading são avaliadas as exposições do portfólio de operações através de variações de 25% e 50% nas curvas *forward* de preço de energia, representada pela Dcide (empresa do setor para cálculo de curvas futuras de preço da energia).

39.2.2 Risco de liquidez
O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e das controladas em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira para cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as Debêntures e Empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentados nas notas 27 e 28.

A Administração da Companhia e das controladas somente utilizam linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia e das controladas são

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

41 Informações por segmento

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio. As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria, responsável inclusive pela tomada de decisões estratégicas do Grupo EDP - Energias do Brasil. O Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolve um conjunto de atividades no setor energético, com especial ênfase na geração, distribuição, transmissão, comercialização de energia elétrica e Clientes. Com base no relatório interno, a Diretoria é responsável por avaliar o desempenho dos vários segmentos e decidir sobre as alocações de recursos a efetuar a cada um dos segmentos de negócio identificados.

41.1 Caracterização dos segmentos

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das controladas e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transações intra-segmentos.

A coluna "*Holding*" refere-se à Controladora, sendo a origem desse lucro, substancialmente, relacionado à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A referida coluna "*Holding*", bem como a coluna "Outros" são apresentadas para fins de consolidação do resultado.

41.1.1 Demonstração do Resultado

	2023								
	Distri- buição	Geração	Comercia- lização	Clientes	Trans- missão	Holding	Outros	Eliminação	Total
Receitas	11.197.048	2.001.546	3.046.909	671.819	1.814.024	5.667	-	(944.384)	17.792.629
Custo da produção e do serviço de energia elétrica									
Custo do serviço de energia elétrica	(5.915.030)	(233.631)	(2.882.173)	(512.862)				940.508	(8.603.188)
Custo da produção da energia elétrica		(107.232)		(26.029)					(133.261)
Custo de operação	(1.036.767)	(397.318)	(9.038)	(43.009)	(79.132)				(1.565.264)
Custo do serviço prestado a terceiros	(1.669.761)		(129)	(20.917)	(555.068)		(2.630)		(2.248.505)
	(8.621.558)	(738.181)	(2.891.340)	(602.817)	(634.200)	-	(2.630)	940.508	(12.550.218)
Lucro bruto	2.575.490	1.263.365	155.569	69.002	1.179.824	5.667	(2.630)	(3.876)	5.242.411
Despesas e Receitas operacionais									
Despesas com vendas	(158.719)	(1.311)	(158)	(899)	(148)				(161.235)
Despesas gerais e administrativas	(288.887)	(83.489)	(13.379)	(53.224)	(36.996)	(154.089)	(3.390)	17.383	(616.071)
Ganho na alienação de investimento						(144.454)	(13.078)	21.745	(135.787)
Outras Despesas e Receitas operacionais	(189.906)	(2.980)	1.232	14	(153.120)	(616.589)	(26.739)		(988.088)
	(637.512)	(87.780)	(12.305)	(54.109)	(190.264)	(915.132)	(43.207)	39.128	(1.901.181)
Resultado das participações societárias		76.261	98.330		1.878.573	173.371	(1.961.749)		264.786
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	1.937.978	1.251.846	241.594	14.893	989.560	969.108	127.534	(1.926.497)	3.606.016
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	268.335	228.016	12.143	10.027	55.151	143.018	72.706	(63.651)	725.745
Despesas financeiras	(1.038.911)	(510.030)	(91.634)	(10.997)	(417.442)	(38.821)	(371.182)	63.651	(2.415.366)
	(770.576)	(282.014)	(79.491)	(970)	(362.291)	104.197	(298.476)	-	(1.689.621)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.167.402	969.832	162.103	13.923	627.269	1.073.305	(170.942)	(1.926.497)	1.916.395
Tributos sobre o lucro									
Imposto de renda e contribuição social correntes	(184.639)	(196.501)	(21.473)	(6.502)	(25.662)				(434.777)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(127.834)	(37.869)	8.330	890	(111.698)	99.280	74.434	(2.044)	(96.511)
	(312.473)	(234.370)	(13.143)	(5.612)	(137.360)	99.280	74.434	(2.044)	(531.288)
Resultado líquido do exercício	854.929	735.462	148.960	8.311	489.909	1.172.585	(96.508)	(1.928.541)	1.385.107
Atribuível aos acionistas controladores	854.929	529.656	148.960	8.311	483.193	1.172.585	(96.508)	(1.928.541)	1.172.585
Atribuível aos acionistas não controladores		205.806			6.716				212.522

	2022								
	Distri- buição	Geração	Comercia- lização	Clientes	Trans- missão	Holding	Outros	Eliminação	Total
Receitas	10.681.181	2.729.687	3.314.744	552.635	1.513.084	4.400	-	(1.508.076)	17.287.655
Custo da produção e do serviço de energia elétrica									
Custo do serviço de energia elétrica	(5.612.244)	(621.988)	(3.165.334)	(306.832)				1.497.327	(8.209.071)
Custo da produção da energia elétrica		(286.087)		(33.307)					(319.394)
Custo de operação	(840.410)	(480.469)	(12.232)	(43.825)	(68.128)			16.422	(1.428.642)
Custo do serviço prestado a terceiros	(1.543.876)		(245)	(110.898)	(446.090)			4.283	(2.096.826)
	(7.996.530)	(1.388.544)	(3.177.811)	(494.862)	(514.218)	-	-	1.518.032	(12.053.933)
Lucro bruto	2.684.651	1.341.143	136.933	57.773	998.866	4.400	-	9.956	5.233.722
Despesas e Receitas operacionais									
Despesas com vendas	(158.836)		(162)	(531)	(285)				(159.814)
Despesas gerais e administrativas	(342.684)	(90.482)	(13.046)	(24.400)	(28.252)	(148.290)	(3.806)	(65.574)	(716.534)
Ganho na alienação de investimento						326.252			326.252
Outras Despesas e Receitas operacionais	(159.924)	(837.350)	(281)	(7.902)	(2.068)	(32.872)	(6.295)	(433.533)	(1.480.225)
	(661.444)	(927.832)	(13.489)	(32.833)	(30.605)	145.090	(10.101)	(499.107)	(2.030.321)
Resultado das participações societárias		58.642	18.621		842.448	135.329	(841.076)		213.964
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	2.023.207	471.953	142.065	24.940	968.261	991.938	125.228	(1.330.227)	3.417.365
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	369.194	122.315	14.714	7.058	58.385	60.520	82.104	(48.067)	666.223
Despesas financeiras	(888.085)	(362.639)	(89.963)	(29.421)	(444.928)	(33.408)	(332.447)	48.067	(2.132.824)
	(518.891)	(240.324)	(75.249)	(22.363)	(386.543)	27.112	(250.343)	-	(1.466.601)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.504.316	231.629	66.816	2.577	581.718	1.019.050	(125.115)	(1.330.227)	1.950.764
Tributos sobre o lucro									
Imposto de renda e contribuição social correntes	(305.962)	(242.629)	(3.450)	(5.145)	(12.440)				(569.626)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(112.612)	(123.213)	(7.612)	(8.880)	(144.456)	2.387	63.435	162.540	(168.411)
	(418.574)	(365.842)	(11.062)	(14.025)	(156.896)	2.387	63.435	162.540	(738.037)
Resultado líquido do exercício	1.085.742	(134.213)	55.754	(11.448)	424.822	1.021.437	(61.680)	(1.167.687)	1.212.727
Atribuível aos acionistas controladores	1.085.742	(316.771)	55.754	(11.448)	416.091	1.021.437	(61.680)	(1.167.687)	1.021.438
Atribuível aos acionistas não controladores		182.558			8.731				191.289

41.1.2 Balanço Patrimonial

	31/12/2023								
	Distri- buição	Comercia- lização	Clientes	Trans- missão	Holding	Outros	Eliminações	Total	
Ativo circulante	3.208.464	1.394.361	1.478.896	991.889	1.714.298	3.235.878	560.961	(358.629)	12.226.118
Ativo não circulante	11.169.762	4.871.166	1.849.489	1.328.696	7.381.845	9.049.524	1.932.056	(12.411.373)	25.171.165
Passivo circulante	5.179.735	1.243.106	1.955.783	613.924	1.160.451	1.168.187	1.394.466	(183.795)	12.531.857
Passivo não circulante	6.449.072	2.454.679	873.757	1.002.501	5.423.653	217.421	866.086	(4.485.777)	12.081.392
Patrimônio Líquido e Não controladores	2.749.419	2.567.742	498.845	704.160	2.512.039	10.899.794	232.465	(8.100.430)	12.064.034

	31/12/2022								
	Distri- buição	Geração	Comercia- lização	Clientes	Trans- missão	Holding	Outros	Eliminações	Total
Ativo circulante	3.526.164	2.399.411	2.026.299	538.421	1.189.016	1.691.355	102.562	(1.169.201)	10.304.027
Ativo não circulante	9.238.455	5.413.240	1.553.583	1.012.320	6.573.302	10.203.474	2.286.666	(9.583.875)	26.697.165
Passivo circulante	4.266.040	1.345.897	1.995.662	598.307	1.025.513	878.935	117.857	(1.076.126)	9.152.085
Passivo não circulante	6.146.763	2.504.489	1.195.202	588.963	4.250.702	289.983	2.050.447	(1.073.201)	15.953.348
Patrimônio Líquido e Não controladores	2.351.816	3.962.265	389.018	363.471	2.486.103	10.725.911	220.924	(8.603.749)	11.895.759

42 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2023	Limite máximo de indenização	31/12/2022	Limite máximo de indenização	31/12/2023	Limite máximo de indenização	31/12/2022	Limite máximo de indenização
Subestações					2.323.901		2.323.902	
Usinas					7.420.300	3.192.637	7.178.608	2.992.637
Linhas de Transmissão					39.185	39.185	39.185	39.185
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)	49.103	65.000	49.103	65.000	598.405	213.490	371.599	215.685
Responsabilidade civil	336.664		336.664		988.664			888.664
Transportes (materiais)					119.224	21.100	119.224	21.100
Transportes (veículos)	360	360	360	360	720	362.880	720	362.520
Seguro de vida	70.766	(*)	68.355	(*)	531.457	(*)	493.730	(*)
Lucros cessantes						82.107	164.214	82.107
Risco de engenharia					333.175	333.175	308.692	308.692

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

O saldo apresentado como Responsabilidade civil na Companhia, possui detalhamento conforme descrito abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
 - (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$25.584;
 - (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$260.477; e
 - (iv) Responsabilidade civil riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.327.
- O saldo apresentado como Responsabilidade civil no Consolidado, possui, além dos seguros da Companhia, o detalhamento conforme descrito abaixo:
- (i) EDP Smart Serviços e EDP Smart Soluções: responsabilidade civil para erros e omissões profissionais, com cobertura de até R\$ 6.000;
 - (ii) EDP Smart Serviços e EDP Smart Soluções: responsabilidade civil obras para projetos em andamento, com cobertura totalizando R\$10.000;
 - (iii) Enerpeixe: responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$ 50.000;
 - (iv) Pecém: responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$ 50.000;
 - (v) Transmissão SP-MG: responsabilidade civil obras, para subestação e linha de transmissão, com cobertura de até R\$ 50.000;
 - (vi) Transmissão Aliação: responsabilidade civil obras, para subestação e linha de transmissão, com cobertura de até R\$ 50.000; e
 - (vii) EDP São Paulo: responsabilidade civil para aeronáutica, com cobertura de até R\$598.

43 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

43.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	Controladora					
	Efeito não caixa			Ajuste a valor		
	Saldo em 31/12/2022	Efeito monetária e cambial	Variação de mercado/ presente	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2023	
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento						
Titulos a receber e empréstimos a receber	31.333	(7.848)	9.968	(3.349)	60.000	90.104
	31.333	(7.848)	9.968	(3.349)	60.000	90.104
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos	14	558.012	(710.729)		436.611	283.894
Debêntures	27	48.293	(28.416)	1.871	3.549	25.297
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	28	-	600.000		13.090	613.090
Ações em tesouraria	33.4	(311.906)	(519.829)		831.735	-
Arrendamentos e aluguéis	16.8	18.550	(3.879)	2.003	3.042	19.716
Capital social	33.1	5.502.716			500.000	6.002.716
	5.815.665	(662.853)	1.871	2.003	1.788.027	6.944.713
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)	5.784.332	(655.005)	(8.097)	5.352	1.728.027	6.854.609

	Controladora					
	Efeito não caixa					Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento						
Títulos a receber e empréstimos a receber	28.145	(2.277)	3.166	2.299		31.333
	28.145	(2.277)	3.166	2.299	-	31.333
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos	515.900	(1.193.902)			1.236.014	558.012
Debêntures	236.629	(207.475)	9.532		9.607	48.293
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	105.305	(109.399)			4.094	-
Ações em tesouraria	(90.534)	(225.239)			3.867	(311.906)
Arrendamentos e aluguéis	8.154	(3.571)		2.060	11.907	18.550
	775.454	(1.739.586)	9.532	2.060	1.265.489	312.949
Movimento relativo às atividades de financiamento						
(Passivos de financiamento - Ativos de financiamento)	747.309	(1.737.309)	6.366	(239)	1.265.489	281.616

...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
Miguel Stilwell Andrade Presidente	João Manuel Veríssimo Marques da Cruz Vice-Presidente	Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira Conselheiro	Vera de Moraes Pinto Pereira Carneiro Conselheira	Modesto Souza Barros Carvalhosa Conselheiro
Pedro Sampaio Malan Conselheiro	Francisco Carlos Coutinho Pitella Conselheiro	Juliana Rozenbaum Munemori Conselheira	Ana Paula Garrido de Pina Marques Conselheira	

CONSELHO FISCAL		
Adir Pereira Keddi Conselheiro	Arnaldo José Vollet Conselheiro	João Antônio de Sousa Araújo Ribeiro da Costa Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA		
João Manuel Veríssimo Marques da Cruz Diretor-Presidente	Dyogenes Rosi Diretor Vice-Presidente de Distribuição	Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores
Carlos Emanuel Baptista Andrade Diretor Vice-Presidente de Clientes	Luiz Otavio Assis Henriques Diretor Vice-Presidente de Geração e Transmissão	Fernanda Nascimento Pires Carsughi Diretora Vice-Presidente de Pessoas e ESG

CONTABILIDADE	
Leandro Carron Rigamonte Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos (Corporativo)	Carla Renata Baptistão Contadora - CRC 1SP328362/O-5

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da EDP - Energias do Brasil S.A., em reunião realizada em 20 de fevereiro de 2024 às 08:00 horas, no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o relatório sobre a revisão das Demonstrações Financeiras dos Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Demonstrações Financeiras e o Comentário de Desempenho do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, manifestamo-nos, por unanimidade, com parecer favorável às Demonstrações Financeiras tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia.

Adir Pereira Keddi Conselheiro efetivo	São Paulo, 20 de fevereiro de 2024. Arnaldo José Vollet Conselheiro efetivo	João Antônio De Sousa Araújo Ribeiro Da Costa Conselheiro efetivo
---	---	--

RELATÓRIO DOS AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
EDP - Energias do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da EDP - Energias do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Impacto decorrente da venda de controle na investida Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Notas 18.1 e 35.6)	
Em 30 de junho de 2023, a Diretoria considerou que a alienação de 80% de sua participação societária em Porto do Pecém Geração de Energia S.A. ("Porto do Pecém") era altamente provável, tendo classificado os ativos e passivos da então subsidiária, relacionados a essa participação, em linhas separadas do balanço apresentadas nos grupos de ativos e passivos não circulantes mantidos para venda. Além disso, o investimento remanescente foi ajustado para refletir o valor provável de venda. Como resultado da classificação, a Companhia registrou uma perda por redução ao valor recuperável de R\$ 577.195 mil.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação da transação de alienação da participação societária da Porto do Pecém e análise dos contratos estabelecidos entre as partes, bem como leitura das atas de reunião dos órgãos de governança que deliberaram sobre a alienação da participação societária.
Com a conclusão do processo de alienação em 22 de dezembro de 2023, a Companhia baixou os ativos e passivos mantidos para a venda e, consequentemente, deixou de consolidar a investida. O valor total dessa alienação foi de R\$ 461.631 mil e resultou em uma perda adicional de R\$122.709 mil nas demonstrações financeiras consolidadas.	Adicionalmente, envolvemos nossos especialistas em assuntos técnicos contábeis para avaliar os impactos da transação, bem como analisamos a razoabilidade das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
Essas transações foram consideradas não recorrentes e envolveram julgamentos pela Diretoria da Companhia com relação a sua contabilização, período de reconhecimento das perdas, apresentação e divulgação, e por esse motivo foi considerado um dos principais assuntos da nossa auditoria.	Consideramos que os processos e julgamentos adotados pela Administração são razoáveis e as divulgações em notas explicativas consistentes com as informações obtidas.
Reconhecimento e mensuração das operações de compra e venda de energia futura (Notas 15, 34 e 39.1.3)	
As controladas EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. e EDP Smart Energia Ltda. possuem operações de compra e venda de energia futura e tais operações enquadraram-se na definição de instrumentos financeiros derivativos de acordo com o CPC 48 (IFRS9). As variações do valor justo dos contratos de compra e venda de energia no período, a partir da data dos respectivos contratos, são registradas no balanço patrimonial e resultado do exercício.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho dos controles internos chave da Companhia relacionados à determinação do valor justo na marcação a mercado dos contratos de compra e venda de energia futura.
A determinação do valor justo desses contratos para as mensurações iniciais e posteriores demandam o estabelecimento de modelo financeiro com a utilização de dados e premissas que exigem julgamentos da Diretoria e podem impactar as demonstrações financeiras, tais como os preços de liquidação das diferenças (PLD) projetados, preços de referência de energia (curva forward) projetados, preços de referência de energia (curva forward) e taxa de desconto.	Com o auxílio de nossos especialistas em valorização de instrumentos financeiros, testamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas no cálculo do valor justo dos contratos de compra e venda de energia futura, tais como os preços de liquidação das diferenças (PLD) projetados, preços de referência de energia (curva forward) e taxa de desconto, comparando com informações disponíveis e observáveis e outros dados externos observáveis utilizados.
Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função dos montantes envolvidos e julgamentos significativos que envolvem a estimativa do valor justo na marcação a mercado dos contratos de compra e venda de energia.	Adicionalmente, recalculamos o valor justo dos contratos e avaliamos as divulgações da Companhia nas demonstrações financeiras consolidadas.
Mensuração e classificação do ativo financeiro indenizável, ativos de concessão e do intangível das atividades de distribuição (Nota 21, 22 e 25)	
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta saldos de Ativo financeiro indenizável, Ativos da concessão e Intangível (Direito de concessão - Infraestrutura) das atividades de distribuição, nos valores de R\$ 7.320.523 mil, R\$ 1.022.187 mil e R\$ 1.289.323 mil, respectivamente. Esses ativos estão relacionados com investimentos efetuados na concessão sujeitos à indenização ao final do contrato de prestação de serviços outorgados, ao direito contratual de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia e custo total de aquisição e construção deduzidos de amortização acumulada, reconhecidos nas demonstrações financeiras de acordo com a Interpretação Técnica ICPIC 01(R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12) e Receita de Contrato com cliente CPC 47 (IFRS 15).	Consideramos que as premissas e julgamentos adotados pela Diretoria são razoáveis e as divulgações em notas explicativas consistentes com as informações obtidas.
O reconhecimento desses investimentos realizados entre ativo financeiro indenizável, ativos da concessão e intangível envolve complexidade e julgamento por parte da Administração, que pode impactar a mensuração e classificação desses ativos nas demonstrações financeiras.	Realizamos inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício, e recalculamos a vida útil dos bens.
Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes envolvidos e pelos julgamentos significativos na avaliação da alocação dos investimentos entre o ativo financeiro indenizável, ativos da concessão e intangível.	Também testamos a atualização monetária do ativo financeiro indenizável, com base nos índices previstos na regulamentação do setor elétrico, confrontando os índices utilizados pela Administração com os indicadores oficiais divulgados.
	Testamos o cálculo da amortização do intangível, com base no prazo do contrato de concessão vigente, e avaliamos as divulgações sobre o assunto nas demonstrações financeiras.
	Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os critérios e premissas utilizados são razoáveis e consistentes com as divulgações em notas explicativas e com os dados e as informações obtidas em nossa auditoria.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento de receita de energia fornecida, mas não faturada (Notas 7 e 34)	
A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina que depende da calendarização e rota de leitura. Consequentemente, uma parte da energia efetivamente distribuída não é faturada ao final de cada mês, sendo necessário que a administração estime esse valor. Em 31 de dezembro de 2023 a rubrica que registra essa estimativa somava R\$ 605.726 mil.	Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a avaliação do desenho, da implementação e da efetividade dos controles internos chaves relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas ainda não faturada. Também envolvemos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados.
O reconhecimento da receita não faturada é determinado com base em dados históricos obtidos, principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como, a carga real de energia distribuída no mês e a tarifa vigente, além da utilização de premissas relacionadas às perdas anualizadas.	Em complemento aos testes de controles realizados, descritos acima, testamos os dados e as premissas utilizados na determinação da estimativa de receita não faturada, incluindo testes amostrais sobre a carga real de energia distribuída no mês, confronto das tarifas utilizadas no cálculo com as tarifas vigentes aprovadas pelo órgão regulador e avaliação do índice de perda anualizado determinado pela administração.
Devido à complexidade dos dados utilizados, do alto volume de transações processadas mensalmente e dos julgamentos exercidos pela administração na determinação do índice anualizado de perdas e do volume não faturado, os quais poderiam produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração, caso sofram variações, consideramos esse assunto.	Recalculamos o montante de receita não faturada por meio da multiplicação da carga líquida do mercado cativo não faturado pelas tarifas definidas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor em seus grupos e modalidades.
	Adicionalmente, confrontamos o volume total não faturado considerado como premissa para a estimativa da administração, com a carga total distribuída líquida menos o volume de energia faturada no mês.
	Por fim, efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras para avaliar se as divulgações estão consistentes com as informações e julgamentos utilizados pela administração.
	Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia para mensuração da estimativa de receita de energia fornecida, mas não faturada, são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 27 de fevereiro de 2023, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causados por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

